

Ingrid Pelissari Kravos Soccol

A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA APAE: OS CASOS
DE GETÚLIO VARGAS E PASSO FUNDO RS, 1967-2008

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Gerhardt.

Passo Fundo

2020

CIP – Catalogação na Publicação

S678t Soccol, Ingrid Pelissari Kravos
A trajetória histórica da APAE [recurso eletrônico] : os
casos de Getúlio Vargas e Passo Fundo RS, 1967-2008 /
Ingrid Pelissari Kravos Soccol. – 2020.
1.4 MB ; PDF.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Gerhardt.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de
Passo Fundo, 2020.

1. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)
- Passo Fundo - História. 2. Associação de Pais e Amigos dos
Excepcionais (APAE) - Getúlio Vargas - História. I. Gerhardt,
Marcos, orientador. II. Título.

CDU: 981.65

Catalogação: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

Banca Examinadora

Profa. Dra. Rosimar Serena Siqueira Esquinsani
Programa de Pós-Graduação em Educação (UPF)

Profa. Dra. Samira Peruchi Moretto
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Prof. Dr. Marcos Gerhardt
Orientador
Programa de Pós-Graduação em História (UPF)

AGRADECIMENTOS

Chegando ao término desta etapa acadêmica, a palavra que mais faz sentido é *gratidão*. A todos aqueles que estiveram comigo nesta caminhada, a todos os professores, que me acompanharam neste processo, compartilhando seus conhecimentos, indicando bibliografias e fontes, partilhando ideias e inquietudes, em especial ao Professor Marcos. As APAEs de Passo Fundo e Getúlio Vargas, pela constante disponibilidade. Aos meus familiares e amigos, que compreenderam e respeitaram a minha ausência. Ao meu esposo Grégori, que foi meu alicerce nos momentos difíceis e sempre incentivador. À Universidade de Passo Fundo que possibilitou esta oportunidade. Muito obrigada.

Ao menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo (Albert Einstein).

Se você rir de uma criança especial ela rirá com você, porque a inocência dela é maior do que sua ignorância (autor desconhecido).

RESUMO

No processo do estudo das instituições privadas que fornecem serviços a pessoas com deficiência, se deu a origem essa pesquisa, que aborda a história de duas entidades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Getúlio Vargas – RS e de Passo Fundo – RS. Para isso, pesquisou-se a história das associações e com um recorte temporal que inicia no ano de fundação da APAE Passo Fundo, em 1967 e finaliza em 2008, em virtude da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Busca compreender as mudanças legais que ocorreram entre os anos de 1967 e 2008 e como tais modificações influenciaram no cotidiano das pessoas com deficiência. As fontes utilizadas na pesquisa englobam as publicações legais, documentação das entidades (livros de atas e acervo fotográfico) e pesquisa oral realizada com pessoas relacionadas às de APAEs de Getúlio Vargas – RS e de Passo Fundo – RS, como familiares de alunos, membros da diretoria, funcionários e ex-funcionários. Essa pesquisa intercorreu na perspectiva da história regional com ênfase nas cidades sedes das associações. Por meio do estudo da história regional, busca-se reflexões de maior abrangência e a compreensão de processos históricos mais amplos. Assim, entende-se que o estudo da história do período proposto é significativo não apenas para a compreensão da história local, mas possibilita o entendimento de conjunturas que envolvem a história da educação do deficiente em âmbito nacional, pois traz inúmeros elementos que são representativos de processos históricos e contextos mais abrangentes. Neste contexto, percebemos que a assistência pública aos deficientes iniciou na década de 1990, abrangendo os investimentos das esferas federais, estaduais e municipais, resultando na consolidação da institucionalização da educação especial, fazendo que tais associações privadas, se constituíssem socialmente como o *locus* da deficiência e que as questões educacionais sobre a inclusão escolar ainda estão sendo pensadas, discutidas e organizadas pelos órgãos legais responsáveis.

Palavras chaves: APAE. Getúlio Vargas. História da APAE. Passo Fundo.

ABSTRACT

In the process of studying private institutions that provide services to people with disabilities, this research originated, which addresses the history of two entities from the Association of Parents and Friends of the Exceptional (APAE) of Getúlio Vargas - RS and Passo Fundo - LOL. For this, the history of the associations was researched and with a time frame that starts in the year of foundation of APAE Passo Fundo, in 1967 and ends in 2008, due to the National Policy of Special Education in the Perspective of Inclusive Education. It seeks to understand the legal changes that occurred between 1967 and 2008 and how these changes influenced the daily lives of people with disabilities. The sources used in the research include legal publications, documentation of the entities (book of minutes and photographic collection) and oral research carried out with people related to the APAEs of Getúlio Vargas - RS and Passo Fundo - RS, as family members of students, members of the board of directors, employees and former employees. This research took place in the perspective of regional history with an emphasis on the host cities of the associations. Through the study of regional history, we seek reflections of greater scope and the understanding of broader historical processes. Thus, it is understood that the study of the history of the proposed period is significant not only for the understanding of local history, but also enables the understanding of situations that involve the history of the education of the disabled at the national level, since it brings numerous elements that are representative of broader historical processes and contexts. In this context, we realize that public assistance for the disabled began in the 1990s, covering investments at the federal, state and municipal levels, resulting in the consolidation of the institutionalization of special education, making these private associations socially constituted as the locus of disability and that educational issues about school inclusion are still being considered, discussed and organized by the responsible legal bodies.

Keywords: APAE. APAE history. Getúlio Vargas. Passo Fundo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Primeira sede da APAE Getúlio Vargas - 1974.....	39
Figura 2 - Atual sede da APAE Getúlio Vargas - 2018.....	40
Figura 3 - Sala de alfabetização da primeira sede da APAE Getúlio Vargas -1977.....	45
Figura 4 - Sala de aula na atual sede da APAE Getúlio Vargas - 2000.....	46
Figura 5- APAE Passo Fundo, prédio de 1971 – 1971-1980.....	69
Figura 6 – APAE Passo Fundo, prédio atual, em 2012 – 2018.....	69
Figura 7 – Sala de aula da Escola Especial da APAE Passo Fundo – 1975-1980.....	71
Figura 8 – Sala de aula da Escola Especial da APAE Passo Fundo – 1995-2000.....	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- APADA: Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos
- APAE: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- APAS: Associação de Pais e Amigos dos Surdos
- CADEME: Campanha Nacional de Educação do Deficiente Mental
- CAR: Centro de Aprendizagem Rural
- CENESP: Centro Nacional de Educação Especial
- CESB: Campanha para Educação do Surdo Brasileiro
- CNE: Conselho Nacional de Educação
- CNERDV: Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficitários Visuais
- CONADE: Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência
- COMDICA: Conselho Municipal da Criança e do Adolescente
- CORDE: Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
- ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8069/90
- FEAPAES: Federação das APAES
- FENAPAES: Federação Nacional das APAES
- FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- FUNDEB: Fundo de Manutenção da Educação Básica
- FPAS: Fundo de Previdência e Assistência Social
- IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
- INSS: Instituto Nacional do Seguro Social
- LBA: Legião Brasileira de Assistência
- LIBRAS: Língua Brasileira de Sinais
- MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
- MTST: Movimento dos Trabalhadores sem Teto
- MEC: Ministério da Educação
- ONG: Organizações Não-Governamentais
- ONU: Organização das Nações Unidas
- PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação
- PNE: Plano Nacional de Educação
- QI: Quociente médio de inteligência
- REI: *Regular Education Initiative*

SESPE: Secretaria de Educação Especial

SINPAS: Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social

SOGEASME: Sociedade Getuliense de Assistência ao Menor

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIAPAE: Universidade da Rede APAE

UPF: Universidade de Passo Fundo

Sumário

INTRODUÇÃO.....	11
1 MOBILIZAÇÕES SOCIAIS NO BRASIL, DÉCADAS DE 1960 A 1990.....	20
1.1 Décadas de 1960 e 70.....	20
1.2 Décadas de 1980 e 90.....	23
1.3 A educação do excepcional.....	27
2 O CASO DA APAE DE GETÚLIO VARGAS.....	32
2.1 O movimento apaeano.....	32
2.2 O movimento apaeano no Rio Grande do Sul.....	35
2.3 A APAE de Getúlio Vargas.....	36
2.4 Os estatutos.....	58
3 O CASO DA APAE DE PASSO FUNDO.....	64
3.1 A APAE de Passo Fundo no movimento apaeano.....	64
3.2 A APAE de Passo Fundo.....	65
3.3 Os Estatutos.....	87
CONCLUSÃO.....	93
REFERÊNCIAS.....	98
FONTES.....	103
ANEXOS.....	106

Introdução

A presente pesquisa representa inquietudes e expõe anseios pessoais. Em meados da década de 1990, ainda quando cursava o Ensino Fundamental, vivi minhas primeiras experiências com a Educação Especial, com as crianças da Classe Especial da escola estadual que eu frequentava, numa perspectiva de integração escolar. Minhas inquietudes só cresceram durante o contato que tive com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) da minha cidade, Getúlio Vargas. Como estudante universitária sempre tive preferência por práticas e estudos sobre a inclusão, realizando observações em escolas e entidades que trabalham com crianças com deficiência. Minha formação profissional se encaminhou para o estudo dessas entidades de suporte ao deficiente e sua família, surgindo, assim, o meu interesse pela trajetória histórica do trabalho com a criança e o adulto deficiente.

Quando iniciamos nossos estudos, percebemos que, historicamente, as pessoas com deficiência foram excluídas pela sociedade durante séculos e viveram a segregação. Conforme Pessotti “Dada a credulidade da população rural e seu fanatismo clerical, não surpreende que entre as cem mil pessoas queimadas por bruxaria, só na Alemanha do século XVII, estavam incluídos centenas de dementes e amentes ou deficientes mentais” (1984, p. 9).

Kirk e Gallagher (apud GHADIE; BARUFFI, 2003, p. 151):

[...] na era pré-cristã, tendia-se a negligenciar e maltratar os deficientes. Num segundo estágio, com a difusão do cristianismo, passou-se a protegê-los e a compadecer-se deles. Num terceiro período, nos séculos XVII e XIX, foram fundadas instituições para oferecer-lhes uma educação à parte (KIRL; GALLAGHER, 1996, p. 06).

Os comportamentos distópicos foram vistos com relutância pela sociedade. Atualmente, as pessoas com deficiência vêm conquistando reconhecimento social, apoiadas principalmente, pelas alterações legais, que reforçam e concretizam medidas de inclusão. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) assegura o direito da pessoa com deficiência de estar na escola regular e gerou grande polêmica nos últimos anos, reconfigurou as escolas, os cursos de licenciatura, ampliou a área de debates e pesquisas nesse setor. As crianças com deficiência continuam sendo atendidas nas entidades especializadas ou podem frequentar a escola regular.

Considerando este contexto configuramos nosso tema de pesquisa, o estudo da trajetória histórica das associações que prestam assistência aos deficientes e suas famílias. Para tanto, iremos trabalhar com a história da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), especialmente as entidades das cidades de Getúlio Vargas e Passo Fundo, no Rio Grande do Sul.

De acordo com Silva (2017), no seu mapeamento sobre a produção científica em periódicos sobre a temática APAE, o autor percebeu um crescimento a partir do ano de 2006, com oscilação até o ano 2011, sendo entendido por Silva (2017, p. 69) que tal fato é resposta às políticas educacionais para as pessoas com deficiência, a partir, principalmente, do Programa Educação Inclusiva. Acrescenta ainda, que somente 26% dos artigos (16 publicações) investigaram a APAE como objeto de pesquisa, percebendo assim, a entidade como fonte de informações e que poucos pesquisadores estudaram a sua atuação (SILVA, 2017, p. 71-72).

A escolha das entidade deu-se por a APAE de Passo Fundo ser uma das maiores entidades do Rio Grande do Sul, a qual atende aos deficientes, faz assessoria a escolas e outras entidades, realiza formação de profissionais para atuar diretamente com o público-alvo da APAE. A APAE de Getúlio Vargas se caracteriza como uma entidade do interior, de pequeno porte, o que permite observar previamente que há diferenças importantes dentro das entidades, ainda que partam de um mesmo princípio de atendimento aos deficientes.

Ambos os municípios se localizam no norte do estado do Rio Grande do Sul, possuindo uma distância média de quarenta quilômetros entre eles. Mesmo próximos, os municípios possuem muitas diferenças e paralelos a serem traçados. O município de Passo Fundo representa no norte do estado, referência em saúde, educação e mercado de trabalho, possuindo uma área total de 783.603 km² e 184.8026 habitantes, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) de 2010. O município de Getúlio Vargas busca diariamente serviços no setor da saúde pública e privada, estudantes e trabalhadores se deslocam para suas atividades em Passo Fundo. Getúlio Vargas possui uma área de 287.117 km² e 16.154 habitantes, como mostra o senso do IBGE (2010). Considerando ainda o número de usuários que frequentam as APAES em Passo Fundo, em 2008, havia 370 usuários e em Getúlio Vargas, no mesmo ano, 140 usuários (APAE PASSO FUNDO, 2008, p. 146; APAE GETÚLIO VARGAS, 2008, p. 111).

Nosso corte temporal configura-se a partir da data de fundação da APAE Passo Fundo, em junho de 1967 e é finalizado no ano de 2008, em virtude da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, lançada pelo Ministério da Educação (MEC) no

mesmo ano, a qual mudou a visão da educação especial no sistema de ensino, exigindo o acesso e a permanência de todos os estudantes no ensino regular e formando professores para a inclusão e a acessibilidade.

Com a publicação da Política Nacional de Educação Especial, houve manifestações contrárias das entidades que atendiam ao público que frequentava somente escolas especiais ou classes especiais, pois, a partir de então, puderam ingressar diretamente no ensino regular. Houve ainda manifestações de todas as vertentes: pais que efetivamente levaram seus filhos com deficiência para as escolas regulares; famílias que lutaram pela continuidade das escolas especiais; e as escolas especiais pela continuidade dos seus serviços. Nessa perspectiva termos muito usado até então, na educação especial, como deficientes educáveis, treináveis e semidependentes (FENAPAES, 1975) deram espaço à novas concepções filosóficas e metodológicas de educação e inclusão nas instituições especiais e na escola regular também, como observaremos nos capítulos a seguir, em algumas publicações da FENAPAES e da instância legal no país.

Nessa nova perspectiva de educação inclusiva no país, estabelecida a partir de 2008, com a Política Nacional de Educação Especial, as instituições especializadas na educação especial, como as APAES e as Pestalozzi, estão num cenário de ampliação da luta pela hegemonia nesse campo. Por isso, é de fundamental importância preservar seu acervo documental e evidenciar possibilidades de pesquisa, visando aprofundar os conhecimentos sobre essas instituições e sua participação na constituição dessa área no país.

Dessa maneira, o problema central do nosso estudo é pesquisar a trajetória histórica das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Getúlio Vargas e Passo Fundo, identificando como as associações consolidaram a assistência aos deficientes e suas famílias, sanando as lacunas deixadas pela esfera pública e como essas entidades foram se adequando e redimensionando seus serviços, levando em consideração as publicações legais e modificações organizacionais da APAE em esfera nacional.

O trabalho tem como seu objetivo principal analisar as mudanças legais que ocorreram entre os anos de 1967 e 2008, como tais modificações influenciaram no cotidiano das pessoas com deficiência, por meio da pesquisa da trajetória histórica da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com foco nas unidades de Getúlio Vargas e Passo Fundo (RS). Como objetivos específicos, busca analisar os marcos teóricos, legais e sociais que consolidaram as mobilizações e originaram as instituições de cunho assistencial para os deficientes; aprofundar o estudo das modificações legais a respeito dos deficientes, em nível nacional; examinar como

estas interferiram no trabalho e nos atendimentos aos deficientes nas duas instituições; problematizar a história das APAEs das duas cidades pesquisadas.

Quanto às fontes que darão suporte para a pesquisa histórica, incluem-se aquelas pertencentes aos arquivos das APAEs de Getúlio Vargas e de Passo Fundo, o acervo fotográfico das associações, entrevistas com voluntários, famílias, funcionários e ex-funcionários das respectivas entidades e documentos legais.

Visto que a memória é um produto de várias interferências externas, a leitura subjetiva das pessoas sobre os fatos ocorridos em determinado tempo e espaço, num contexto social, apresenta a capacidade de armazenamento, sendo acessada pelo viés da lembrança. Junto à lembrança, podem-se ocasionar sentimentos que conservam o silêncio, pela possibilidade de esquecimento, ou para servir de referência ao convívio social (TEDESCO, 2011, p. 107-108).

Como fonte documental, temos o conjunto de livros de atas das APAEs de Getúlio Vargas e de Passo Fundo, que foram analisadas e interpretadas, de acordo com Esquinsani, sobre os estudos documentais utilizando livros de atas, cabe ao historiador o árduo trabalho de “[...] transformar em fonte histórica um documento sobre o qual há esparsos estudos específicos, deixando entreaberta a possibilidade de ensaio e erro do pesquisador” (2007, p. 109-110).

As imagens do acervo fotográfico das APAEs de Getúlio Vargas e de Passo Fundo, também foram utilizados enquanto fontes, constituindo-se de registros de vários fotógrafos – em sua maioria, não identificados, que registraram a formação e as mudanças ocorridas nas entidades. O conjunto fotográfico, composto por muitas imagens de temas diversos, está no acervo sob a guarda das instituições.

Percebemos a fotografia como uma importante fonte histórica para o estudo das modificações sociais. Para Ana Maria Mauad (2004), o historiador deve partir do pressuposto de que a fotografia é um testemunho válido, não importando se o registro foi feito para documentar um fato ou representar um estilo de vida, isto é:

As fotografias guardam, na sua superfície sensível, a marca indefectível do passado que a produziu e consumiu. Um dia já foram memória presente, próximas àqueles que as possuíam, as guardavam e colecionavam como relíquias, lembranças ou testemunhos. No processo de constante vir a ser recuperam o seu caráter de presença num novo lugar, num outro contexto e com uma função diferente. Da mesma forma que seus antigos donos, o historiador entra em contato com este presente/ passado e o investe de sentido, um sentido diverso daquele dado pelos contemporâneos da imagem, mas próprio de ser estudado (MAUAD, 2004, p. 26).

Seja a fotografia um tipo de arte ou pura técnica, surge no debate a questão de seu caráter documental, principalmente para a história, em que o pesquisador passa a ter uma opção a mais de acesso a realidades que antes lhe eram transmitidas através de relatos escritos, em sua maioria (KOSSOY, 2001).

Considerando tais implicações, uma fotografia produzida no passado também pode ser considerada uma espécie de monumento, pois, como destaca Le Goff (1984), todo documento reflete “[...] o esforço das sociedades históricas para impor ao futuro, voluntária ou involuntariamente determinada imagem de si próprias [...]” (LE GOFF, 1984, p. 103). Dessa forma, podemos dizer que toda imagem fotográfica tem em si uma história. Se, enquanto documento, ela é um instrumento de fixação da memória e nesse sentido, mostra-nos como eram os objetos, as pessoas, os lugares, o mundo, ao mesmo tempo, enquanto representação, ela nos faz imaginar o não manifesto, a emoção, a ideologia do fotógrafo e a importância de registrar tal momento.

A fotografia, assim compreendida, deixa de ser imagem retida no tempo para se tornar uma mensagem que se processa e se reinterpreta, através do tempo, das perguntas propostas e do objeto de análise, tanto como imagem/documento quanto como imagem/monumento. Le Goff (2003) propõe que a fotografia é uma das manifestações mais significativas da memória coletiva e revolucionou a memória em geral: multiplicou-a e a democratizou, dando-lhe uma precisão e uma verdade visual nunca atingida e permitindo, assim, preservar a memória no tempo.

A memória envolve sempre pessoas, as quais ressignificam suas vivências pessoais em relação às representações da sociedade, processo no qual se solidificam os imaginários sociais, que estão diretamente interligados aos bens materiais (os patrimônios), em constante integração com a vida social do homem, formando um círculo de interações sociais (SANTOS, 2003, p. 95-96; TEDESCO, 2011, p. 163-164).

Intensão de reconectar o passado com o presente que a memória se mostra um elemento de análise indispensável e remete a um acontecimento de interpretação pessoal, ou de um grupo. Memórias podem ser revividas por inúmeros fins: para saber sobre uma vivência pessoal, em instância de um acontecimento histórico, ou para entender a dinâmica de um grupo específico dentro de um contexto histórico-cultural. A memória de um grupo, a memória coletiva, faz uso dos rituais para manter-se viva e evidenciar o sentimento de pertencimento dos indivíduos do grupo (TEDESCO, 2011, p. 162-169).

A história, diferentemente da memória – que é individual –, é de todos, é universal e se dedica à desmistificação dos fatos do passado. Uma vez que a memória é interpretativa, assim como a história, é necessário fazer escolhas e recortes, visto que documentos e arquivos são interrogados em relação ao presente do historiador, em decorrência das perguntas que ele busca responder e do contexto no qual está inserido.

A memória carrega em si uma noção de persistência, de experiência, de algo contínuo, de temporalidade, vivida e perpassada por gerações, que migra constantemente entre os sujeitos/grupos que permitem sua reprodução e continuidade, atribuindo-lhe a capacidade de convivência humana (TEDESCO, 2011, p. 94), pois é ela que registra nossa existência e nos vincula a um tempo e a uma identidade.

A identidade social, na qual determinado grupo se reconhece como integrante, vem ao encontro da memória coletiva, na qual estão presentes questões como consensos, acordos, sintonia, linguagem; sendo, portanto, fruto da multiplicidade dos agrupamentos sociais.

Tedesco (2011) apresenta a ideia de autores, como Habwachs (1990), Durkheim (1994) e Santos (2003), os quais argumentam que o sujeito se constitui primeiro na identidade coletiva, para, posteriormente, firmar sua identidade individual, tendo em vista que todos os sujeitos necessitam dominar questões comuns, interagir em suas linguagens e representações coletivas no ambiente que partilham com demais sujeitos/grupos, necessitando, assim, de conhecimentos, coesão e identidade social.

A memória se apresenta na reconstrução do passado em função do presente. E é nesse sentido que “[...] a memória torna-se complexa, pois será fruto da multiplicidade dos agrupamentos sociais” (TEDESCO, 2011, p. 166) que se faz presente nas tradições, nos costumes, nas experiências, nos rituais, que são o alimento, o combustível da memória coletiva. Isso implica levar em consideração que o fato de relembrar, ou não, um acontecimento, significa recordar uma série de elementos sociais (TEDESCO, 2011, p. 93-117).

As narrativas se constituem enquanto elementos históricos, quando acionam a memória, fazendo-se memória em ação e reconstruções dela. Dessa forma, as narrações atribuem movimento aos tempos, visto que recordar é algo dinâmico e flexível. A história, de acordo com a análise de Ferreira (1996), apresentada por Tedesco (2011, p. 75), para ser uma *história bem-feita*, necessita da narração, sem ela, seria uma história incompleta. O sujeito a ser entrevistado, sendo uma fonte oral, é uma fonte viva, inacabada, no sentido que ainda vive e ainda possui história a ser construída, pois, acima de tudo, é e será um sujeito histórico, um ser

múltiplo, com efeito, é na subjetividade que se encontra uma grande riqueza para a análise histórica.

Percebemos o estudo da História, como explica Barros (2005), a partir da definição de Bloch (1997) proposta em meados do século XX, consiste no “[...] estudo do homem no tempo” (2005, p. 95), rompendo com paradigmas de que a história estuda o homem no passado, sendo ela que estuda as “[...] transformações humanas (ou permanências) que se desenvolvem ou se estabelecem em um determinado período de tempo, mais longo ou mais curto” (BARROS, 2005, p. 96). Pode-se dizer ainda que a História é o estudo do homem no tempo e no espaço.

Devido às diversas ações e transformações que acontecem com o homem em determinado espaço, este, por ser político e geográfico, sempre será um espaço social e cultural:

Espaço nos seus sentidos tradicionais: como lugar que se estabelece na materialidade física, como campo que é gerado através das relações sociais, ou como realidade que se vê estabelecida imaginariamente em resposta de fatores anteriores (BARROS, 2005, p. 97).

Dessa maneira, a História se apropria de alguns conceitos da Geografia, como o conceito de *região*, que, como esclarece Tau Golin (2002, p. 52), refere-se à ideia de que uma região só tem algum sentido como parte de um todo. A região está sempre dentro de algo maior, não no sentido de minimizar o conhecimento ou a pesquisa, mas sim em ter um olhar para as particularidades de um determinado lugar, uma busca mais atenta às especificidades, às características desse local em determinado período que o destaca e como elas afetaram o cotidiano das pessoas – os agentes históricos da região em questão. Isso é defendido por Reckziegel (2000), propondo que dentre várias “[...] vertentes explicativas para o termo região, há um ponto consensual de que região seria a particularização dos lugares, a individualização” (RECKZIEGEL, 2000, p. 50), o singular do lugar em que o historiador vai investigar.

Partindo da nossa região de investigação, os municípios de Getúlio Vargas e de Passo Fundo, cabe problematizar alguns conceitos pertinentes para a pesquisa. Um primeiro conceito é o de *movimentos sociais*, que se definem como grupos populares de pessoas que buscam a garantia dos direitos ou reivindicam novas legislações e ações governamentais, em prol de assegurar os direitos de todos os cidadãos (GOHN, 2009, p. 06). Um segundo é o de *cidadania*, esta percorreu um longo caminho no Brasil, passando por um regime militar, com repressão e pouca participação popular. Como ressalta Carvalho (2005, p. 199), a cidadania teve seu auge na Constituição de 1988, conhecida como a constituição cidadã. Pois tentou assegurar inúmeros direitos sociais, como à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde e à aposentadoria. Estes

ficaram muitas vezes apenas no papel e o Estado não fez sua parte junto à maioria que mais precisa dele: os pobres, os deficientes, os desempregados, as crianças, os idosos etc.

Evidenciamos ainda que, durante todo este estudo usaremos a nomenclatura *pessoa com deficiência*, utilizada hoje, mesmo que no decorrer da interpretação dos documentos foram encontrados diversos termos, como *excepcional*, o qual está presente no nome das entidades. Os termos para se referir as pessoas com deficiência são muito variados, tais como incapacitados, utilizado durante o século XX; excepcionais, entre as décadas de 1950 e 1980; pessoas portadoras de deficiência, durante as décadas de 1980 e 1990; pessoas com necessidades especiais/portadoras de necessidades especiais e pessoas especiais, a partir de 1990; chegando a junho de 1994, com a Declaração de Salamanca o termo Pessoa com Deficiência (ONU, 1994; SASSAKI, 2003, p. 01-04).

Sasaki (2003, p. 05) apresenta alguns motivos para o uso do termo pessoa com deficiência, não esconder ou camuflar a deficiência, mostrar, com dignidade, a realidade da deficiência, valorizar as diferenças e as necessidades decorrentes das deficiências, combater neologismos que tentam minimizar, diluir as diferenças; defender a igualdade, em termos de dignidade e direitos; e identificar barreiras humanas e físicas, a partir de medidas específicas do Estado e da sociedade, para serem diminuídas ou eliminadas.

Ressalta-se que, conforme Simões, em referência a Omote (1980), em seus estudos sobre uma APAE, do interior de São Paulo,

Nessa atribulada disputa conceitual, retardo mental e deficiência mental (intelectual) são utilizados para designar o mesmo grupo de pessoas. Em alguns documentos internacionais, como é o caso da Declaração dos Direitos do Deficiente Mental, de 1971, o termo utilizado é deficiência mental e não retardo mental. Na psicologia e educação, com maior destaque para a educação especial, a preferência conceitual é por utilizar deficiência mental e mais recentemente deficiência intelectual. Retardo mental acaba sendo utilizado pela área da saúde e toma a lesão como marca incontestável no corpo. Já deficiência mental (intelectual) utilizada fundamentalmente pela educação especial busca compreender não apenas a lesão, mas os aspectos sociais que transformam um corpo lesionado em um corpo com desvantagens (SIMÕES, 2017, p. 80).

De um lado temos um termo de origem médica, que se refere à existência de uma lesão, ou várias delas, o que provoca restrições aos indivíduos. Por outro lado, temos um modelo social para sua conceituação, um caráter social da deficiência, que busca entender, quais as necessidades o indivíduo vai encontrar na vivência coletiva, levando em consideração os aspectos sociais do seu meio, reforçando bipartição de natureza e cultura.

Com base nas concepções citadas, este processo investigativo desenvolveu-se na coleta das informações e fontes, que foram interpretadas e confrontadas livremente e serão apresentadas nesta pesquisa. A estrutura do presente texto está composta por três capítulos. No Capítulo 1, são apresentados os marcos teóricos legais e movimentos sociais originaram as instituições de cunho assistencial para os deficientes, de maneira mais específica as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). O Capítulo 2 aborda a história da APAE de Getúlio Vargas e a caracterização da entidade. No Capítulo 3, discute-se a história da APAE de Passo Fundo e estabelece uma comparação entre as associações das duas cidades.

CAPÍTULO 1: MOBILIZAÇÕES SOCIAIS NO BRASIL, DÉCADAS DE 1960 A 1990

Neste primeiro capítulo, problematizaremos o contexto das mobilizações sociais, a busca de serviços e direitos e como a criação de entidades não governamentais tiveram papel fundamental nesta prestação de serviços, sanando de alguma maneira, as lacunas deixadas pelo Estado. Abordamos a história de alguns movimentos sociais, a partir da década de 1960 no país, até os anos 2000, analisando como participaram da construção da cidadania do povo brasileiro, dando enfoque aos deficientes.

Discutimos, portanto, como os movimentos sociais do fim do século XX se mobilizaram e se organizaram em instituições de cunho assistencial para os deficientes e, ainda, discorreremos sobre o processo de construção da cidadania brasileira, analisando a formação dos movimentos sociais nas décadas de 1960 e 70 e sua continuação no decorrer nas décadas de 1980 e 90.

1.1 Décadas de 1960 e 70

O problema de pesquisa proposto leva-nos a discutir as décadas de 1960 e 70 no Brasil, o Golpe Civil-Militar e seu governo ditatorial, identificando as situações que compunham o cenário nacional.

Até o findar do mês de janeiro de 1961, o país presenciou o mandato do Presidente Juscelino Kubitschek, durante o qual houve um grande crescimento interno da economia brasileira, cerca de 7% do PIB nacional anualmente, reflexo das suas metas. Porém esse crescimento possuía algumas falhas, atingia apenas algumas parcelas da população.

O então presidente Jânio Quadros, eleito em 1961, ficou em seu cargo entre os meses de fevereiro e setembro, quando renunciou à presidência da República. Militares formaram uma junta que vetou a posse do vice-presidente, João Goulart, enquanto estava em viagem à China; comunicaram ao Congresso Nacional que seria inconveniente a posse de Goulart e se o mesmo voltasse ao Brasil, seria preso. Os ministros militares tinham por objetivo coagir o Minist. Nacional. Porém, os partidos políticos e os parlamentares tomaram por decisão q. Constituição deveria ser respeitada e Goulart tomaria posse, criando assim, um grande impasse entre a Junta dos Militares e o Congresso Nacional (KLOCKNER; ABREU; MONTEIRO, 2014, p. 31-32).

Então, Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, entrou em ação, fazendo uso da comunicação; criou uma rede de 150 rádios, com matriz na Rádio Guaíba, que radiaram seus discursos para o estado, o país e o exterior, formando assim a Cadeia Radiofônica da Legalidade. Brizola passou a defender a legalidade, o cumprimento da Constituição e a continuidade do processo democrático. Durante doze dias, entre agosto e setembro, Brizola protagonizou a mobilização democrática desencadeada no Rio Grande do Sul, mas que se espalhou rapidamente pelo país, desequilibrando a Junta Militar, e surpreendendo a todos, as forças armadas também se dividiram, fortalecendo o Congresso Nacional (KLOCKNER; ABREU; MONTEIRO, 2014, p. 35-36).

Os ministros militares reagiram: planejaram uma frustrada tentativa de efetuar a prisão de Brizola, realizaram operações militares contra a Campanha da Legalidade e quando o comandante do III Exército, Machado Lopes, recusou-se a cumprir ordem expressa de pôr fim imediato à Campanha da Legalidade, esgotaram-se, assim, as chances de um possível golpe militar. Então, no primeiro dia de setembro de 1963, Goulart chegou a Porto Alegre onde foi recebido por uma multidão no Palácio Piratini, saudando o futuro presidente, como assegurava a Constituição Brasileira (KLÖCKNER; ABREU; MONTEIRO, 2014, p. 39).

Com o governo de João Goulart iniciaram-se as reformas de bases, que implicavam na reforma bancária, reforma tributária, reforma do estatuto do capital estrangeiro, reforma eleitoral, reforma fiscal, reforma urbana, reforma administrativa, reforma agrária e reforma universitária. Entre os objetivos, almejava-se “[...] o voto dos analfabetos, a elegibilidade de soldados e sargentos e a democratização dos partidos políticos” (BERCOVICI, 2014, p. 99), a Reforma Agrária, era a principal entre as reformas de base, por “romper com o monopólio da propriedade da terra e democratizar o acesso à propriedade” (BERCOVICI, 2014, p. 99).

O governo prosseguiu com a abertura política e os ganhos sociais, como a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1930; organização e criação de novos sindicatos e movimentos políticos de âmbito nacional; o salário mínimo e as Leis do Trabalho em 1943; o voto popular em 1945; aperfeiçoamento da Justiça do Trabalho em 1946; a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1961; o Conselho Nacional de Reforma Agrária em 1962; Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, quando se estendeu ao campo a legislação brasileira (CARVALHO, 2005, p. 80-140).

Dados os acontecimentos ligados às Reformas de Base, ao Comício da Central do Brasil, à revolta dos marinheiros e ao discurso de Jango em comemoração ao aniversário da Associação dos Sargentos, os últimos dias do mês de março de 1964, foram marcados pelo iminente

rompimento político entre os conservadores e os de esquerda no Brasil. No último dia do mês de março o general Olímpio Mourão Filho iniciou o deslocamento da sua tropa de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro, desencadeando assim, uma série de reações de militares, buscando ser o fim da chamada *desordem do governo de Goulart*.

Como, em 1963, Brizola tomou a frente da resistência, fazendo pronunciamentos a todo o estado do Rio Grande do Sul pelas rádios, acusando de golpe o movimento dos militares; no dia primeiro de abril de 1964 o general Ladário Teles entregou ao governador Meneghetti a procuração do comando da Brigada Militar (KLÖCKNER; ABREU; MONTEIRO, 2014, p. 80).

Brizola não tinha o apoio do Palácio Piratini, nem da Brigada Militar, considerando que o governador era um dos principais líderes da oposição à Goulart. Mesmo assim, cadeias radiofônicas não se limitaram ao Rio Grande do Sul e o estado constitui-se como um polo de transmissões e resistência aos militares.

Porém, no terceiro dia do mês de abril, o governador do estado se pronunciou ao povo dizendo que deveriam voltar para o trabalho, pois as forças militares iriam garantir ao Rio Grande do Sul e ao Brasil a liberdade (KLÖCKNER; ABREU; MONTEIRO, 2014, p. 89-90). Dando fim à Segunda Legalidade.

Formado e executado “[...] o golpe militar, os direitos civis e políticos foram duramente atingidos por medidas de repressão” (CARVALHO, 2005, p. 160). O impacto nos direitos dos cidadãos brasileiros é incontestável e a ruptura no processo político emancipatório para o povo trabalhador também.

De acordo com Carvalho (2005, p. 158), há uma separação de três fases específicas no período militar, no ponto de vista dos direitos sociais, políticos e civis: A primeira fase, dos anos 1964 a 1968, governaram o General Castelo Branco e o General Costa e Silva, este período ficou marcado com intensa atividade repressiva e queda do salário mínimo.

A segunda fase corresponde aos anos de 1968 a 1974, marcada, da mesma forma, por grande repressão política, prisões, torturas, baixa do salário mínimo; neste período o General Garrastazu Médici estava à frente do governo. Houve a elaboração de uma nova Constituição em 1967, realizando grandes alterações, que vão desde a repressão iniciada junto a crianças e adolescentes na sala de aula, com características autoritárias e controladoras, com regras, castigos severos e formação de opinião direcionada, até a escolha do presidente, que passou a ocorrer por meio do voto do Colégio Eleitoral.

Na última fase do Governo Militar, entre 1974 e 1985, iniciou-se a tentativa de libertar o sistema brasileiro da Ditadura. Sendo assim, toda a primeira fase fica incluída na década de 1960, assim como o início da segunda, a década de 1970 fica com a maior parcela da segunda e toda a terceira fase.

1.2 Décadas de 1980 e 90

Em 1984, entre os dias 10 e 16 de abril, ocorreram as maiores manifestações públicas do Brasil, reunido milhões nas capitais, formando junto à rede das mídias, a Rede das Diretas Já, o que levou à eleição de Tancredo Neves, que morreu antes da posse, assumindo constitucionalmente a Presidência: o vice, José Sarney. Quatro anos depois, o movimento abriu caminho para a eleição da presidência, de maneira direta, pelo voto de todos os eleitores brasileiros devidamente habilitados (KLÖCKNER; ABREU; MONTEIRO, 2014, p. 111).

Mesmo com milhões de pessoas nas ruas, o processo de eleições diretas só ocorreu em 1989, mas nem tudo foi em vão, quem assumiu o posto de presidente da república foi Tancredo Neves, dando fim ao ciclo dos governos militares. Com isso, foi organizada uma Assembleia Constituinte que elaborou e aprovou a Constituição Federal de 1988, considerada a constituição mais liberal e democrática que o país teve, merecendo por isso o nome de Constituição Cidadã (CARVALHO, 2005, p. 199), com objetivos claros de garantir os direitos do cidadão. Foram definidos, em lei, direitos aos marginalizados, como aos deficientes, que teriam uma pensão de um salário mínimo, aos negros, pelo fato do racismo tornar-se um crime inafiançável. Muitos foram os avanços e ganhos, pois

Os direitos políticos adquiriram amplitude nunca antes atingidos. No entanto, a estabilidade democrática não pode ainda ser considerada fora de perigo. A democracia política não resolveu os problemas econômicos mais sérios, como a desigualdade e o desemprego. Continuam os problemas da área social, sobretudo na educação, nos serviços de saúde e saneamento, e houve agravamento da situação dos direitos civis no que se refere à segurança individual (CARVALHO, 2005, p. 199).

A reconquista dos direitos políticos possibilitou a ampliação dos movimentos sociais que aumentaram seu número em todo país, representando as necessidades de uma população que não recebia atenção do Estado. O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) ganhou muitos adeptos, mostrando-se uma força em nível nacional e com vislumbre internacional. Novos movimentos tomaram forma, como o Movimento dos Trabalhadores sem

Teto (MTST), Movimento Feminista e o Movimento pela Ética na Política, que contribuiu para a deposição do Presidente Fernando Collor de Mello, em 1992.

Com o andamento da década e maior abertura política, avançou-se o surgimento de outros movimentos sociais como: contra as reformas estatais, a Ação da Cidadania contra a Fome, movimentos de desempregados, ações de aposentados ou pensionistas do sistema previdenciário. A organização de mulheres em prol do Feminismo cresceu, o movimento dos homossexuais também ganhou impulso, ambos os movimentos demonstrando um grande avanço social e respeito mútuo, numa sociedade pontuada historicamente pelo machismo. O mesmo ocorreu com o movimento negro, que deixou de ser predominantemente uma manifestação cultural, para ser também um movimento de construção de identidade e luta contra a discriminação racial (GOHN, 2009, p. 30).

Observam-se ainda outros movimentos sociais importantes no Brasil, nos anos 1990: dos indígenas, dos funcionários públicos, principalmente da área da educação e da saúde, e dos ecologistas. Os primeiros cresceram em número e em organização, no qual passaram a lutar pela demarcação de terras. Os segundos organizaram-se em associações e sindicatos contra as reformas governamentais que progressivamente retiram direitos sociais, reestruturaram as profissões e arrocham os salários em nome da necessidade dos ajustes fiscais, reivindicavam principalmente, por saúde e educação. Os terceiros, ecologistas, cresceram em número após a conferência ECO 92, dando origem a inúmeras ONGs - Organizações Não-Governamentais (GOHN, 2009, p. 30).

Partindo da década de 1980 e, mais especificamente, na década de 1990, ampliaram-se as manifestações e discussões acerca da inclusão, surgindo o debate sobre a unificação entre os sistemas de educação – o regular e o especial. Tais mobilizações tiveram influências de outros países, principalmente dos Estados Unidos, do qual decorreram várias expressões e vertentes teóricas, estudadas e esplanadas no Brasil, como a expressão inglesa *full inclusion* (inclusão plena, tradução livre), que traduz as propostas que buscavam a fusão dos ensinos regulares e especial (VOIVODIC, 2013, p. 23).

Em 1986, o *US Department of Special Education and Rehabilitative Services* lançou a *Regular Education Initiative – REI*, (Iniciativa Regular de Educação, tradução livre), incorporando as ideias de união da educação especial e regular. O objetivo da *REI* era desenvolver métodos de atendimento às crianças com deficiência em classes regulares, incentivando a parceria entre educação regular e a educação especial. O movimento de inclusão ganhou novo impulso na década de 1990, com a criação de uma organização internacional, a

Schools are for Everyone (as Escolas são para Todos, tradução livre), composta por membros de diversos países, almejando promover a inclusão em escala mundial. O movimento simboliza ainda hoje, uma vitória, por um bem comum, a inclusão (VOIVODIC, 2013, p. 23).

Na década de 1990, surgiram outras formas de organizações populares, mais institucionalizadas, como a constituição de Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana e Fórum Nacional de Participação Popular. Os fóruns estabeleceram a prática de encontros nacionais, em larga escala, gerando grandes diagnósticos dos problemas sociais, assim como, definindo metas e objetivos estratégicos para combatê-los (GOHN, 2009, p. 29).

A Conferência Mundial de Educação para Todos, que aconteceu em Jomtien, na Tailândia, em março de 1990, teve como princípio norteador, a garantia das necessidades básicas de aprendizagem, estabelece em seu artigo 1º, item I, que “cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem” (UNESCO, 1998, p. 03). A mesma continua, no que se refere às pessoas com deficiência, em seu artigo 3º, itens I e V, dispondo que:

1. A educação básica deve ser proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos. Para tanto, é necessário universalizá-la e melhorar sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades. [...]

5. As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo (UNESCO, 1998, p. 04).

E como o maior dos movimentos desse cunho inclusivo destaca-se a Declaração de Salamanca, formulada e assinada na Espanha, na cidade do nome, entre sete e dez de junho de 1994, tendo oitenta e oito governos e vinte e cinco organizações internacionais em assembleia, trataram da Educação para Todos:

[...] reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e re-endossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados (ONU, 1994).

A Declaração de Salamanca possui um papel fundamental para a criação de legislações que promovem a educação de crianças, jovens e adultos com deficiência, uma educação com

qualidade, de cunho inclusivo, sendo referência para as produções da área da inclusão a nível internacional, de políticas de aplicabilidade e produção literária. Não se fala em inclusão sem fazer referência à mesma.

Em 1994, a publicação da Política Nacional de Educação Especial, orientou o processo de integração, institucionalização e conduziu o acesso às classes comuns do ensino regular àquelas crianças que "possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os estudantes ditos normais" (BRASIL, 1994, p. 19).

Em 1996, aprovou-se a Lei nº 9394, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, sendo a principal lei que rege a educação brasileira, ela apresenta seus princípios no artigo 2º:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

Anterior a isso, no art. 1º “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. O §1º normatiza a escola como instituição de ensino, “esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias”, e no §2º, define os dois principais conceitos que norteiam toda a lei nos seus nove capítulos e noventa e dois artigos, e conseqüente à educação brasileira, “a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” e posteriormente, no art. 58:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996).

Com a abertura política, nos últimos anos da Ditadura Militar, na década de 80, a escola brasileira visou tornar-se universal a todas as crianças, jovens e adultos; as políticas de acesso e permanência começaram a se ampliar, ser reforçadas, a partir dos anos de 1990, como com o programa Bolsa Escola.

Ações de inclusão foram iniciadas e progressivamente foram expandidas no território brasileiro, como observamos nos dados do Ministério da Educação (BRASIL, 2008, p. 12). No

ano de 1998 (primeiro ano com dados coletados) havia 43.923 matrículas de alunos incluídos em Escolas regulares e 63.345 no ano seguinte, demonstrando a repercussão do movimento de inclusão. As iniciativas trabalharam paralelamente à prestação de serviços das instituições privadas, que continuaram seus serviços assistenciais, educacionais e de saúde.

1.3 A educação do excepcional

Um movimento, liderado pelo casal norte-americano George e Beatrice Bemis, chegou ao Brasil nos anos de 1950, estes eram funcionários do corpo diplomático e membros da Associação Nacional da Criança Retardada (*National Association for Retarded Children – NARC*) e pais de uma menina com Síndrome de Down. Haviam participado da fundação de mais de duzentas e cinquenta Associações de Crianças Retardadas nos Estados Unidos (*NARC*).

De acordo com Salaberry (2007, p. 32), o Almirante Henry Broadbent Hoyer, outro membro da diplomacia americana, e Beatrice reuniram vários pais, mestres e técnicos na Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, em julho de 1954, para exibir um filme sobre crianças com deficiência intelectual, com o intuito de conscientizar as pessoas acerca do *deficit* de atendimento e assistência que tais sujeitos necessitam e formar uma Comissão Coordenadora Provisória para a continuação do movimento. Compunham essa comissão Maria Helena Correia de Araújo, Renata Silveira, Helena Dias Carneiro, Ivone Cintra Ferreira, Idália Parreiras Rodrigues Lima, Ercília Braga Carvalho, Acyr Guimarães Fonseca e Antônio Carlos de Carvalho.

Em dezembro de 1954 a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE – se concretizou objetivando prestar assistência médico-terapêutica às pessoas com deficiência intelectual. No mesmo momento, foi discutido e votado o estatuto da Associação, cuja elaboração ficou a cargo de Bud Hawks e Beatrice Bemis. Também se realizou a eleição dos membros da Diretoria, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, por aclamação. Foi eleito presidente da recém-criada APAE Henry Broadbent Hoyer. A reunião inaugural do Conselho Deliberativo foi realizada no dia dez de março de 1955, na Sede da Sociedade Pestalozzi do Brasil (FENAPAES, 2011, p. 35). Na publicação do Boletim da Sociedade Pestalozzi do Brasil de quatro de julho de 1955, número comemorativo do seu 10º aniversário, encontra-se a divulgação da fundação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e sua finalidade:

a) promover o bem estar e ajustamento social dos indivíduos excepcionais em todas as idades, onde quer que estejam, em casa, no trabalho, na comunidade, nas instituições e nas escolas públicas, particulares e religiosas; b) estimular os estudos e pesquisas relativos ao problema dos excepcionais; c) levar o público a compreender melhor o problema dos excepcionais e a cooperar com as entidades interessadas no mesmo problema; d) cooperar com as instituições públicas e particulares empenhadas na educação de excepcionais, e incentivar a disseminação das mesmas; e) estimular o trabalho artesanal dos excepcionais por meio de exposições, de cooperativas e das medidas que forem julgadas necessárias; f) desenvolver a cultura especializada e o treinamento de pessoal destinado a trabalhar no campo da educação para excepcionais; g) promover a constituição de um fundo às obras e aos egressos dos estabelecimentos de assistência à infância excepcional; h) promover a criação de agências de empregos para excepcionais; i) formar um centro de divulgação, reunindo e disseminando informações referentes aos excepcionais, inclusive a organização de um cadastro atualizado das instituições nacionais e estrangeiras devotadas aos mesmos; j) facilitar o intercâmbio entre associações congêneres, de iniciativa privada ou pública existentes no Brasil e no estrangeiro, e designar representantes para congressos internacionais; l) manter a publicação de um boletim informativo sobre os trabalhos realizados pela Associação; m) promover junto aos órgãos oficiais a obtenção de medidas legislativas e administrativas visando aos interesses dos excepcionais; n) encarregar-se da defesa dos interesses jurídicos dos excepcionais, inclusive a curadoria; o) angariar e recolher fundos para a realização dos propósitos da Associação (SOCIEDADE PESTALOZZI DO BRASIL, 1955, p. 104-105).

O intuito da entidade mostra-se de maneira clara nesses 14 itens, que abrangem propósitos em grandes dimensões, tais como a busca de proporcionar o bem-estar e a socialização do deficiente com seus pares, impulsionar pesquisas na sua área de atuação para capacitação dos seus funcionários e divulgar tais conhecimentos, ofertar ambientes de cunho educativo e de preparação para o mercado de trabalho, trabalhar junto aos órgãos públicos em defesa dos deficientes, visando obter medidas legais e administrativas. Podemos observar que tais objetivos se mostram bastante visionários, levando em consideração a data do documento, 1955, que algumas alterações legais foram instituídas décadas depois, como o Estatuto do Deficiente, homologado em 2015, sessenta anos depois, estabelecendo normativas para a inclusão da pessoa com deficiência no trabalho, na Seção III.

A necessidade de atendimento especializado motivou o casal a buscar por um organismo que contemplasse o atendimento às pessoas com deficiência. Aliaram-se aos diplomatas, pais, amigos e médicos das pessoas com deficiência e, com eles, em março de 1955 nasceu a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), esta, contando com o apoio e o espaço cedido pela Sociedade Pestalozzi, deu início aos seus trabalhos pedagógicos, formando duas turmas, que contemplavam o atendimento à vinte crianças com deficiência, ainda no ano de 1955, conforme informações disponíveis no endereço virtual da FENAPAES RS (2017).

A partir de 1958, o Ministério de Educação começou a prestar assistência técnico-financeira às secretarias de educação e instituições especializadas, lançando as campanhas

nacionais para a educação de pessoas com deficiências: Campanha para Educação do Surdo Brasileiro (CESB), em 1957; Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficitários Visuais (CNERDV), em 1958; Campanha Nacional de Educação do Deficiente Mental (CADEME), em 1960 (MAZZOTTA, 2005, p. 51).

Tal mobilização gerou tanto impacto nacional, que no ano de 1961, a Lei 4.024 de Diretrizes e Bases da Educação, criou o Conselho Federal de Educação, nela apareceu a expressão “educação de excepcionais” contemplada em dois artigos: 88 e 89. Após a promulgação da LDB de 1961 começou a ser observado o crescimento das instituições privadas de cunho filantrópico. Em 1962, por exemplo, havia dezesseis instituições apaeanas e foi criado, então, um órgão normativo e representativo, de âmbito nacional, a Federação Nacional da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (FENAPAES), em São Paulo, no consultório do médico Stanislaw Krinski, onde funcionou por vários anos. Na reunião de fundação estavam presentes doze representantes das 16 APAEs do país, entre eles, familiares e profissionais da área de educação e saúde (DRUMOND, 2015, p. 91).

O grupo de fundação contemplou a participação das famílias no movimento como prioridade, destacando a necessidade de se conhecer as histórias de vida e as entidades na qual participavam. Em 1964, o Mal. Castelo Branco, o primeiro presidente militar do Brasil, apoiou a iniciativa para a aquisição de um prédio, construiu-se então no terreno onde hoje se localiza a atual sede da APAE do Rio de Janeiro. A Federação realizou seu primeiro congresso, a nível nacional, no ano seguinte, em 1965 (DRUMOND, 2015, p. 92).

O fortalecimento, nesse período, da iniciativa privada com instituições de natureza filantrópica sem fins lucrativos, ocorreu primeira e principalmente devido à omissão do setor da educação pública, que forçou uma mobilização comunitária para preencher a lacuna do sistema escolar brasileiro, tanto público, quanto privado, pois no plano de educação, não oferecia vagas aos deficientes. Ao mesmo tempo percebia-se que tais instituições filantrópicas se tornaram parceiras do governo e foram financiadas com recursos provenientes também da área de assistência social.

No final década de 1960 podemos pontuar ainda um mesmo movimento que se organizou no município de Passo Fundo – RS; mobilizado por Alice Sana Costi, inspirada pelo movimento na capital gaúcha, idealizou a instalação de uma escola de educação especial e centro técnico especializado para tratamento, estimulação e reabilitação das pessoas com deficiência na sua cidade; fundando assim a APAE – Passo Fundo no ano de 1967 (APAE PASSO FUNDO, 2017).

Outra manifestação do mesmo movimento foi organizada por um grupo de quarenta e quatro pessoas na cidade de Getúlio Vargas – RS, as quais no ano de 1973 fundaram a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) Getúlio Vargas, com o objetivo de promover e articular ações de defesa de direitos dos deficientes (APAE GETÚLIO VARGAS, 1973).

A educação especial foi estabelecida como uma das prioridades do I Plano Setorial de Educação e Cultura (1972-1974) e foi nesse contexto que surgiu o Decreto 72.425, de 03 de julho de 1973, que criou o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), integrado ao Ministério de Educação; que se constituiria no primeiro órgão educacional do Governo Federal, responsável pela definição da política de Educação Especial, extinguindo a antiga CADEME, “O CENESP foi criado pelo Decreto nº 72.425, do Presidente Emílio Garrastazu Médici, em três de julho de 1973, com a finalidade de promover, em todo o território nacional, a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais” (MAZZOTTA, 2005, p. 55). Em 1976, a criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS) e seu instrumento financeiro – o Fundo de Previdência e Assistência Social (FPAS) – uniram e centralizaram as várias instituições responsáveis pelos programas de Assistência Social, incluindo a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que era responsável pelo auxílio financeiro às das instituições filantrópicas privadas.

Na década de 1970, com início de abertura política, programas educacionais de cunho inclusivos, com inspirações norte-americanas, como o *mainstreaming* (integrando com perspectiva, tradução livre), ganharam espaço no Brasil, porém, o movimento nada conseguiu além de colocar os estudantes deficientes em salas especiais na escola regular. Sendo instalada, em caráter experimental, a primeira sala de recursos em São Paulo para que deficientes visuais estudassem em classes comuns. As salas de recursos foram ampliadas para os estudantes com dificuldade sensorial e/ou com deficiência intelectual (VOIVODIC, 2013, p. 24-25).

No ano 1971 a ONU apresentou a Declaração dos Direitos de Pessoas Deficiência Mental, curta e breve com apenas sete capítulos, possui um caráter assistencialista, no qual a pessoa com deficiência deve ser assistida, protegido e gozar dos seus direitos. Pouco tempo depois, em 1975 a organização publica a Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências, com o objetivo de

[...] promover níveis de vida mais elevados, trabalho permanente para todos, condições de progresso, desenvolvimento econômico e social. Proclama a presente DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIAS e solicita que se adotem medidas em planos nacionais e internacionais para que esta sirva de base e referência comuns, para o apoio e proteção destes direitos (ONU, 1971).

Em 1977, foi lançado o Plano integrado de Saúde Mental pelo Ministério da Saúde, com este incentivo, em 1979, foi realizado o I Congresso Nacional dos Trabalhadores em Saúde Mental. Em 1987, foi lançado o Plano Integrado de Saúde Mental pelo Ministério da Saúde, iniciativas voltadas integralmente para o setor da saúde.

Com o fim do regime militar e o advento da abertura política, novas iniciativas surgiram no panorama da educação especial no Brasil, principalmente ao longo da segunda metade da década de 1980. Em 1986, foi lançado o Plano Nacional de Ação Conjunta e instituída a Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), que dispunha sobre a atuação da Administração Federal, no que concernia às pessoas com deficiência. Também em 1986, no Governo Sarney (1985-1990), o CENESP foi transformado em Secretaria de Educação Especial (SESPE), por meio do decreto nº 93.613 de 21 de novembro de 1986, integrando-se à estrutura básica do MEC, conforme informações disponíveis no portal virtual do Ministério da Educação (2018).

O movimento apaeano integrou assessorias de alguns desses órgãos políticos públicos, como o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) e seus órgãos continuadores como a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência (CORDE), o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE), bem como a fóruns de grande abrangência, conselhos federais, estaduais e municipais.

CAPÍTULO 2: O CASO DA APAE DE GETÚLIO VARGAS

Com base nos elementos apontados no capítulo anterior, da contextualização dos movimentos sociais, propomos a retomada do objeto de análise, a pesquisa da história da APAE de Getúlio Vargas, em face dos aspectos teóricos tratados e a caracterização da entidade.

Para tanto, iremos apresentar como o movimento da APAE se estruturou, dentro de três esferas: nacional, representada pela Federação Nacional das APAEs (FENAPAES); estadual, por meio da Federação Estadual das APAES do Rio Grande do Sul (FEAPAES) RS e das instituições municipais que recebem o nome da cidade em que possuem sede, no nosso contexto a APAE Getúlio Vargas.

Para esse fim, será feito uso dos documentos publicados pela FENAPAES e a FEAPAES – RS, da documentação da APAE Getúlio Vargas, seu acervo fotográfico e material de história oral, gravado e explorado pelos pesquisadores, com autorização dos entrevistados, que possuem algum tipo de vínculo com a entidade, sendo eles familiares de estudantes e de ex-estudantes, funcionários e ex-funcionários.

2.1 O movimento apaeano

O maior órgão das APAEs é a Federação Nacional das APAEs, que de acordo com seu estatuto, no artigo segundo, se caracteriza como uma associação civil, beneficente de assistência social, de assessoramento, de defesa e garantia de direitos; com foco no fortalecimento do movimento social da pessoa com deficiência, formação e capacitação de lideranças, defesa, efetivação e construção de novos direitos; busca promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social; nas áreas da educação, saúde, formação para o trabalho, esporte, cultura, estudo e pesquisa; sem fins lucrativos e de fins não econômicos com duração indeterminada (FENAPAES, 2011, p. 01).

É a Federação Nacional que regulamenta a entrada de entidades que buscam utilizar o nome Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, o símbolo e a sigla APAE. Assim, tais entidades necessitam antes estar filiadas a FENAPAES para depois filiar-se às Federações Estaduais.

O Projeto Águia (FENAPAES, 2011, p. 12) se refere à Estratégia da Rede APAE e apresenta a ideia que, historicamente, as pessoas com deficiência foram excluídas da sociedade e assim, diante da ineficiência do Estado em promover políticas públicas sociais que garantissem a inclusão dessas pessoas, algumas famílias se mobilizaram em quebrar paradigmas e buscar soluções alternativas para que seus filhos, com deficiência intelectual e múltipla, alcançassem condições de serem incluídos na sociedade, com garantia de direitos como qualquer outro cidadão.

Esse movimento em prol da pessoa com deficiência, impulsionado pela Declaração dos Direitos Humanos, culminou na criação das APAEs e com a expansão dessa iniciativa Brasil afora, convencionou-se a tratá-lo de movimento apaeano.

As APAEs, atendem pessoas com deficiência intelectual ou múltipla, deixando tal argumento claro nos estatutos da Federação, no qual toda a redação se refere a pessoas nas diversas fases de desenvolvimento com tais deficiências (FENAPAES, 2011, p. 04-26). Porém apresentam apenas a definição de pessoa com deficiência:

Art. 10. Considera-se “Excepcional” ou “Pessoa com Deficiência” aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (FENAPAES, 2011, p. 04).

Levando em consideração os estudos sobre questões de inteligência, principalmente da área da psicologia, encontramos como definição, para deficiência intelectual, conforme Moreira,

O quociente médio de inteligência é 100 e aceita-se como desvio-padrão dessa média o valor 15. O funcionamento intelectual significativamente inferior à média, é definido com um QI de 70 ou abaixo, em resultados obtidos da realização de um teste individual de QI. Em função da severidade, a OMS (1968) recomenda a subclassificação do Retardo Mental (RM) em: Leve: QI 70 – 50; Moderado: QI 50 – 35; Severo: QI 35 – 20; Profundo: QI abaixo de 20 (MOREIRA, 2011, p. 37).

O QI é utilizado para identificar o quociente médio de inteligência, sendo resultante de um longo processo de aplicação de testes psicológicos, utilizados para diagnosticar ou não a deficiência intelectual, como base quantitativa. Partia-se destes resultados para distinguir as crianças e jovens que se enquadram no público alvo das APAES.

As ações das associações vão desde a ampliação e garantias dos direitos das pessoas com deficiência, até a criação de conselhos e realizações de congressos, festivais e cursos

segmentados de educação pela Universidade da Rede APAE (UNIAPAE). A UNIAPAE é um setor técnico da FENAPAES, que busca firmar termos de parceria e acordos de cooperação e intercâmbios técnico-científicos e acadêmicos com instituições de ensino e pesquisa (universidades, institutos e fundações), buscando produzir e sistematizar novos conhecimentos sobre a deficiência intelectual e múltipla, compartilhando-os com as famílias, dirigentes, profissionais e pessoas com deficiência da Rede APAE, para buscar e manter a excelência de sua organização e de seus serviços, de forma a contribuir para a defesa dos direitos das pessoas com deficiência (UNIAPAE, 2018). Podemos integrar ainda nas suas ações, a incorporação do Teste do Pezinho na rede pública de saúde; a prática de esportes e a inserção das linguagens artísticas como instrumentos pedagógicos na formação das pessoas com deficiência; a estimulação precoce como fundamental ação de prevenção; além de prestar serviços nas áreas de educação, saúde e assistência social, tendo como principal meta a promoção e defesa dos direitos de cidadania da pessoa com deficiência e a sua inclusão social (FENAPAES, 1997, p. 13).

Podemos perceber que a APAE, dentro das suas esferas municipais, estaduais e federal, possui uma abrangência significativas de ações para as pessoas com deficiência e seus familiares, mas como aponta Meletti, há também nessa ação totalizada de atendimento, o que o autor chama de “muros institucionais” (MELETTI, 2006, p. 48), usando o argumento que, ao

[...] englobar todas as esferas sociais significa restringir todas as possibilidades de interação pessoal ao cotidiano institucionalizado.

[...]

Nesse ponto, é necessário entender que o caráter totalitário da instituição especial mantém o distanciamento não só entre o sujeito institucionalizado e um contexto social mais amplo, mas também dos outros grupos sociais em relação a ele (MELETTI, 2006, p. 48).

Percebendo que a permanência em instituições especiais promove a construção de mecanismos específicos que “incorporam maneiras próprias de existir, distanciadas da sociedade” (JANNUZZI, 1992, p. 57). Incorporar maneiras próprias de existir, nos remete a ser identificados por elas,

Consequentemente, a instituição se perpetua como o lugar da deficiência mental, como a responsável por aqueles que apresentam tal condição, sedimentando ainda mais seu caráter totalitário, fechado e dependente da manutenção de suas próprias maneiras de existir (MELETTI, 2006, p. 48).

Temos assim, duas linhas de análises dentro do movimento, uma que se propõe ofertar toda uma linha de ações institucionais, de influência legal, e de serviços para as pessoas com deficiência e seus familiares a fim de promover a inclusão social deles. E por outro lado, pelas mesmas atuações listadas, a entidade se caracteriza como o *locus* da deficiência (MELETTI, 2006).

2.2 O movimento apaeano no Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, também surgiu a necessidade do atendimento às pessoas com deficiência, então por meio de reuniões, pais, profissionais de diversas áreas e professores, criaram as primeiras APAEs do estado, para suprir os atendimentos que o Estado não dava conta. As primeiras entidades fundadas foram as de São Leopoldo e de Caxias do sul, em 1961 e 1962, respectivamente, conforme dados coletados em histórico elaborado pela Federação das APAES do Estado – RS, e divulgado na revista comemorativa de 60 anos do movimento apaeano no Brasil, de 2014 (FENAPAES, 2014, p. 89).

A Federação Estadual das APAEs do Rio Grande do Sul, inicialmente, era denominada de Vice-presidência Nacional, sendo o presidente de cada estado representante junto a Federação Nacional das APAES. Em 1987, por iniciativa do presidente gaúcho, o estado foi organizado em sete delegacias regionais, visando facilitar o intercâmbio de ideias entre os dirigentes das APAEs e a vice-presidência estadual, tendo como sede as regiões: APAE de Canoas, APAE de Caxias do Sul, APAE de Bagé, APAE de Passo Fundo, APAE de Pelotas e APAE de Santa Rosa.

Em 1991, “[...] visando agilizar a busca de recurso no estado e dar maior independência à entidade [...]” (FENAPAES, 2014, p. 90), a ideia da transformação de vice-presidências a Federações Estaduais foi difundida, visto que o estatuto da época tinha abertura, e possibilitava tal mudança, porém havia resistência em alguns estados por temerem o enfraquecimento da Federação Nacional. E no Congresso Nacional das APAEs daquele ano, em São Paulo, foi aprovada tal alteração, dispondo de maior autonomia no estado. A então Federação Estadual das APAEs do Rio Grande do Sul (FEAPAES – RS) contava com 170 entidades em pleno funcionamento (FENAPAES, 2014, p. 90).

Em Assembleia Geral, em 1993, na qual todos os sócios foram convocados, foi eleita a primeira Diretoria da FEAPAES – RS, na qual apenas uma chapa foi candidata. Na assembleia também foi aprovada a ampliação das delegacias regionais de sete para 15, com o objetivo de

melhorar o inter-relacionamento e intercâmbio de informações, agilizando as atividades dentro da nova estrutura estadual. A FEAPAES – RS teve sua sede instalada nas salas 301 e 302 da Estação Rodoviária de Porto Alegre.

Hoje a Federação das APAEs do Estado do Rio Grande do Sul, através de suas 205 APAEs filiadas, desenvolve trabalhos principalmente nas áreas de educação, assistência social, saúde, esporte, lazer e artes; presta atendimento a 454 municípios, por meio das APAES municipais, atendendo aproximadamente a 18 mil pessoas com deficiência, está localizada na Rua Vigário José Inácio, no Centro de Porto Alegre –RS (FENAPAES, 2014, p. 91).

2.3 A APAE de Getúlio Vargas

O Ato de fundação da APAE de Getúlio Vargas foi no dia 22 de setembro de 1973, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores da cidade de Getúlio Vargas, neste dia estavam presentes 44 pessoas com o objetivo de fundar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Getúlio Vargas. Por indicação do plenário, assumiu a presidência da entidade Vicente Fontana Cardoso, ficando assim fundada uma sociedade civil, de caráter assistencial. A associação passou a funcionar em um antigo depósito de bebidas, doado por indústria local (APAE GETÚLIO VARGAS, 1973, p. 01).

No ano de 1974, de acordo com histórico elaborado pela APAE Getúlio Vargas, após estudos e com a proposta da professora Marlene Valli, foi fundada a Escola de Educação Especial da APAE Getúlio Vargas, com nomenclatura de Escola de Primeiro Grau Incompleto para Educação Especial de Getúlio Vargas; unindo a educação aos trabalhos desenvolvidos nas áreas de assistência médica, psicológica, social e psicopedagógico, a fim de proporcionar um desenvolvimento adequado, com intenção de tornar o deficiente útil à sociedade e à comunidade em que vive (APAE GETÚLIO VARGAS, 1974, p. 03). No depoimento que segue, uma mãe de aluna que frequentou a primeira turma da Escola Especial da APAE conta como foi o processo de construção das turmas para a efetivação da Escola. Ela relata ainda a dificuldade de crianças deficientes e suas famílias em ter acesso a atendimento:

A minha filha era surda, então não falava, não ouvia. Antes eu levei ela no médico, no espiritista, no curandeiro, só não entrei dentro do inferno, o resto eu fiz. Aí naquela época ela tinha sete anos, tinha uma professora, ela andou nas casas, aonde tinha deficientes, para juntar as crianças para levar pra APAE. Então ela veio aqui, tudo certo, ela juntou minha filha aqui em casa, um outro rapaz que ainda vai na APAE, e três irmãos, uma menina e dois meninos e aí foi montado APAE (VOLOSKI, 2018).

Neste depoimento percebemos alguns pontos importantes: em primeiro lugar, a busca pela cura da deficiência, diversas esferas de cura foram procuradas, a científica, a das crendices e até os últimos recursos, como deixa claro a fala da mãe. Em segundo lugar, a maneira como as famílias tiveram conhecimento da Escola Especial, que estava atendendo as crianças deficientes: os profissionais, ou a profissional, visitou as famílias para um trabalho de conscientização para levar as crianças à escola e oferecer um trabalho educacional especializado.

Considerando que memória e história estão inter-relacionadas em múltiplos processos, que implicam situações de difícil apreensão do que se considera matéria-prima e análise do passado, tanto a memória como a história são duas modalidades de recordar, de fazer os fatos, tempos e espaços serem presentes, com suas complexidades, recursos, mediações e intenções singulares (TEDESCO, 2011).

O ano de 1975, se destaca, como um momento de organização institucional, foram promovidos diversos documentos e registros necessários para o desenvolvimento do trabalho da entidade. Conseguiu-se o registro e autorização para funcionamento da escola como órgão estadual, pelo fato da escola especial estar há dois anos em andamento, conseguiu-se, assim, o repasse do Governo do Estado, tendo os comprovantes das aplicações. Foi iniciado o processo de registro junto ao Ministério da Educação (MEC). E, na Prefeitura Municipal, foi conseguido o auxílio para a contratação de médico, psicólogo, fonoaudiólogo e terapeuta ocupacional, necessários para os atendimentos dos usuários, sendo nove neste ano. A APAE desenvolveu ainda um trabalho de conscientização com a comunidade, convidando a mesma para conhecer a entidade; realizou um projeto nas escolas do município para ampliar as informações sobre a temática em volta dos deficientes, iniciando um processo de quebra de paradigmas e preconceitos (APAE GETÚLIO VARGAS, 1975, p. 05-08).

No ano de 1977, com todos os devidos documentos organizados, tais como a adesão do Estatuto Social das APAEs, declaração expressa da adesão aos Estatutos da Federação Nacional, da Federação dos Estados e Estatuto das APAEs, bem como as deliberações das Assembleias Gerais e Resoluções do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da Federação Nacional das APAEs, a APAE de Getúlio Vargas filiou-se a Federação Nacional das APAEs, também organizou seu primeiro relatório de atividades, o qual é um “[...] documento oficial que serve como base para a avaliação da instituição pelos órgãos do Poder Público” (MELETTI, 2006, p. 100) e elaborou um plano de ação para o próximo ano; documentos que passaram a ser organizados anualmente (APAE GETÚLIO VARGAS, 1977, p. 08-10).

No ano 1978 uma nova proposta, provinda das necessidades da demanda, foi implementada na entidade, a escola profissionalizante, que oferecia formação básica para os usuários em técnicas de marcenaria, com objetivos de formação profissional, para uma possível fonte de renda. Sendo que nesse ano o número de usuários de nove no ano de 1975, aumentou para 35, em apenas três anos de atividades da associação (APAE GETÚLIO VARGAS, 1978, p. 12-16).

A entidade mostrou-se preocupada com a situação de estudantes com dificuldades econômicas, as quais estavam prejudicando o bem-estar e o seu desenvolvimento junto à escola, então em 1978, a APAE iniciou a compra de uniformes para estes estudantes. Providenciou também o pagamento do ônibus de um estudante que vinha da SOGEASME, entidade que acolheu o adolescente (APAE GETÚLIO VARGAS, 1978, p. 12-16).

Devido ao aumento considerável de usuários, observou-se a necessidade de um prédio maior e mais bem estruturado para o trabalho desenvolvido pelos profissionais e para os atendimentos dos deficientes e suas famílias. Para tal, em 1979 foi iniciada a procura por uma estrutura física no município, estendendo o pedido de auxílio para a Prefeitura Municipal de Getúlio Vargas. Algumas colaborações em dinheiro dos representantes de algumas classes de trabalhadores foram recebidas pela entidade para contribuir com o objetivo de uma nova sede. Este ano também ficou marcado pelas primeiras fiscalizações para avaliar o trabalho desenvolvido na APAE, como a fiscalização realizada por uma equipe da FAERS. Foi também iniciado o projeto de implementação de uma oficina pedagógica, com objetivo de desenvolver habilidades em diferentes artesanatos, buscando por meio desta oficina, a autonomia dos usuários, possibilitando uma fonte de renda. A regulamentação dos funcionários estava entre umas das principais preocupações da diretoria, que iniciou o processo burocrático para tal. Podemos ainda perceber que as folhas do livro de atas nº 1, da APAE Getúlio Vargas, as folhas 19 e 20 estão faltando; ao final da folha 18 há a abertura da Ata nº 7/79, que aparentemente corresponde à mesma letra da ata continuada na folha 21, sendo que o próximo registro corresponde à contagem: Ata nº 8/79 (APAE GETÚLIO VARGAS, 1979, p. 17-21).

Com a demanda de usuários e estudantes cada vez maior – graças ao crescimento atingido pela associação – e as instalações se mostrando precárias, necessitando de reparos constantes, iniciou um momento crítico, em que a necessidade de um novo prédio para a APAE Getúlio Vargas mostrava-se fundamental para a continuação do trabalho realizado. Em meados de 1980, em meio a muitas campanhas, a entidade recebeu em doação um terreno, com 4.200

m², pela Sociedade Meridional dos Irmãos Maristas (APAE GETÚLIO VARGAS, 1980, p. 22-28).

Como as campanhas foram intensificadas para arrecadação de verbas objetivando a construção do novo prédio, verbas do Centro Nacional de Ensino Especial (CENESP) e do município foram conseguidas para construção dele. Também foi acertado o convênio com a Legião Brasileira de Assistência (LBA), para repasses das atividades desenvolvidas no setor da Assistência Social. Entre os anos de 1980 e 1982, muitas foram as campanhas e recebimentos de verbas, o novo prédio foi erguido com 863,5 m² de área construída, composto por quatro salas que compõe o setor de apoio especializado (fisioterapia, terapia ocupacional, psicologia, assistência social, fonoaudiologia e estimulação precoce), duas secretarias, uma da entidade e uma da escola, duas salas da gestão escolar, sala dos professores, seis salas de aula, uma oficina pedagógica, um salão nobre, um salão aberto, refeitório, cozinha e banheiros (APAE GETÚLIO VARGAS, 1982, p. 33-35).

Figura 1: Primeira sede da APAE Getúlio Vargas, em 1974



Fonte: Acervo APAE Getúlio Vargas. Fotografia não identificado.

Figura 2: Atual sede da APAE Getúlio Vargas, em 2018



Fonte: Acervo da autora.

Nas Figuras 1 e 2, temos as imagens das duas sedes da APAE Getúlio Vargas. Na Figura 1, a imagem em preto e branco mostra a primeira sede da associação, podemos observar a fachada em alvenaria de cor clara, também desenhos infantis na parede. Há uma porta ampla aparentemente de madeira e duas menores, uma delas está aberta, uma janela e o telhado é de telhas. A lateral direita da imagem mostra um dos lados do imóvel, sendo este de madeira com várias janelas dispostas na extensão. Em frente à associação há onze pessoas, na maioria crianças, podendo ser estudantes, ou ainda profissionais da entidade e estudantes, levando em consideração que o primeiro registro da quantidade de estudantes é feito em 1975, era de nove (APAE GETÚLIO VARGAS, 1978, p. 12-16).

Ainda em relação à Figura 1 podemos apontar que não há como diferenciar a existência de uma calçada, ou grama em frente à entidade por efeito da coloração da foto, por esse mesmo motivo, a separação entre o espaço de circulação de pedestres e a rua também ficou afetada, assim como a identificação de como a rua era. Podemos ainda ressaltar que observa-se que o local não possui infraestrutura necessário para o funcionamento de uma escola especial, condições físicas de suporte adequado ao frio e ao calor, de acessibilidade, que se tratava de um antigo depósito, que com alguns desenhos infantis na parede, ajudam a propiciar uma questão

simbólica de espaço educativo, escolar, de criança. Mas podemos nos questionar, sobre a possibilidade das pessoas dispostas na foto serem todas estudantes da escola, crianças e adultos, e estarem todos num espaço pensado para a infância ou infantilizado.

De acordo com um estudo conduzido por Ferreira (1994) sobre instituições especiais e as práticas pedagógicas desenvolvidas, constatou que as intenções educativas eram fragmentadas, enfatizando o treino das funções elementares, restringindo as possibilidades de apropriação de formas culturais maduras de atividade humana, a autora nos mostra, por exemplo, que as atividades pedagógicas propostas para o ensino de jovens e adultos com deficiência intelectual reproduziam as atividades pré-escolares.

E sobre o estudo de Carlo (1997) realizado numa instituição asilar para deficientes intelectuais, a autora apresenta que as condições institucionais, além de empobrecidas e restritas de oportunidades que favoreçam o desenvolvimento de atividades práticas e de funções psíquicas complexas, subordinam os internos a procedimentos de infantilização e disciplina.

Na Figura 2, temos a entrada principal do prédio da entidade, finalizado em 1982, podemos perceber que a construção é de tijolos e uma calçada de acesso com cobertura. A comparação entre as duas imagens nos revela a progressão que a entidade teve na qualidade de estrutura ofertada aos usuários e suas famílias, a preocupação com a segurança deles se mostra nos portões e grades, a aparente acessibilidade, em decorrência de não haver degraus e as portas serem largas. O telhado de acesso que fornece maior qualidade de acesso aos que chegam na entidade, principalmente nos momentos chuvosos. Na lateral direita, de quem olha a foto percebemos um climatizador, possivelmente instalado posteriormente, entre os anos de 1982 e 2018. E ainda o zelo com o fator estético da entrada do prédio a pintura sem descascados e a ornamentação do jardim.

Segundo Kossoy (2007) a organização da aparência é o ato que constitui o processo de elaboração da representação, regendo assim, a constituição da representação fotográfica, essa representação será sempre uma realidade externa à fotografia, uma realidade fotográfica, ou, ainda conforme o autor: uma segunda realidade. Portanto, essas representações contêm em si as informações iconográficas sobre um dado real, ou seja, os elementos icônicos que compõem o registro visual, mas o acesso às informações dessa imagem será sempre o acesso a essa segunda realidade, àquela da representação de uma sala de aula elaborada.

Após a construção da nova sede, os anos seguintes foram financeiramente difíceis, em alguns anos terminando com déficit, a entidade iniciou um programa para cadastro de pessoas como doadores, para descontos nos valores do imposto de renda (APAE GETÚLIO VARGAS,

1982, p. 36-55). Com a aproximação do aniversário dos quinze anos da entidade, muitas festividades foram organizadas para acontecerem durante da Semana do Deficiente, de 21 a 28 de agosto de 1988, como uma missa de agradecimento, atividades diferentes para os estudantes, feira de artesanato, na qual foram vendidos 400 carrinhos de madeira confeccionados na oficina de profissionalização, entre outros artesanatos. Também foram iniciadas as primeiras discussões em volta de uma possível troca da kombi por um micro-ônibus (APAE GETÚLIO VARGAS, 1988, p. 56-58).

A Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, estabelece normas gerais para assegurar os direitos das pessoas com deficiência e sua efetiva integração social. Sua aplicação trouxe dúvidas sobre como orientar as famílias, visando, sobretudo a tutela das pessoas com deficiência e o passe livre nos transportes coletivos. As famílias mostraram grande interesse, neste direito, em virtude das constantes viagens em busca de exames e tratamentos não existentes no município (APAE GETÚLIO VARGAS, 1991, p. 65-66).

Em 1990, a participação da APAE junto à comunidade em união das ações em prol aos deficientes, novamente foi afirmada quando a entidade participou da criação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (COMDICA), elaborado com base do Art. 88 da Lei Federal nº 8069/90, a lei do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Com a resolução nº 001 do FNDE, Art. 3º, parágrafo 1º, o município seria responsável por destinar 8% dos investimentos da educação, para educação especial. Assim a APAE, em 1991, apresentou a resolução aos municípios que atendia, para esperar um retorno dos mesmos sobre a situação dos repasses à entidade. Neste ano também se iniciaram propostas de projetos para a troca da Kombi, que efetivava o transporte dos usuários, para um micro-ônibus, em decorrência do aumento da demanda (APAE GETÚLIO VARGAS, 1991, p. 66-68).

A eleição da equipe gestora da Escola Especial passou a ser realizada por voto direto e secreto pelo corpo docente, podendo ainda proceder sobre indicação da diretora. Ainda em 1992, técnicos, fonoaudiólogo, psicólogo, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, médico neurologista, trabalhavam como autônomos, sendo prestadores de serviços à APAE, e então em 1993 foram regulamentadas suas situações como contratados, junto ao INSS (APAE GETÚLIO VARGAS, 1992, p. 75-76).

A Lei Municipal 2304/94, do município de Getúlio Vargas, cedeu professores para a APAE, o que acarretou para a diretoria rever o quadro de professores contratados e ocasionou algumas demissões, em razão do quadro de profissionais estar maior do que a demanda das turmas e atendimentos necessários (APAE GETÚLIO VARGAS, 1994, p. 79).

O início do de 1995 foi marcado pela extinção da Legião Brasileira de Assistência (LBA), vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, a qual repassava fundos à secretaria municipal, responsável pela Assistência Social no município e esta fazia o repasse à APAE, para desenvolver seu trabalho na área (APAE GETÚLIO VARGAS, 1995, p. 85-88).

Com propósito de prevenção, a entidade iniciou e implementou o Teste do Pezinho, estes eram enviados a Porto Alegre para análise. Ressalta-se a importância das APAEs neste processo, em vista de que esta foi a primeira entidade a ofertar o exame na cidade de São Paulo, pela iniciativa e projeto do pediatra paulista, o professor Benjamin Schmidt, ainda em 1976 (APAE SÃO PAULO, 2018). Em virtude da homologação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990), ficou definida a obrigatoriedade do acesso das crianças ao exame, de acordo com o

Art. 10. Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a: III - proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais (BRASIL, 1990).

O Estatuto foi responsável por trazer não só, até então, a alguns estados o exame, mas formalizar a necessidade do mesmo para todos os nascidos no Brasil, em todos os municípios. Mesmo já passados cinco anos desde sancionada a lei, não havia a oferta do exame em Getúlio Vargas, então a APAE passou a atender as famílias da cidade e da região com seus bebês, de três a cinco dias de vida, em virtude de prevenção, visto que a fenilcetonúria, quando diagnosticadas precocemente, dispõe de reversões em muitas lesões, tais como as do desenvolvimento intelectual (DIAMENT, 2012, p. 07).

Mudanças ao nível das divisões regionais no estado do Rio Grande do Sul reorganizaram a APAE de Getúlio Vargas à 5ª Delegacia Apaeanas, com sede na APAE do município de Erechim (APAE GETÚLIO VARGAS, 1995, p. 88).

Em 1996, para suprir a assistência que a antiga LBA fornecia, a Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, iniciou processo de convênio com entidades que prestavam tais serviços à população, assim, nesse ano, a APAE Getúlio Vargas assinou o convênio para receber os repasses financeiros, já fornecidos no mesmo ano, e passou a ser sujeita a fiscalizações. Devido à ampliação dos serviços prestados à comunidade do município e da região e às modificações legais, tais como a extinção da LBA e o convênio com a Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, Noely Albuquerque, presidente da APAE Passo Fundo e Coordenadora Regional da Federação das APAEs, foi a Getúlio Vargas em visita para

discutir e explanar sobre o trabalho das APAEs, trabalho que necessitava ser mantido e efetivado mesmo com os repasses governamentais atrasados, como estava acontecendo naquele ano (APAE GETÚLIO VARGAS, 1996, p. 91-100).

Percebemos que, conforme dados das atas do ano de 1996, há formação e estudo sobre mudanças legais que interferem no trabalho desenvolvido na entidade, porém não há registro sobre estudos, discussões, e/ou orientações das esferas estadual e federal, sobre as novas indicações homologadas na Lei de Diretrizes da Educação Nacional. Lei nº 9.394 de 1996, que em seu artigo 59, determina aos sistemas de ensino, que assegurarão aos educandos com necessidades especiais, entre outros aspectos: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; terminalidade específica mesmo para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências (BRASIL, 1996, p. 43).

No mesmo ano, na associação, surgiu o debate sobre o atendimento a pessoas com deficiência auditiva, estas que por sua vez não possuíam deficiência intelectual, não se adequando ao público de atendimento da APAE, mas como não possuíam outra instituição para suporte e assistência, tanto educacional, quanto técnica e social, foi a APAE que forneceu tal apoio às famílias. Assim se iniciou o estudo e o debate sobre a criação de uma Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos (APADA) de Getúlio Vargas. Uma nova reunião foi realizada com diretoria, professores, pais e representantes da Décima Quinta Delegacia da Educação do Estado Do Rio Grande do Sul – Setor da Educação Especial, para tratarem da questão da criação da APADA. As professoras dos estudantes com deficiência auditiva iniciaram sua fala, sobre uma possível inclusão destes estudantes na escola regular, visto que não se enquadram na demanda da APAE e não possuem uma adaptação satisfatória dentro da entidade (APAE GETÚLIO VARGAS, 1996, p. 07-09).

A representante da 15ª Delegacia embasou sua fala nos aspectos legais de uma escola especial para deficientes auditivos, apresentou uma cópia do Estatuto da APADA Passo Fundo, e explanou sobre ele. Os representantes da APAE apresentaram-se em regime de colaboração com a criação e desenvolvimento da APADA, destacando que o número de estudantes com deficiência auditiva era de 25 naquele ano, sendo bastante expressivo em decorrência de acolher a população do município e região. Diversos pais deram seus depoimentos sobre a educação escolar de seus filhos, se mostraram muito interessados e manifestaram desejo à criação da APADA no município. Foi criada assim, uma comissão de fundação da APADA com oito pessoas, sendo elas, professoras e pais. Desta maneira, no dia 11 de abril de 1997, na sede da

Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Getúlio Vargas, foi assinada a ata de criação da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos (APADA) de Getúlio Vargas, pelos 31 membros fundadores (APAE GETÚLIO VARGAS, 1997, p. 09-10).

No mesmo ano também foi ampliada a área física, sendo construída uma garagem para os veículos da entidade, um carro Del Rey e uma Kombi, e uma área para a oficina profissionalizante de marcenaria. Algumas reformas também foram realizadas, como a troca do piso da oficina pedagógica de artesanato e manutenção das salas, com a colocação de cortinas e troca de mobília quebrada. Foram lançadas novas campanhas para arrecadar fundos, dentre elas, um programa com uma empresa de telecomunicações. Com os recursos captados se objetivava a construção de uma quadra coberta para atividades múltiplas, de uso comum, a qual foi sugestão do corpo docente da Escola da entidade, aprovada pela diretoria (APAE GETÚLIO VARGAS, 1997, p. 11-13).

Figura 3: Sala de alfabetização da primeira sede da APAE Getúlio Vargas, em 1977



Fonte: acervo APAE Getúlio Vargas. Fotografia não identificado.

Figura 4: Sala de aula na atual sede da APAE Getúlio Vargas, em 2000



Fonte: acervo APAE Getúlio Vargas. Fotografia não identificado.

Na Figura 3, a imagem é em preto e branco com crianças e/ou adolescentes, levando em consideração sua estatura física, os quais estão dispostos em fileiras, usando móveis de madeira (cadeira e mesa), mostram-se concentrados na tarefa, todos olhando para os cadernos, revelando uma possível pose, organizada anteriormente à foto. A professora está ao fundo da sala, supervisionando de maneira mais específica um estudante. As paredes são de madeira, aparentemente sem pintura, devido às marcas naturais das mesmas que podem ser observadas, há alguns cartazes com desenhos fixados. Observamos uma janela que está aberta dando a visão a um ambiente arborizado.

Na Figura 4, a imagem mostra uma sala com paredes de tijolos, pintada de branco e o chão é revestido de lajotas escuras. À esquerda há um armário de madeira, ao fundo uma janela com grades e cortinas, um pequeno banco abaixo da janela e uma pia; à direita há um espelho, que provavelmente está fixado na parede desde o chão, e um rádio; mais no centro está disposta uma única mesa, comprida, com cadeiras, ambas de madeiras pintadas de branco e sob elas um tapete que cobre boa parte da superfície. Ao fundo há uma janela que não apresenta muita vedação para o vento e no momento não havia estudantes ou professores no ambiente.

Entre as Figuras 3 e 4 podemos observar várias diferenças entre os ambientes para o trabalho escolar desenvolvido com os estudantes, iniciando pela estrutura física das salas, o

mobiliário, que também reflete a abordagem política-pedagógica adotada pela escola da entidade, como uma única mesa, fazendo uso do trabalho coletivo, o uso do espelho e do rádio nas aulas e a pia, para provavelmente facilitar os cuidados da higiene pessoal dos estudantes. Observamos também que na Figura 3 o ambiente escolar é a reprodução de uma sala de aula da escola regular tradicional.

Quanto à organização das salas de aula, Barbosa e Horn (2001, p. 64) afirmam como fundamental considerar a sala como parte integrante da ação pedagógica, destacando que são fatores determinantes desta organização o número de estudantes, a faixa etária, as características do grupo e a parceria entre professores e estudantes. E ainda acrescentam, a partir das suas pesquisas sobre os espaços das escolas, sobre como pode ser observada as propostas pedagógicas dos professores pela organização dos ambientes, a sala de aula:

Ela traduz as concepções de criança, de educação, de ensino e aprendizagem, bem como uma visão de mundo e de ser humano do educador que atua nesse cenário [...] Por exemplo, se o educador planeja as atividades de acordo com a idade de que as crianças aprendem através da memorização de conceitos; se mantém um atitude autoritária sem discutir com as regras do convívio em grupo; se privilegia a ocupação dos espaços nobres das salas de aulas com armários (onde somente ele tem acesso), mesas e cadeiras, a concepção que revela é eminentemente fundamentada em uma prática pedagógica tradicional [...] em uma concepção de mão única, ou seja, o professor ensina e o estudante aprende, toda a organização do espaço girará em torno da figura do professor (HORN, 2004, p. 61).

No ano de 1998, a APAE Getúlio Vargas comemorou 25 anos de fundação, para tal foram desenvolvidas atividades festivas, como Sessão Solene na Câmara Municipal, solenidade em homenagem aos antigos presidentes pelo trabalho desenvolvido na entidade, a qual contou com a participação da comunidade e apresentações artísticas dos estudantes. Podemos observar a participação ativa dos estudantes em ações e eventos junto à comunidade, tais como apresentações artísticas, desfiles cívicos, produção e venda dos trabalhos realizados nas oficinas (APAE GETÚLIO VARGAS, 1998, p. 14-20).

Nesse ano comemorativo também foi organizada uma reportagem, transmitida no programa “RBS Comunidade”, de alcance estadual, o qual mostrou uma parcela da rotina da entidade, desde a chegada dos usuários no início da manhã, até o término das atividades no final da tarde. Seguida pela organização de propagandas em emissoras de televisão, no rádio e jornal local, todas destacando o trabalho da entidade nos seus 25 anos de atuação, e fornecendo informações sobre a atual campanha de arrecadação de fundos junto a uma empresa de telecomunicações (APAE GETÚLIO VARGAS, 1998, p. 17-18). Sobre a representatividade e a valorização da APAE na sociedade, temos a fala da responsável pelo setor administrativo:

Eu só posso dizer o seguinte: que quando diz respeito à APAE, quando você fala APAE, parece que é uma palavra mágica, tanto é que há poucos dias foi comentado, num trabalho realizado para conseguir as doações de Imposto de Renda, uma pessoa [...] comentou o seguinte [...] que quando for em busca dessas contribuições que ressaltassem que seria para APAE que quando se fala no nome APAE, colaboram, as pessoas ajudam [...] que quando você dissesse APAE ninguém se negaria. Então a gente vê, que ali fora há o reconhecimento pelo trabalho aqui realizado e a confiança que existe nesse nosso trabalho aqui realizado, eu sinto isto, que APAE é vista com os olhos diferentes do que se vê qualquer outra entidade (FILIPPON, 2019).

É relevante observar, no testemunho, que a entrevistada também apresenta a fala de outras pessoas, para enfatizar seu ponto de vista, que a entidade APAE possui uma grande e positiva visibilidade na cidade em geral e a comunidade não se nega em ajudar, sempre que necessário.

Ainda em 1998 as verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), foram repassadas sem grandes atrasos. O município de Sertão mostrou interesse em trazer sua demanda para a APAE de Getúlio Vargas, esta atende as famílias e os usuários do município sede, de Estação, Erebangó, Ipiranga do Sul, Florianó Peixoto e Charrua. Os convênios com os municípios são renovados anualmente, alguns municípios fornecem cedências de profissionais necessários na entidade e outros fazem um repasse de verba, para os atendimentos (APAE GETÚLIO VARGAS, 1998, p. 10).

No ano de 1999 observou-se a necessidade de alterações na estrutura física da entidade devido à acessibilidade de todos que necessitam circular no ambiente, por esse motivo foi encaminhado um projeto ao Ministério da Educação (APAE GETÚLIO VARGAS, 1999, p. 22-23).

Em 2000, a APAE Getúlio Vargas contava com dez cedências de profissionais do município de Getúlio Vargas, três de Estação, uma de Erebangó e uma de Florianó Peixoto, com verbas repassadas pelos municípios de Ipiranga e Charrua, ofertando seus atendimentos para 140 usuários. Por motivos legais, da Resolução nº 253/2000 do Estado do Rio Grande do Sul, que regulamenta que os estabelecimentos escolares integrantes do Sistema Estadual de Ensino serão designados de acordo com mesma, a entidade que possui convênio com o estado e recebe verbas destinadas à educação necessitou adequar-se e alterar o nome da escola, de Escola de 1º Grau Incompleto para Educação Especial, passou a ser Escola de Educação Especial de Getúlio Vargas (APAE GETÚLIO VARGAS, 2000, p. 38-42).

Foi realizada a compra de cadeiras de rodas, para usuários da entidade e pelo trabalho desenvolvido no ano 2000, foi escolhida como entidade destaque pelo jornal A Região de Erechim em 2001. Neste ano ainda, a Federação Nacional das APAEs publicou o documento

APAE Educadora: A escola que buscamos, para tanto foi realizado o Primeiro Seminário Estadual de Divulgação da APAE Educadora em Porto Alegre, ao qual a entidade enviou a vice-diretora como representante. Após a participação do mesmo, houve uma reunião para a explanação dos aspectos mais relevantes e possíveis modificações na escola (APAE GETÚLIO VARGAS, 2001, p. 44-45). De acordo com a professora que era vice-diretora no ano, e participou da formação em Porto Alegre,

Como essa proposta foi feita nacionalmente, depois cada formador que estava do estado tinha que repassar para suas regionais, que foi nesse momento que eu fui para lá, Porto Alegre. O que eles fizeram? Eles nos convenceram, não sei se esse é o termo. Da necessidade, que todas as APAEs que estivessem filiadas à Federação das APAEs, teriam que implementar o processo da educadora, para mim foi muita novidade, mas muita coisa que nós já fazíamos. A única questão que nós não fazíamos, era diferenciação por idade, a gente não agrupava os estudantes por idade. Mas no mais, a questão da inclusão social, a nossa APAE sempre trabalhou muito para isso, a questão da inclusão na escola comum, sempre que possível, com apoio, a gente também fazia. Lá a gente estudou cada parte da proposta da APAE Educadora, a justificativa dela, porque que ela surgiu, todas as questões legais, históricas, e a importância de se adequar, a questão de uma escola para todos, todo esse processo, e a gente foi estudando cada nível dessa proposta da APAE Educadora, cada divisão, desde a Educação Infantil, Ensino Fundamental, preparação para o mundo do trabalho (BOTTON, 2018).

Podemos perceber que a iniciativa da APAE Educadora era nortear as ações educativas, embasada nos princípios normativos da educação nacional, buscando uma identidade para a educação das Escolas Especiais das APAEs, isto trouxe um novo significado para a sua estruturação educacional. Sobre a questão a professora ainda relata:

Dentro desta proposta da APAE Educadora, se partiu do modelo médico para o modelo social, então realmente vamos investir para as que as crianças se desenvolvam, se não intelectualmente, por que eles só estão na APAE, é por que eles têm deficiência intelectual, isso também foi uma das questões que mudou, antes íam todos, tínhamos na época surdos na APAE, com essa nova mudança os surdos tiveram que sair, porque eles não tinham deficiência intelectual, só ficaram duas meninas surdas que tinham deficiência intelectual associada, então a APAE é para deficiente intelectual e pro deficiente múltiplo, desde que tenha intelectual junto, então essa mudança também teve, a partir disto os estudantes que vinham para avaliação se não tivesse uma deficiência intelectual comprovada, eles não ficavam mais, isso abriu um leque de possibilidades maiores pra eles também, a escola comum tem que trabalhar pra que eles se desenvolvam, evoluam (BOTTON, 2018).

Neste depoimento é possível notar que, a partir da publicação e das orientações fornecidas às APAEs pela FEAPAES, a demanda atendida nas entidades foi realmente definida, antes as APAEs atendiam a todos que numa maneira geral não se enquadravam na escola regular. Com a APAE Educadora, para deixar de frequentar a escola regular e ser matriculado

na Escola Especial, era necessário passar por uma triagem de profissionais e a deficiência intelectual ser confirmada.

Ainda, sobre as adequações referentes ao documento da APAE Educadora, lemos na Ata nº 05 do ano 2001, registrada no Livro de Atas nº 2 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Getúlio Vargas – RS:

[...] sendo que a escola deve adequar-se o melhor possível com a escola fundamental sendo que a escola da APAE deve adequar os níveis e modalidades de Educação e Ensino tendo essas três fases: I fase: Educação Básica – Educação Infantil de 0 a três anos – Educação Precoce de 4 a 6 anos. Ensino Fundamental- II Fase de 7 a 14 anos. Escolarização Escolar, conforme desenvolvimento da criança no ciclo I, II, e III, Fase a partir dos 15 anos. Escolarização de Jovens e Adultos sempre respeitando a capacidade do estudante sendo que o mesmo tiver condições poderá ir para a formação profissional com programas pedagógicos específicos onde vai ser preparado para o mercado de trabalho (p. 44-45).

A elaboração do documento pela FENAPAES teve como precursor a homologação da LDB em 1996, sendo que no Ofício 2010/97, enviado pela Federação Nacional das APAEs (FENAPAES, 1997, p. 01) à Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (MEC), apresenta o “parecer técnico sobre as questões da Educação Especial e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, que estão sendo abordados pela LDB”, assinado pelo presidente da Federação, Deputado Eduardo Barbosa, é apresentada a preocupação da Federação com o financiamento das instituições especiais que atuam exclusivamente na área da educação especial:

A lei determina que serão objeto do apoio governamental as de atuação exclusiva na área de educação especial, criando a necessidade destas instituições se reordenarem limitando a sua atuação, uma vez que diversas delas atuam também na área de reabilitação, habilitação, saúde e assistência social. Este fato traz um novo complicador na conceituação dos serviços de educação especial (FENAPAES, 1997, p. 02).

A indicação das instituições que atuam exclusivamente na área da educação especial, limita a atuação das APAEs, que oferecem outros atendimentos, colocando em risco seus atendimentos e seu espaço social.

O documento também explicita a preocupação, da ameaça, da inviabilidade do atendimento institucional na indicação de ampliação da oferta de educação especial da rede regular de ensino, conforme possíveis interpretações da LDB 96:

A lei 9.394/96 determina, ainda, que o poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independente do apoio às instituições filantrópicas. Este parágrafo pode levar à interpretação que não haverá nenhuma ampliação do atendimento nas instituições não governamentais apoiada pelo poder público. A ampliação só se dará na rede pública. Isto poderá paralisar o atendimento. Ou reconceituamos o que é serviço de educação especial público para além do tradicional serviço estatal ou iremos prejudicar a rede existente (FENAPAES, 1997, p. 02).

Outra preocupação apresentada, ainda, é a municipalização da educação especial.

Segundo o documento:

[...] por interpretação, ao nosso entender dúbio da LDB e do papel das instituições filantrópicas privadas, diversos municípios vêm colocando não ser mais necessário apoiar trabalhos das APAEs ou de outras instituições filantrópicas, uma vez que deverão criar rede especializada pública. Adotam a política de eliminação ou investem na rede pública de educação especial e deixam de investir na rede filantrópica, ou vão investir apenas nos atendimentos de apoio aos estudantes integrados. Não há uma visão global sobre o assunto que contribua para a complementação de serviços e parceria entre as redes para cumprir o desafio de oferecer escola para todos (FENAPAES, 1997, p. 03).

O Ofício, então, considerando a amplitude dos serviços especializados prestados a pessoa com deficiência, o dever constitucional do Estado, a precariedade quantitativa do atendimento oferecido pela rede pública e os custos da educação especial, apresenta sua proposta,

A publicação de formas alternativas para inclusão das instituições filantrópicas de atendimento à educação especial no artigo segundo da Lei 9.424, ou a ampliação do conceito de serviço público de educação especial. Sugere-se uma regulamentação deste artigo ou uma lei específica sobre o assunto, que contenha artigo com a seguinte relação: poderão ser consideradas como entidades públicas de educação especial as instituições filantrópicas regularmente registradas junto ao MEC, que prestam serviços de natureza pública, têm controle comunitário das verbas e não têm fins lucrativos (FENAPAES, 1997, p. 05).

Conforme apresenta Meletti (2006, p. 78), o Estado não atende explicitamente as reivindicações da FENAPAES e esta passa, a organizar uma linha de ação cujo principal objetivo é a estruturação de uma atuação prioritariamente educacional em suas instituições. Assim, em 1997, iniciam-se as discussões desencadeadas pelo Plano Estratégico – Projeto Águia, que objetivou a elaboração de um “Eixo Referencial de Atuação”, que estabelece “linhas gerais norteadoras para o movimento apaeano quanto ao seu compromisso social frente à atual

política educacional brasileira, de possibilitar programas educacionais ofertados pelas escolas das APAEs” (FENAPAES, 1997, p. 11).

Tendo como resultado do Projeto Águia, em 2001, o lançamento da *APAE Educadora: a Escola que Buscamos*, pelas FENAPAES, que sintetiza a proposta de unificação das ações educacionais de todas as instituições federadas. A FENAPAES ressalta que a proposta do documento é uma escola com um compromisso social a todas as pessoas com deficiência mental, unificando as ações pedagógicas das APAES. Além disso, visa suprir a necessidade de atender as demandas sociais latentes e sistematizar as ações pedagógicas das escolas das APAEs, dentro de uma perspectiva formal de escolarização para a vida. A proposta APAE Educadora caracterizou-se como um instrumento de identidade das ações educacionais do movimento apaeano, expresso pelo compromisso de materializar o direito de todos a uma educação de qualidade (FENAPAES, 2001, p. 08-09). Desencadeando as alterações apresentadas acima, registradas nas atas da APAE Getúlio Vargas, como a reorganização das turmas, a nomenclatura da escola, e a organização estrutural da mesma, nos modelos de uma escola regular.

Em todo documento percebemos a inclusão social como objetivo, por outro lado, a inclusão no sistema regular de ensino é apresentada como uma possibilidade existente, caso o estudante se desenvolva e possa progredir na sua escolarização, no sistema regular. Mas não há indicação

[...] em que circunstâncias o estudante com deficiência mental deve ser considerado elegível para o ensino especial ou para outras instâncias educacionais. Não faz a diferenciação de níveis de comprometimentos, não indica as necessidades educacionais especiais acarretadas pela deficiência mental e nem os níveis de apoio necessários. Assim, é possível o entendimento de que a condição de deficiência mental, por si só, justifica o acesso e a permanência do estudante em escolas especiais. Mais, a deficiência mental é considerada a necessidade especial do estudante (MELETTI, 2006, p. 80).

Meletti (2006), ainda conclui sobre o documento:

Assim, a APAE Educadora apresenta uma proposta de organização e estruturação cujo o objetivo é a construção de uma escola de educação especial inserida no sistema regular de ensino (MELETTI, 2006, p. 80).

Estão, assim, as escolas especiais filiadas às esferas públicas e integrando o conceito de serviço público de educação especial, se adequando ao que propunha com a LBD de 1996.

O movimento organizado pela FENAPAES, em consonância à publicação da APAE Educadora, foi de grande instância, a nível nacional, sendo realizados diversos momentos de formação para os profissionais, como o I Seminário Regional de Divulgação da APAE Educadora, em Erechim, para a participação de toda equipe docente da Escola Especial da APAE Getúlio Vargas. Em reunião, a diretoria apontou o fato de que a Estimulação Precoce é desenvolvida por um técnico da área da saúde e que de acordo com a Federação, a partir do próximo ano precisa ser desenvolvido por um pedagogo com formação específica, para tanto a professora Rosilete Galina se ofereceu para realizar o curso em Torres –RS e assumir o cargo. Foi discutida a necessidade de a APAE prestar assistência às escolas que possuem estudantes deficientes e com dificuldades de aprendizagem, pois apesar desses estudantes não estarem na escola especial da APAE, eles não deixam de estar presentes no público que a entidade presta serviços, por isso necessitam da atenção da mesma. No mesmo ano a professora de libras foi desligada da entidade, por motivo de os estudantes deficientes auditivos passarem a frequentar a APADA (APAE GETÚLIO VARGAS, 2001, p. 47-48).

O ano de 2002 iniciou marcado com dificuldade financeira, devido principalmente ao não repasse das verbas federais do ano anterior, referente ao fundo do FNDE - Dinheiro Direto na Escola. No mesmo ano, alguns membros da diretoria participaram de um curso de formação para os dirigentes apaeanos, promovido pela FENAPAES, no qual foram repassadas informações sobre a Campanha APAE Energia, organizada pela Federação e sobre alterações necessárias no estatuto, com orientações da mesma (APAE GETÚLIO VARGAS, 2002, p. 50-51).

O ano de 2004 destacou-se na área artística da entidade, a APAE Getúlio Vargas conquistou o primeiro lugar na categoria Folclore e Dança Regional, no Festival Nossa Arte, promovido pela FENAPAES, FEAPAES e APAES, se classificando para a fase estadual. Para participar dela seria necessária uma quantia e iniciaram-se ações junto às autoridades dos municípios que possuem convênio com associação, as quais foram convidadas para conhecer pessoalmente o trabalho desenvolvido pela APAE com as crianças e adolescentes vindos destes municípios (APAE GETÚLIO VARGAS, 2004, p. 66-70).

No início do ano 2005 os convênios foram reassinados pelos municípios de Getúlio Vargas, Estação, Erebangó, Ipiranga do Sul, Floriano Peixoto e Charrua. Percebeu-se a necessidade da regulamentação da Educação Infantil da Escola Especial da APAE. Foi iniciado o processo necessário para o convênio da entidade com o Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com o que estabelece a Portaria nº 1635/GM do Ministério da Saúde, para repasses

específicos para os atendimentos realizados pela área da saúde (APAE GETÚLIO VARGAS, 2005, p. 74).

A preocupação na divulgação da entidade também teve destaque, pela atenção em criar uma página na Internet e dispor um profissional para a manutenção dela; organizou-se um horário semanal na rádio local, na qual os diferentes profissionais da entidade falariam sobre o trabalho da APAE desenvolvido nas suas diferentes áreas de atuação; houve a participação na feira municipal com os artesanatos e produtos feitos na oficina profissionalizante (APAE GETÚLIO VARGAS, 2005, p. 75-81).

Porém, a real preocupação veio com a cartilha publicada pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, *O Acesso de Pessoas com Deficiência às Classes e Escolas Comuns da Rede Regular de Ensino*, houve muitos debates e aflição, também muitos movimentos em nível nacional, a associação de Getúlio Vargas necessitou promover reuniões junto às famílias, tanto para explanação da lei e debates, quanto para organizar as atitudes que a APAE deveria ter (APAE GETÚLIO VARGAS, 2005, p. 82).

Tais movimentos tiveram tanta expressão que foi instalada a Subcomissão das Escolas Especiais, requerida pelo deputado Marquinho Lang, para aprofundar estudos e avaliar a situação da educação especial no Rio Grande do Sul. A cartilha que gerou a criação da subcomissão ameaça de prisão os dirigentes de escolas e pais de estudantes que mantiverem seus filhos ali matriculados, sem levar em conta a realidade do ensino público no país (RIO GRANDE DO SUL, 2005, p. 05). Após doze reuniões pelo estado do Rio Grande do Sul, uma inclusive em Getúlio Vargas, e muitos debates realizados, foi lançado o documento Subcomissão das Escolas Especiais e do Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, o qual traz na sua apresentação o motivo da instalação de tal subcomissão, como foi desenvolvido o trabalho, relato das doze reuniões, com fotos, a conclusão, recomendações e em anexo uma série de leis relativas à temática (RIO GRANDE DO SUL, 2005).

A conclusão é iniciada com uma fala sobre os agentes da educação, os professores, que se sentem angustiados principalmente pelo fato da maioria não possuir uma formação em educação especial, pois na formação inicial não eram oferecidos a Libras, o Braille e formas de trabalhar com deficientes intelectuais. A acessibilidade – uma das necessidades básicas para a inclusão de deficientes físicos –, não é a realidade das escolas públicas no Brasil. Os preconceitos em torno da educação especial são muitos, dos próprios pais que têm medo de expor seus filhos, dos demais estudantes, ou dos pais dos outros estudantes por não quererem que a turma atrase os conteúdos em decorrência de uma criança deficiente. Há falha do Estado

no oferecimento de atendimento educacional especializado, bem como de recursos para as entidades que desenvolvem esse trabalho. Pois não são todos os municípios que possuem salas de recursos ou disponibilizam atendimentos, e há a necessidade dos estudantes com deficiência deslocarem-se diariamente para chegar a instituições que desenvolvem tal trabalho. A Subcomissão articula ainda sobre o art. 208 da Constituição Federal, do direito da educação a todos, que o Estatuto do Deficiente não está acessível e dos inúmeros relatos das famílias que foram ouvidos durante as doze reuniões, sobre os descumprimentos das leis e da falha das mesmas para a melhor assessoria dos deficientes (RIO GRANDE DO SUL, 2005, p. 66-67).

As recomendações partem dos apontamentos feitos nas conclusões, algumas são: a necessidade da reorganização dos cursos de base, para capacitar os futuros professores; uma formação continuada, para capacitar os professores que já atuam nas escolas; a acessibilidade nas escolas; reestruturação das escolas, dos seus currículos, de maneira mais específica; que a inclusão não deve só acontecer com o deficiente, mas com todos que sofrem algum tipo de exclusão, com os negros e os pobres; e a divulgação do Estatuto do Deficiente (PORTO ALEGRE, 2005, p. 68).

O ano de 2006 deixou a todos surpresos, a entidade recebeu uma doação de 27 mil euros da Kindermissionswerk, de Aachen, da Alemanha. Após o contato da organização alemã, foi necessário o encaminhamento de documentos para a mesma e em seguida o valor foi repassado para a APAE de Getúlio Vargas. Tal valor foi utilizado na compra do micro-ônibus, para o transporte dos estudantes (APAE GETÚLIO VARGAS, 2006, p. 93-94). Quando indagada sobre como ocorreu o contato da entidade alemã com APAE Getúlio Vargas, como teve conhecimento da entidade getuliense, entre tantas outras na mesma cidade, considerando a infinidade de entidades, associações, organizações não governamentais (ONGS) que prestam serviços à sociedade, no Brasil, a responsável pelo setor administrativo respondeu que a Kindermissionswerk de Aachen:

Teve conhecimento por uma nossa funcionária, que trabalhou por muito tempo aqui na APAE, e o filho dela que reside em Porto Alegre, ele passou algum tempo na Alemanha, estudando, fazendo estágios, ele teve contato com esta instituição e por intermédio dele e da Dona Helena ouve essa possibilidade de se fazer um projeto. Foi encaminhado um projeto [...] o repasse dos recursos não foi imediato, e quando repassaram, foi em dólares, e dólar era um valor mais baixo, aí tivemos que vender o terreno, lá onde foi a primeira sede da APAE, para completar o valor do ônibus (FILIPPON, 2019).

Portanto, é nesta fala que há o esclarecimento de como a entidade alemã, tem conhecimento e entra em contato com a APAE de Getúlio Vargas, possibilitando a elaboração

de um projeto que posteriormente é revertido em uma doação e efetiva-se a compra do micro-ônibus utilizado até hoje pela entidade.

Em 2007, o principal assunto foi a inclusão dos estudantes das escolas especiais nas escolas regulares e a pedido da Federação, foi realizado um abaixo assinado em favor das escolas especiais e enviado a órgãos públicos (APAE GETÚLIO VARGAS, 2007, p. 100).

Ainda em 2007, houve a publicação da Portaria 13/2007 que cria o

Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais com o objetivo de apoiar os sistemas públicos de ensino na organização e oferta do atendimento educacional especializado e contribuir para o fortalecimento do processo de inclusão educacional nas classes comuns de ensino (BRASÍLIA, 2007, p. 01).

Em janeiro de 2008 houve a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, elaborada pela equipe da secretaria da educação especial do Ministério da Educação – MEC (BRASIL, 2008).

A proposta da Política é que a educação inclusiva está inserida na concepção dos direitos humanos, na defesa de que todos os estudantes estejam juntos aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação, conjugando igualdade e diferença como valores indissociáveis. Argumenta que há a necessidade de confrontar práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, sendo assim, o papel fundamental é da educação inclusiva no espaço central da superação da lógica de exclusão. É nessa perspectiva que o Ministério da Educação lançou a Política, “[...] que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação para todos os estudantes” (BRASIL, 2008, p. 4). Possuindo como objetivo norteador assegurar a inclusão escolar de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidade (BRASIL, 2008, p. 08).

A proposta aponta ainda que a educação especial se organizou no Brasil, como um atendimento especializado substituto ao ensino comum, originando instituições especializadas, aponta que estas organizações realçam o conceito de normalidade/anormalidade, determinando formas de atendimento, por meio de testes e diagnósticos, definem as práticas escolares para os estudantes com deficiência (BRASIL, 2008, p. 05).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva inicia fazendo uma linha história muito breve dos marcos e normativas legais brasileiros. No Diagnóstico da Educação Especial, apresenta dados do Censo Escolar, que em 2004 teve atualização de conceitos e terminologias, coletando dados dos estudantes atendidos pela educação especial, apontando que as matrículas dos estudantes com deficiência eram de 53,2%

em 1998 e que em 2006 chegavam a 63%. Deste percentual de matrículas, das escolas que receberam esses estudantes, em 2006, 2.724 eram escolas especiais, 4.325 escolas comuns com salas especiais e 50.259 escolas comuns com inclusão nas turmas de ensino regular (BRASIL, 2008, p. 07), porém não há dados das porcentagens de estudantes que cada modalidade de ensino atende.

O documento finaliza com as diretrizes, que asseguram a educação especial em todos os níveis e modalidades da educação, realizando atendimentos educacionais especializados, disponibilizando serviços e recursos próprios desses atendimentos e fazendo orientação às famílias e professores. Sendo enfatizado em todo o corpo do texto sobre as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva o trabalho a ser desenvolvido pelo atendimento educacional especializado, desde a educação infantil, até o ensino superior (BRASIL, 2008, p. 16-18).

Muitas foram as manifestações após a publicação da cartilha, a Federação organizou os movimentos nas capitais brasileiras, incentivando os movimentos descentralizados, como o ocorrido em Getúlio Vargas, descrito por uma professora que atuava naquele ano na Escola Especial da APAE:

A gente fez um movimento no ginásio de esportes municipal, era uma semana de muita chuva, não adiantava tu querer fazer alguma coisa fora, porque as pessoas não iriam, então a gente conseguiu reunir um bom número de pessoas lá no ginásio, foi feito todo um movimento, o pessoal foi com bandeiras, faixas, as crianças desfilaram na quadra, a gente fez uma coisa bem, como é que eu vou dizer, para atingir emocionalmente as pessoas, para as pessoas se darem conta, que se fechasse onde iriam esses estudantes? (BOTTON, 2018).

E, conforme elucidado no livro de atas da entidade, a comunidade, as famílias e outras escolas foram convidadas para participar do evento, somando um número significativo de pessoas, no dia houve pronunciamentos e posicionamento em prol da APAE Getúlio Vargas (APAE GETÚLIO VARGAS, 2008, p. 113-114). Como exemplo de tal posicionamento, a irmã de uma ex-aluna, da escola da APAE, fala sobre a importância, a diferença que a entidade promoveu na vida da sua irmã e como isso refletiu na vivência com a família:

Uma importância imensa, não só para nós na época, porque a gente não sabia como lidar. A nossa comunicação era por gestos, era só por sinal, ela não sabia dizer uma letrinha, porque a gente nem sabia como chegar a esse meio dela emitir um som, e não só para nós, como para todas as famílias. Hoje, eu ainda acredito que as famílias não têm esse conhecimento por si só, sem o auxílio da APAE, sem o auxílio de todos os profissionais, de saber como trabalhar, como lidar, como fazer que essa criança evolua, então é muito importante, porque hoje se ela estivesse junto com nós e a APAE não tivesse existido, nós íamos continuar com os gestos, falando só por gestos (KARPINSKI, 2018).

Com a publicação e as manifestações apaeanas, também iniciaram movimentos pelo fechamento das APAEs. Porém, ainda observamos incertezas neste campo, há os estudantes incluídos nas escolas regulares e os estudantes que frequentam as escolas especiais das APAEs e outras instituições, há muitas dúvidas e muitas vertentes sobre a temática, mas nenhuma resolução. Mesmo com tais publicações pela inclusão dos deficientes nas escolas regulares, as esferas públicas continuam com seus convênios com repasses para a educação, como foi regulamentado pelo Decreto nº 6.571/08, que tratou sobre o apoio técnico e financeiro da União aos sistemas públicos de ensino, com o objetivo de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado, incluindo atividades complementares à escolarização dos estudantes da educação especial, nas classes regulares. Assim, as instituições especializadas públicas ou privadas, sem fins lucrativos, que ofertarem o atendimento educacional especializado para estudantes matriculados nas classes comuns do ensino regular também receberiam recursos do Fundo de Manutenção da Educação Básica (FUNDEB), conforme homologação do Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) de 2007 (BRASIL, 2007), que regulamenta o decreto de 2008 (BRASIL, 2008), deixando ainda lacunas para discussões e dúvidas na situação da inclusão no sistema educacional brasileiro.

2.4 Os estatutos

Dentro das exigências para a fundação de uma Associação de Pais e Amigos de Excepcionais – APAE, está a adesão dos estatutos da Federação Nacional e da Federação Estadual das APAEs. Assim, em de setembro de 1973, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Getúlio Vargas, reuniram-se 44 pessoas, para fundar a APAE Getúlio Vargas, aprovar seu estatuto interno, aderir ao estatuto da FENAPAES e eleger uma diretoria. Na qual todos os presentes, hoje são sócios fundadores da associação (APAE GETÚLIO VARGAS, 1973, p. 01).

Na ata de fundação da entidade encontramos o primeiro estatuto da mesma, na data citada acima, Vicente Fontana Cardoso expos aos presentes que já havia sido feito um estudo prévio sobre o estatuto e, se aprovado naquele dia, seria automática a fundação da entidade. O estatuto foi apresentado e lido por Odair Klein. Tal estatuto é composto por 33 artigos em oito capítulos (APAE GETÚLIO VARGAS, 1973, p. 01-07).

O primeiro capítulo se refere à Instituição, seus Fins e sua Sede, possuindo a denominação de Associação de Pais e Amigos de Excepcionais – APAE de Getúlio Vargas, sendo uma sociedade civil de caráter assistência, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, com sede e foro em Getúlio Vargas. Possuindo vinte objetivos elencados no estatuto, tais objetivos permeiam sobre o bem-estar e assistência médica e à família; estimular os estudos e pesquisas; promover divulgação e conscientização; cooperar e promover intercâmbio com outras entidades que realizam trabalhos nesta área; promover o desenvolvimento de atividades extracurriculares, como artesanatos e ações da vida diária; iniciação ao mercado de trabalho; buscar junto aos poderes públicos medidas legislativas visando o interesse dos deficientes e encarregar-se da defesa dos interesses jurídicos dos mesmos; buscar e arrecadar fundos para a realização dos interesses da entidade; colocar em práticas outras atividades que forem julgadas convenientes (APAE GETÚLIO VARGAS, 1973, p. 01-02).

Em seguida o termo excepcional usado na época, é definido em um inciso único, no qual ele é interpretado de maneira

[...] a incluir crianças, adolescentes e adultos que de desviem acentuadamente para cima ou para baixo, do nível dos indivíduos normais em relação a uma ou várias características mentais, físicas ou sociais, ou qualquer combinação destas, de forma a criar um problema especial com referência a sua educação, desenvolvimento e ajustamento ao meio social (APAE GETÚLIO VARGAS, 1973, p. 02).

No capítulo dois, refere-se aos Sócios que poderão integrar o quadro social, em número ilimitado, podendo ser pais e tutores, bem como pessoas, empresas e instituições idôneas, para tal, uma proposta para associar-se deverá ser assinada por um sócio e ser aprovada pela diretoria. Os sócios serão distribuídos nas categorias de sócios contribuintes, que contribuem mensalmente, semestral ou anual em dinheiro, sócios correspondentes, residentes fora do município, sócios beneméritos que prestam serviços à entidade, ou contribuem com quantias expressivas e sócios honorários, aos que a diretoria crer por bem atribuir o título. O capítulo três é dos Direitos e Deveres dos Sócios, elencados em seis itens sobre a participação nas

eleições, tanto como candidatos e eleitores, seus trabalhos de colaboração junto à entidade e o respeito ao estatuto (APAE GETÚLIO VARGAS, 1973, p. 02-03).

O capítulo quatro se refere à Administração, estabelece os quatro órgãos da APAE, Assembleia Geral, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria. A Assembleia Geral será constituída por sócios contribuintes, com no mínimo três meses de associação, com exceção dos sócios fundadores, sendo o órgão soberano, compete a ela examinar o relatório de atividades da Diretoria, a situação financeira da entidade, eleger o Conselho Deliberativo, o Conselho Fiscal e a Diretoria, reforçar o estatuto, autorizar a compra e venda de bens móveis e imóveis, resolver sobre situações dos associados e resolver sobre qualquer assunto envolvendo a entidade. O Conselho Deliberativo, com mandato de dois anos, composto por cinco pessoas, é responsável pela aprovação das contas, do orçamento, por fixar a taxa de contribuição dos sócios e alterá-la. O Conselho Fiscal, constituído de três membros, com mandato de um ano, é responsável, pela contabilidade da entidade. A Diretoria administra a associação com presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários e 1º e 2º tesoureiros, com mandato de um ano, é permitida a reeleição dos membros, sendo responsabilidade da Diretoria zelar por um bom andamento das questões sociais, admitir os sócios, cabendo ao Presidente convocar e presidir as Assembleias Gerais e as reuniões do Conselho Deliberativo, representar a entidade, executar e fazer executar o estatuto, verificar a contabilidade, apresentar relatório de atividade da associação, prover órgãos cuja criação for aprovada pelo Conselho Deliberativo, receber e encaminhar recursos formulados pelos sócios, decidir com o seu voto quando embates em situações do Conselho Deliberativo. Ao Vice-presidente compete substituir o Presidente em faltas e impedimentos. Ao Secretário Geral, supervisionar os serviços de secretaria, sendo de sua responsabilidade os livros, papéis e documentos da APAE, cabendo ao 2º secretário substituir o Secretário nas faltas e impedimentos. Ao Tesoureiro é destinada a guarda e a responsabilidade dos valores da associação e prestar contas delas, assinar ordens de pagamento e cheques junto ao Presidente, cabendo ao 2º Tesoureiro substituí-lo em sua falta ou impedimento (APAE GETÚLIO VARGAS, 1973, p. 03-06).

O quinto capítulo trata do Patrimônio Social, que é constituído pelas contribuições dos sócios, subvenções oficiais, auxílios, legados, donativos, quaisquer rendimentos eventuais e pelos bens que a associação vier a adquirir. O capítulo sexto trata da Dissolução da Associação que só poderá acontecer com a deliberação de dois terços dos sócios presentes em duas Assembleias Gerais Extraordinárias sucessivas, convocadas para este fim, com edital publicado em jornal, no mínimo 30 dias antes, devendo ser aguardado um período de três meses entre as

assembleias, sendo o patrimônio social entregue às instituições de fins análogos do estado ou do país (APAE GETÚLIO VARGAS, 1973, p. 06).

As Disposições Gerais são tratadas no capítulo sétimo, a reforma do estatuto será realizada em Assembleia Geral, com voto da maioria dos sócios, com edital publicado na imprensa com no mínimo trinta dias de antecedência. E por fim no capítulo oitavo das Disposições Transitórias, dispõe sobre a Diretoria, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo, eleitos na assembleia de fundação (APAE GETÚLIO VARGAS, 1973, p. 06).

Depois de lido o estatuto, e aprovado, ocorreu a eleição da diretoria e dos conselhos, que, para tanto, foi elaborada uma chapa no plenário, sendo votada e eleita pelos presentes, tendo como primeiro presidente Vicente Fontana Cardoso. Em seguida foram abordados diversos aspectos relativos para o imediato funcionamento da entidade (APAE GETÚLIO VARGAS, 1973, p. 01).

Entre o ano de 1973 e 2003, ano da última alteração no estatuto usado até o ano de 2008, muitas foram as alterações do mesmo, inúmeras embasadas em alterações orientadas pela Federação Nacional das APAEs, articulando com novas nomenclaturas, novas legislações e aprimoramento do mesmo.

O estatuto vigente até o ano de 2008 possui 52 artigos, dispostos em oito capítulos: a APAE e seus fins, os associados, da organização e funcionamento, das receitas e dos patrimônios, das eleições, das disposições gerais. Desta forma iremos salientar as modificações observadas entre eles, observamos primeiramente a quantidade de artigos de 33 a 52 e foram constituídas seções dentro dos capítulos (APAE GETÚLIO VARGAS, 2008, p. 52-60).

No capítulo primeiro da APAE e seus fins, de sociedade de caráter assistencial, ampliou-se para caráter educacional, cultural, assistencial de saúde, de estudo e pesquisa, desporto e outros. Ampliando de maneira notável a resolução dos trabalhos desenvolvidos na entidade. Adotando o símbolo da figura da margarida, com as mãos, uma de cada lado, desniveladas, uma simbolizando o amparo e a outra a orientação. O dia nacional da APAE, dia 11 de dezembro. Os objetivos antes 20, agora estão organizados em 12 itens de maior abrangência, além dos apontados anteriormente há a preocupação da prevenção até o amparo dos idosos com deficiência, desenvolver a política de autodefensores. E o termo excepcional foi substituído por pessoa portadora de deficiência, com a mesma definição. E há ainda dez maneiras elencadas para que sejam executados os seus fins (APAE GETÚLIO VARGAS, 1996, p. 56-63).

O capítulo dois, dos sócios é dividido em cinco seções, do quadro social, dos que podem ser associados, das categorias em que esses sócios são divididos; sendo incluídos os

beneméritos, que prestam serviços relevantes à associação e por definição do Conselho de Administração ou Diretoria, recebem tal nomeação, os sócios especiais, são os pais cujos filhos estejam matriculados nos programas de atendimento da APAE. Da obrigação dos sócios, das legalidades aplicáveis e dos títulos honorários, para aqueles que tenham contribuído de maneira aplicável para o progresso da instituição ou da Federação Nacional (APAE GETÚLIO VARGAS, 1996, p. 57-58).

O capítulo três, da organização e funcionamento da APAE, sendo os órgãos: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração (antes conselho deliberativo), Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, Autodefensoria e Conselho Consultivo, foram inclusos os dois últimos órgãos. A autodefensoria, na qual serão eleitos dois autodefensores, pelos usuários da associação, um homem e uma mulher, para serem representantes dos mesmos à diretoria e o conselho de administração, cabendo a estes defender os interesses da pessoa com deficiência, sugerindo ações para se efetivarem com a diretoria e o conselho de administração e participar dos eventos promovidos pela entidade. O conselho consultivo será constituído pelos ex-presidentes da APAE, suas opiniões serão consultadas quando for julgado necessário e suas ideias não terão peso decisivo, sendo que quando qualquer membro do conselho consultivo se candidatar nas eleições da APAE será automaticamente retirado do conselho consultivo. Ainda há o cargo do Procurador Geral, sendo uma pessoa com conhecimento jurídico e/ou advogado, este será responsável por zelar pelos direitos dos deficientes, analisar os contratos de convênios, representar juridicamente a entidade, pesquisar, compilar e gerir legislações pertinentes à pessoa com deficiência, é substituído pelo procurador adjunto nas suas faltas ou impedimentos (APAE GETÚLIO VARGAS, 1996, p. 58-61).

O capítulo seis, das eleições, apresenta que serão inelegíveis, para cargos de presidente, vice-presidente, diretores financeiros da diretoria executiva, cônjuges, companheiro, parentes consanguíneos ou afins de primeiro grau, funcionário quando no exercício do cargo ou cedidos. Nas disposições gerais, argumenta que as alterações do estatuto devem estar de acordo com o estatuto da Federação Nacional e Federação Estadual e devem ser encaminhadas para análise 180 dias antes da votação, a extinção da associação só pode acontecer depois da instalação de duas Assembleias Extraordinárias consecutivas, com um intervalo de 90 dias, com no mínimo de dois terços dos sócios presentes e quando houver denúncia de irregularidade protocolada junto a Federação do Estado ou na Federação Nacional fica vedada a extinção, fusão ou transformação da APAE (APAE GETÚLIO VARGAS, 1996, p. 62).

Podemos observar entre os estatutos que, na maior parte do texto houve muitas modificações de redação, organização do texto, mudança de vocábulos, mas sua base de ideias permaneceu intacta. Um corpo de texto que apresenta de maneira sucinta e clara os objetivos e o trabalho a ser desenvolvido na associação, como é dividida na sua maneira organizacional, as funções delegadas a cada órgão, questões burocráticas de acertos de conta, relatórios de atividade, eleições e deixa explícita a busca por um desenvolvimento da pessoa com deficiência, dentro dos setores da educação, da saúde, do lazer, do desporto, da preparação do mercado de trabalho e na busca por legislações que amparem os mesmos e suas famílias.

O aumento do espaço de participação política da pessoa com deficiência junto à associação, com a eleição dos dois autodefensores, que possuem participação ativa junto a diretoria e o conselho executivo, esses que participam de eleições regionais, estaduais e concorrem para ser representantes nacionais.

Podemos perceber a autodefensoria como uma das mais importantes iniciativas do movimento apaeano, tendo como

[...] finalidade contribuir para o desenvolvimento da autonomia da pessoa com deficiência intelectual e múltipla frente a sua realidade, dando-lhe estímulo para tornar-se autodefensora; e, neste papel, ampliar sua possibilidade de atuar, efetivamente, influenciando o cotidiano de sua família, da comunidade onde vive e da sociedade em geral. Tornando-se, portanto, um agente político comprometido com o bem comum (FENAPAES, 2009, p. 09).

A proposta do programa é criar um espaço institucional para a inserção dos autodefensores na estrutura do movimento, assegurando a participação efetiva da pessoa com deficiência no cotidiano das unidades apaeanas, tanto das Federações das APAEs dos Estados quanto da Federação Nacional (FENAPAES, 2009, p. 09).

O segundo estatuto apresentado teve sua última alteração em dezembro de 2003, no qual foi alterado a palavra *sócios* para *associados*, *sociedade* para *associação*, *auto-defensores* para *autodefensores*. Sua redação anterior foi em novembro no mesmo ano, para adequar-se ao novo código civil, de acordo com orientação da Federação Nacional das APAES.

Conforme observamos na APAE Getúlio Vargas, desde seu primeiro estatuto, que teve poucas alterações, para chegar até o estatuto vigente no ano de 2008, a associação procura desenvolver estratégias que atendem a pessoa com deficiência intelectual em todas as suas necessidades. Fica patente, a preocupação com a educação especial e conseqüentemente, no que se diz respeito principalmente à escola da APAE.

CAPÍTULO 3: O CASO DA APAE DE PASSO FUNDO

Apresentamos, neste Capítulo, o resultado da pesquisa sobre a história da APAE de Passo Fundo. Para escrever esta história foram utilizados, como fonte de pesquisa, os documentos publicados pela Federação Nacional das APAEs (FENAPAES), Federação Estadual das APAES do Rio Grande do Sul (FEAPAES – RS) e documentação da APAE Passo fundo, seu acervo fotográfico e elementos de história oral, gravados e explorados pela pesquisadora, com autorização dos entrevistados, sendo eles familiares dos usuários da APAE, funcionários, ex-funcionários e voluntários da entidade.

3.1 A APAE de Passo Fundo no movimento apaeano

O movimento apaeano que possui sua origem em 11 de dezembro de 1954, com a criação da primeira APAE brasileira, na cidade do Rio de Janeiro. Em 1962, é criada a Federação Nacional das APAEs, a qual, em 1968, é transferida do Rio de Janeiro para Brasília, com o intuito de facilitar as articulações junto ao poder público federal.

A partir de 1954, criaram-se outras APAEs em vários estados brasileiros. Em 1961, já havia sido criada a APAE-SP, a APAE-Porto Alegre é criada em 1962. Inspirada pela entidade da capital gaúcha, Alice Sana Costi liderou o movimento de criação da APAE de Passo Fundo, que foi fundada em 1967, idealizou a instalação de uma escola de educação especial e de um centro técnico especializado para tratamento de estimulação e reabilitação das pessoas com deficiência em Passo Fundo.

A APAE Passo Fundo foi ponto de encontro de familiares e profissionais que buscavam por meio de projetos pioneiros, promover assistência aos deficientes que estavam diante da ineficiência das políticas públicas. Essa mobilização contou com o apoio de vários profissionais que, acreditando na luta dessas famílias, possibilitaram a APAE Passo Fundo prestar serviços de educação, saúde e assistência social a quem deles necessitassem, em locais que lhe foram denominados, constituindo uma rede de promoção e de defesa de direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla (FENAPAES, 2018).

A APAE Passo Fundo ainda conta com iniciativas, que promoveram o nome na entidade, projetos que tiveram reconhecimento a nível nacional da federação, elevando a entidade, tais como a triagem com bebês das Creches Municipais, com preocupação de prevenção (APAE

Passo Fundo, 1987), teste do pezinho (APAE Passo Fundo, 1987), programa de pós-graduação para profissionais das APAEs, para qualificação dos seus profissionais e melhoria dos atendimentos à nível regional (APAE Passo Fundo, 1990), Centro de Triage, Diagnóstico e Pesquisa (APAE Passo Fundo, 1990), o Centro de Aprendizagem Rural (APAE Passo Fundo, 2000) e demais, que serão citados e explanados de maneira mais detalhada posteriormente.

3.2 A APAE de Passo Fundo

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Passo Fundo foi fundada no dia 28 de junho de 1967, com estatuto aprovado em assembleia inaugural da instalação da associação, efetuada em cinco de junho do mesmo ano. O movimento de criação foi liderado por Alice Sana Costi, que idealizou a instalação de uma escola de educação especial e centro técnico especializado, influenciada pelo movimento da capital gaúcha, como citado acima, para tratamento de estimulação e reabilitação das pessoas com deficiência em Passo Fundo (APAE PASSO FUNDO, 1967).

A APAE de Passo Fundo, a APAE de Getúlio Vargas e o movimento de fundação das APAEs, possuem semelhanças no movimento civil para fundação das entidades, como também podemos observar no estudo de Silva (2000, p. 143), sobre a APAE de São Paulo. Em tais mobilizações encontramos presente pessoas de influência na sociedade local, como juízes, professores universitários, percebemos a presença de pais e uma pessoa na liderança do movimento, buscando auxílio da sociedade em prol da causa da fundação da associação.

A APAE de Passo Fundo se caracteriza como uma Organização da Sociedade Civil que trabalha para garantir direitos da pessoa com deficiência intelectual e/ou múltipla. Atendendo cerca 300 estudantes e usuários, de todas as faixas etárias, que participam de programas e projetos desenvolvidos pela instituição, lhes oportunizando a participação nas mais variadas atividades voltadas à socialização, à integração e à melhoria da qualidade de vida (APAE PASSO FUNDO, 1987, p. 337), chegando a 399 estudantes no ano de 2017, de acordo com Bervian, Alegre e Magnabosco (2017, p. 109).

Na área da Assistência Social, são oferecidos atendimentos aos usuários e a suas famílias, oferecendo apoio e fortalecimento aos mesmos, além da inserção em todos os âmbitos da sociedade, buscando assegurar aos usuários o pleno direito à cidadania. Tem o propósito de garantir direitos, autonomia, convivência familiar e comunitária, assegurando a plena

participação social das pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla (APAE PASSO FUNDO, 2017).

Os atendimentos oferecidos pela APAE de Passo Fundo no setor da Saúde, possuem um caráter interdisciplinar e promovem habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla. Os usuários são atendidos de forma individual ou em grupos, orientados e conduzidos por profissionais com formação nas áreas da Estimulação Precoce, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Neurologia, Nutrição, Odontologia, Ortopedia, Psicologia, Técnico em Enfermagem e Terapia Ocupacional. Ainda é realizado junto à comunidade orientações a respeito da prevenção das deficiências, da importância do aconselhamento genético e do controle de natalidade em casos específicos, fatores de risco para o desenvolvimento de deficiências, entre outras. A orientação se dá através da distribuição de material específico e de abordagens em Unidades Básicas de Saúde, em Centros de Atenção Integral à Saúde e em Postos de Saúde, programas desde cunho acontecem desde 1987, com a implementação do teste do pezinho (APAE PASSO FUNDO, 2017; APAE PASSO FUNDO, 1987, p. 328).

Na área da Educação a associação atende às orientações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394 de 1996 e aos órgãos representativos da política nacional de educação, oferecendo classes de escolarização que correspondem a Educação Infantil e aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com investimentos na aprendizagem e desenvolvimento de habilidades e potencialidades que favoreçam a autonomia social e intelectual da pessoa deficiente. Sendo que as turmas são organizadas por ciclos de aprendizagem, tendo como base a idade e competências dos estudantes (APAE PASSO FUNDO, 2017).

A APAE de Passo Fundo, segundo histórico disponível na mesma, surgiu devido à necessidade da cidade e da região, como apontava o então secretário municipal de Educação o Professor Donin, de 1967, de uma organização que suprisse a necessidade de atendimento e educação especializada para os deficientes. Para tanto no ano de 1966, Alice Costi, de maneira voluntária participou do censo municipal, buscando levantar o número de crianças com deficiência (APAE PASSO FUNDO, 2012). Quando indagada sobre a fundação da APAE, a atual presidente relatou sobre a realidade que Alice Costi percebeu ao participar do censo:

Viu que tinha muitas pessoas com seus filhos, com seus problemas de saúde, dentro de casa [...] Então e foi aí que ela teve a ideia de fundar um lugar, onde eles pudessem vir, pudesse sair, pudesse brincar, pudessem aprender, pudessem se divertir, e é isso que agente tem, o objeto é o bem do nosso usuário (ROQUI, 2019).

Sobre a situação das pessoas com deficiência, naquele período, temos o relato de uma mãe cujo filho frequenta a entidade, desde a fundação:

Uma vez um advogado aqui da cidade [...] me disse assim: eu conheço muita gente, que esconde os filhos, são fechados dentro de casa, como bichos, então eu não sabia disso, porque também tem gente do dinheiro que também tem filho assim [...] era escondido dentro de casa pra ninguém ver, mas porque meu Deus do céu? (CRUZ, 2019).

É relevante observar no relato desta mãe, a indignação sobre tais fatos, as suas observações sobre filhos deficientes em todas as esferas sociais e que o preconceito não está ligado à classe econômica e vai além dos laços familiares.

Em vista disto, Alice Costi iniciou um trabalho de conscientização e mobilização da população, proferindo palestras em “[...] escolas, bancos, igrejas, empresas, clubes de serviço e sociais [...]” (APAE PASSO FUNDO, 2012), buscando apoio para seu projeto de fundação da APAE no município. Sendo assim, em junho de 1967, a APAE Passo Fundo, foi fundada, tendo seu primeiro estatuto aprovado em assembleia inaugural no dia cinco do mesmo mês, com ata de fundação datada em outubro, reconhecendo a fundação no dia 28 de junho. No ano seguinte, com apoio da administração municipal inaugurou-se a Escola O Sorriso de Amanhã, escola especial da APAE.

A entidade funcionava no porão do Hospital Municipal, as reformas necessárias para a utilização do mesmo foram todas prestadas por empresas voluntárias, bem como a doação do mobiliário e material para triagem, a Secretaria Estadual da Educação, por meio da 7ª Coordenadoria Regional da Educação, cedeu professores especializados que encontrou na região. A imprensa local deu cobertura aos encontros e eventos, segundo dados coletados do histórico disponível na associação (APAE PASSO FUNDO, 2012). Ainda referente ao início dos trabalhos da APAE e sua inauguração, temos o relato:

Naquele tempo não tinha, não dava, pra por ele na escola. Quando eu fiquei sabendo da APAE, eu fiquei muito feliz [...] quando foi inaugurado era no hospital municipal, era na garagem, era tudo diferente. Eles eram cinco aluninhos só, naquela época, e eu feliz da vida, porque ele também estava na escola, tanto é que está lá até hoje [...] e naquele tempo só tinha quatro professoras, a Nazir, a Vanda, a Raquel e a Dona Alice (CRUZ, 2019).

Percebemos no relato desta mãe a flexibilidade, descongelamento e deslineariedade dos tempos e, portanto, a história é o conteúdo dessa narrativa de base impressa do sujeito que narra (TEDESCO, 2011).

Durante o mês de junho de 1968, um médico pediatra, um oftalmologista, um otorrinolaringologista, um ortopedista e um dentista, participaram, voluntariamente, da primeira triagem. Nessa primeira triagem, foram selecionados 28 estudantes (APAE PASSO FUNDO, 2012).

Percebendo o preconceito social e o medo das famílias em expor seus filhos, a APAE iniciou um trabalho de visitação das famílias oferecendo a escola como um meio de valorização social dos indivíduos. Com desenvolvimento de tal trabalho e divulgação dos atendimentos prestados, o pedido de vagas aumentava e se fazia necessário mais espaço (APAE PASSO FUNDO, 2012). No relato a seguir, observamos na fala de uma mãe cujo filho participa da entidade, desde a sua fundação, o relato do processo de aceitação e acolhimento da diversidade pela comunidade, que aconteceu unido a expansão dos serviços prestados pela APAE:

A APAE ajudou muito, não sei se as outras famílias, mas o meu filho sim. Assim, foi que primeiro eles eram muito discriminados, as crianças da APAE, inclusive o meu era, era chamado de louquinho, era isso, era aquilo. E assim, (com a entidade), o povo mesmo, passou ver as crianças interagirem, que levavam as crianças da escola regular lá na APAE, porque as crianças não discriminam, quem discrimina é o adulto, pras crianças é tudo igual. E o povo mesmo começou a ver que não era assim, começaram aceitar, mas tudo em função da APAE, é o que eu penso (CRUZ, 2019).

Em 1971, com construção de quatro mil metros quadrados, o prédio próprio da entidade foi inaugurado, com presença de autoridades municipais, estaduais e federais, sendo adquirido ainda um micro-ônibus para o transporte dos estudantes, cadeiras de rodas e uma Kombi. No relato a seguir, observamos a fala de uma mãe que participou do processo de construção da sede da APAE Passo Fundo,

A gente se juntou e começamos a trabalhar e outras mães também [...] a trabalhar, a sair pedir, nós fizemos de tudo dentro de Passo Fundo para ajudar, os pais trabalhavam nos finais de semana, ajudando a erguer as paredes da APAE, nós fazíamos almoços e outras coisas também, e a gente vendia, porque verba do governo não sei se tinha, acho que não naquela época [...] Só não era tão grande, ali naquele terreno mesmo, tinha uma parte da universidade, ali também, no lado (CRUZ, 2019).

Sobre a construção, observamos no relato, como as famílias foram parceiras para alcançar o objetivo de construir o prédio próprio da APAE Passo Fundo. O prédio foi construído no mesmo terreno onde fica a atual sede da entidade. Antes se fazia uso de um prédio da Universidade de Passo Fundo (UPF).

Figura 5: APAE Passo Fundo, prédio de 1971



Fonte: acervo APAE Passo Fundo. Fotografia não identificado.

Figura 6: APAE Passo Fundo, prédio atual, em 2012



Fonte: site da APAE Passo Fundo. Fotografia não identificado.

Nas Figuras 5 e 6 temos a sede da APAE de Passo Fundo. Na Figura 5, no primeiro prédio da entidade, inaugurado em 1971, e podemos observar a construção do prédio em tijolos, com janelas basculantes, e uma porta ampla, entreaberta, tendo esta um degrau e nenhuma rampa aparente. Em frente à construção há um grupo de sete pessoas posicionadas para a fotografia, sendo que a segunda da esquerda para direita é Alice Costi, conforme relato do responsável pelo acervo fotográfico. Podemos observar a placa com a identificação do local “APAE Passo Fundo, Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais, Escola Especial o Sorriso de Amanhã, Centro de Reabilitação”. A inscrição nos remete a duas grandes esferas, mais priorizadas no trabalho da APAE Passo Fundo, a questão educacional, no âmbito da escola especial, e a questão da saúde, no centro de reabilitação, enfatizados no seu primeiro estatuto (APAE PASSO FUNDO, 1967, p. 01-02). Nos documentos consultados não há data da fotografia.

Na Figura 6, temos o atual prédio da APAE Passo Fundo, podemos observar na imagem, uma entrada mais ampla, com cobertura e a logomarca da APAE em destaque. Comparando as duas imagens, podemos perceber que à esquerda, na Figura 6, há uma construção que se remete à Figura 5, nos mostrando que, a princípio, parte do prédio inicial da APAE Passo Fundo, continua preservado, em uso e que a porta principal, ampla, entreaberta, parece unir dois prédios de construções distintas, nos remetendo ao antigo prédio da Universidade de Passo Fundo (UPF), cedido para o uso da entidade, posteriormente adquirido pela mesma, como veremos neste capítulo, proporcionando a ampliação da sede. Ainda sobre as instalações físicas podemos analisar os espaços ofertados aos usuários, de acordo com o crescimento da APAE.

Figura 7: Sala de aula da Escola Especial da APAE Passo Fundo, 1975-1980



Fonte: Acervo APAE Passo Fundo. Fotografia não identificado.

Figura 8: Sala de Aula da Escola Especial da APAE Passo Fundo, 1995 - 2000



Fonte: Acervo APAE Passo Fundo. Fotografia não identificado.

A Figura 7, em preto e branco, com crianças e/ou adolescentes, levando em consideração sua estatura física, os quais estão dispostos em fileiras muito próximas, usando móveis de madeira (cadeira e mesa), infere-se, previamente organizados para a fotografia, com a professora ao fundo da sala. As paredes são claras com alguns desenhos fixados, há um armário de uma porta ao fundo. Pela proximidade dos móveis e das pessoas, podemos concluir que a sala possui pouco espaço físico. Reproduzindo uma sala de aula da escola regular tradicional. E a fotografia não possui registro de data preciso, estava catalogada entre os anos de 1975 e 1980.

A Figura 8 mostra uma sala na qual os estudantes estão dispostos em semicírculo, possuem mesas e cadeiras de madeira, estão realizando uma atividade e possuem materiais alternativos além do caderno. Podemos ainda observar que, fixado a frente das mesas, há um desenho. Ao fundo da sala percebemos um ambiente com almofadas, e algumas imagens na parede, próximas à cortina. O ambiente nos remete a um lugar amplo e com maior espaço de circulação. E como a fotografia anterior, possui uma registro de data impreciso entre os anos de 1995 e 2000.

Entre as figuras 7 e 8, podemos observar várias diferenças entre os ambientes para o desenvolvimento do trabalho escolar com os estudantes, iniciando pela estrutura física das salas, a organização do mobiliário, dos materiais pedagógicos, isto reflete a abordagem político-pedagógica adotada pela Escola Especial o Sorriso do Amanhã e também os métodos adotados pelos profissionais e, desta forma, as concepções pedagógicas.

A educação bancária, com organização tradicional da sala de aula, com classes enfileiradas, na qual os estudantes recebem o conteúdo, o conhecimento e o professor é a fonte deste, na prática pedagógica prevalecem poucas palavras, já que “o educador é o que diz a palavra; os educandos, os que a escutam docilmente; o educador é o que disciplina; os educandos, os disciplinados” (FREIRE, 2005, p. 68); e uma educação renovada, onde o meio e os indivíduos são mediadores de aprendizagem, de conhecimento, cada qual com seus conhecimentos prévios, numa troca promovida principalmente em um ambiente que favorece tal intercâmbio, ampliando a transformação social, indo além da reprodução de conhecimentos científicos.

Entre as duas figuras observando a maneira em que os estudantes estão organizados, sentados dispostos à fotografia, como na Figura 7, ou voltados para a carteira, na Figura 8, com lápis a mão, nos remetemos novamente à performance, compreendemos que sua manifestação

implica num investimento na aparência, que se compõe sobre e pelo local, para propor uma visualidade que há de condizer com a intenção da performance manifestada (KOSSOY, 2007).

A fotografia, deixa de ser apenas uma imagem retida em determinado tempo e espaço para se tornar uma mensagem que se processa e se reinterpreta, através do tempo, das perguntas propostas e do objeto de análise, tanto como imagem/documento quanto como imagem/monumento. Le Goff (2003) propõe que a fotografia é uma das materializações mais significativas da memória coletiva e revolucionou a memória em geral: multiplicou-a e a democratizou, dando-lhe uma precisão nunca atingida e permitindo, assim, preservar a memória no tempo.

No ano de 1972, houve a construção de um ginásio de esportes, resultado de recursos advindos da Alemanha, conseguidos pelo Bispo D. Claudio Colling (APAE PASSO FUNDO, 2012).

Os dados coletados anteriores a junho de 1987 foram por meio de um histórico disponível na entidade, no qual Alice Costi orientou a escrita do mesmo, com auxílio de uma das suas filhas; mediante história oral, com entrevistas gravadas e autorizadas e também, pela análise do acervo fotográfico da entidade. O primeiro livro de atas, datado de 1967 a 1987, está desaparecido, foram repassadas informações que tal livro foi procurado incansavelmente, ainda mais, alguns funcionários relataram nunca tê-lo visto. Com efeito, as atas elaboradas a partir de reuniões da entidade, são os registros formais, nas quais são deliberados sobre assuntos de interesse da associação, possuindo ainda um valor jurídico. Constituindo-se para o historiador uma rica fonte documental, uma das bases para a produção do conhecimento histórico acerca da APAE Passo Fundo e toda uma comunidade de interesses afins.

O segundo e único livro de atas da Diretoria da APAE de Passo Fundo, disponível na entidade, possui abertura no dia 30 de junho de 1987, assinado pela então presidente, Anna Marini. A primeira ata de reunião, ainda na primeira página do livro, fala do teste do pezinho, visto que a APAE começou a contar com um neurologista, “[...] a APAE, assim, assume em Passo Fundo, a divulgação e a concretização do Teste, tendo estabelecido horário na casa para atendimento [...]”, com intuito de prevenção da fenilcetonúria, que é uma das causadoras da deficiência intelectual, como citado no capítulo anterior. A implementação e divulgação do exame foi efetivado ainda naquele ano de 1987, levando em consideração que a nível nacional, nas instituições públicas de saúde, ele se expandiu com a homologação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990), no qual ficou definido a obrigatoriedade do acesso das crianças ao exame (APAE PASSO FUNDO, 1987, p. 01).

Em 1987, se iniciou as discussões e levantamento de ideias para arrecadações de fundos para a compra do prédio pertencente à UPF, que estava sendo usado pela APAE para as oficinas ofertadas aos usuários. Pediu-se auxílio ao Rotary Clube para a compra do prédio, em decorrência disso, os representantes solicitaram para a associação organizar um projeto a ser encaminhado ao Rotary Clube mundial, em vista ao alto valor do imóvel (APAE PASSO FUNDO, 1987, p. 02).

Recebeu-se, no mesmo ano, um comunicado da Federação, que a APAE Passo Fundo foi escolhida para receber em nome das demais APAEs do interior, um cheque correspondente aos convênios formados com a LBA, pela Primeira Dama do país, Sra. Marly Sarney. O comunicado reportou a diretoria a um momento de alegria pelo trabalho desenvolvido, não apenas no município, mas também a todas as famílias que vêm dos municípios vizinhos e recebem atendimentos de qualidade e sem custos. Para a solenidade de entrega do cheque, representantes da APAE Passo Fundo se locomoveram até o Palácio Piratini, em Porto Alegre (APAE PASSO FUNDO, 1987, p. 05).

As atividades da Semana do Deficiente daquele ano foram organizadas para abranger, de uma maneira geral, toda a comunidade com jantares, apresentações artísticas e também um concurso de redação entre as escolas, com propósito de quebra de paradigmas sobre as deficiências e também de prevenção delas, em virtude do tema da redação “Prevenção à Excepcionalidade, no Contexto Social Brasileiro”; os primeiros colocados receberam prêmios e medalhas, recebidos em solenidade acontecida na própria entidade (APAE PASSO FUNDO, 1987, p. 07).

Considerando a prevenção à deficiência, como um dos fins da entidade, sempre presente nos estatutos da APAE Passo Fundo, foi iniciado um projeto de estimulação precoce e triagem de bebês em creches e outras entidades que trabalhavam com bebês, que aceitaram fazer parte do programa de prevenção da APAE. Para tanto, técnicos do setor da saúde desenvolveram seus trabalhos junto às creches fazendo uma triagem preliminar dos bebês e, quando necessário, eram acionadas as famílias para uma avaliação detalhada na APAE. A Assistente Social ainda destacou em reunião com a Diretoria, que tal iniciativa deve ser uma ação integrada da APAE com demais órgãos, governamentais e não governamentais (APAE PASSO FUNDO, 1987, p. 10). E o ano de 1987, encerrou com o número de 300 usuários atendidos pela associação (APAE PASSO FUNDO, 1987, p. 06).

Em 1988, com preocupações envolvendo o andamento das atividades da associação e a possível compra do prédio da UPF, a Diretoria da APAE organizou uma reunião com

candidatos e/ou representantes dos partidos de todos os candidatos ao legislativo e executivo municipal para estes apresentarem suas propostas e quais delas refletiam junto à APAE (APAE PASSO FUNDO, 1988, p. 20).

O ano de 1989 trouxe novamente as implicações sobre a compra do imóvel da UPF, para tanto foi realizado uma reunião com representante da Universidade, com o prefeito e representantes de entidades sociais, que estavam dispostas a ajudar. As propostas foram feitas e debatidas, ao representante da UPF ficou a cargo levar a proposta para a reitoria (APAE PASSO FUNDO, 1989, p. 25). O engajamento da entidade em prol da compra do prédio se justificava por meio dos inúmeros benefícios que as oficinas dispunham aos usuários e do aprendizado das técnicas básicas de marcenaria, pintura, artesanato, entre outras, além da socialização dos indivíduos, ademais, as oficinas eram autossuficientes economicamente e não dependiam dos recursos diretos da APAE, os produtos confeccionados pelos estudantes eram vendidos e os lucros retornavam para benefício dos mesmos na própria oficina (APAE PASSO FUNDO, 1989, p. 24).

No ano de 1989, houve um momento bastante crítico para a entidade, a qual foi denunciada, juntamente com uma professora, por agressões, a denúncia teve alcance na mídia local e na polícia, mas como relato em ata, tudo foi esclarecido depois de investigações:

[...] ficou esclarecido também, quanto ao pai de um estudante que no programa de rádio do Júlio Ramos denunciou uma professora da APAE, dizendo que a mesma havia agredido seu filho. Conclusão: foi briga de família, nada havendo em relação à escola, a polícia arquivou o registro da ocorrência reconhecendo na professora a seriedade do seu trabalho (APAE PASSO FUNDO, 1989, p. 27-28).

Em uma localidade rural, pertencente a APAE Passo Fundo, utilizado para prática agrícola dos usuários, construiu-se um açude, para criação de peixes, a presidente Noeli S. Alburquerque propôs a ideia para que futuramente se construa uma casa lar, onde os próprios estudantes trabalhariam para o seu sustento, com monitoração de pessoal habilitado (APAE PASSO FUNDO, 1989, p. 28). No ano de 1989, a APAE contava com 75 funcionários, 35 pagos pela entidade, 20 cedidos do estado, 26 contratados e 09 cedidos do município (APAE PASSO FUNDO, 1989, p. 24).

Em 1990, o ano iniciou com as organizações do Encontro Estadual das APAEs, que seria realizado em Passo Fundo, sob coordenação da APAE do município. Foram organizadas comissões responsáveis sobre as diversas áreas que envolviam o encontro, palestrantes, oficineiros, alimentação, hospedagem, entre outras. As reuniões que precederam a data do

encontro giraram em torno da temática e assuntos corriqueiros das reuniões, como pagamentos e promoções. Após o evento, o retorno da diretoria foi positivo sobre o encontro, no geral o planejamento funcionou, os profissionais que participaram saíram satisfeitos e a entidade anfitriã conseguiu lucros significativos no final dos balancetes (APAE PASSO FUNDO, 1990, p. 28-37).

Em consonância ao sucesso do Encontro Estadual das APAEs e os constantes pedidos de várias APAEs da região, para que os profissionais da entidade de Passo Fundo palestrassem e fizessem orientações de trabalhos, se apresentou a possibilidade de se

[...] organizar um curso de qualificação para professores e pessoal especializado para trabalhar com excepcional, sendo um curso de 410 horas, com titulação supervisionado por esta entidade, para permitir o reconhecimento como curso de especialização. Seriam participantes as APAEs dos municípios que estão sob a jurisdição da APAE de Passo Fundo (APAE PASSO FUNDO, 1990, p. 29).

A divulgação iniciou imediatamente após a reunião, para iniciar as aulas no início do ano de 1991. Ainda sobre a esfera da pesquisa e extensão, no ano 1990, foi criado o Centro de Triagem, Diagnóstico e Pesquisa da APAE de Passo Fundo, com abrangência regional (APAE PASSO FUNDO, 1990, p. 37).

Os estudos também se mostraram presentes nas questões educacionais, na reunião proposta pelo setor pedagógico, que apresentou a proposta de um currículo especializado, para abranger as necessidades dos estudantes da escola especial, levando em consideração a particularidade e a singularidade de aprendizagem de cada sujeito (APAE PASSO FUNDO, 1990, p. 37). Sendo que, a nível de escolas especiais da APAE, só foram possuir um documento norteador de práticas pedagógicas, currículo e de organização institucional em 2001, com a publicação da APAE Educadora.

Foi organizada uma creche para os filhos dos funcionários da APAE, como recebeu doações dos materiais necessários, ela entrou em funcionamento instantaneamente (APAE PASSO FUNDO, 1990, p. 23). A preocupação com a promoção dos estudantes adultos e idosos, e a preocupação com o seu bem-estar, quando as famílias ou seus cuidadores não estiverem mais em condições, mostrava-se diariamente mais pertinente, sendo assim a associação iniciou o estudo de

[...] um novo projeto para aproveitamento da terra conseguida pela APAE para transformá-la numa Granja para produção ampla com plantação, leite, pesca. O projeto prevê a criação de uma chácara e casas, aras, abrigar o excepcional na sua idade adulta e velhice (APAE PASSO FUNDO, 1990, p. 29).

Para tanto a associação de Passo Fundo visitou a associação de Caxias do Sul, para colher mais informações sobre a experiência de semi-internato com dezesseis estudantes (APAE PASSO FUNDO, 1990, p. 29). Em 1991, foi entregue, ao Deputado Estadual, Chiarelli, antigo presidente da FENAPAES-RS, um projeto de construção de seis casas para a chácara (APAE PASSO FUNDO, 1991, p. 41), projeto encaminhado posteriormente também para o MEC (APAE PASSO FUNDO, 1991, p. 42). Podemos salientar que não há amparo legal específico aos idosos com deficiência, nem no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) e nem no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). O que percebemos são os direitos assegurados dentre os direitos fundamentais,

Artigo 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2003, p. 11).

No Estatuto da Pessoa com Deficiência:

Artigo 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015, p. 19).

Observamos ainda, que o Estatuto do Idoso não apresenta de maneira clara e precisa, a questão da moradia e no Estatuto do Deficiente há um capítulo que apresenta a temática da moradia:

Artigo 31. A pessoa com deficiência tem direito à moradia digna, no seio da família natural ou substituta, com seu cônjuge ou companheiro ou Estatuto da Pessoa com Deficiência 23 desacompanhada, ou em moradia para a vida independente da pessoa com deficiência, ou, ainda, em residência inclusiva.

§ 1º O poder público adotará programas e ações estratégicas para apoiar a criação e a manutenção de moradia para a vida independente da pessoa com deficiência (BRASIL, 2015, p. 36).

Tais percepções foram legalmente descritas e homologadas uma década e meia depois de serem preocupações registradas em documentos da APAE Passo Fundo, Demonstrando a sensibilidade do trabalho desenvolvido, frente às necessidades dos seus usuários, com

iniciativas junto à comunidade em virtude de promover e assegurar os direitos básicos fundamentais e de dignidade aos deficientes.

Nesse ano, construiu-se uma piscina interna e aquecida (APAE PASSO FUNDO, 1991, p. 40). Além do uso da entidade nas sessões de fisioterapia, terapia ocupacional, hidroginástica e demais atividades desenvolvidas, a piscina passou a ser alugada, para auxiliar nos gastos mensais da mesma (APAE PASSO FUNDO, 1991, p. 43).

Foi realizado, em Porto Alegre, encontro com representantes do Ministério da Educação (MEC), Liga Brasileira de Assistência (LBA), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e das APAEs, para estudo da elaboração do Plano Nacional de Ensino Especial, o qual foi publicado em 1994, na qual a presidente da entidade participou, e fez uma breve explanação, em reunião com a diretoria, falando sobre a proposta de oito por cento dos recursos municipais serem aplicados na educação especial (APAE PASSO FUNDO, 1991, p. 42).

Em 1991, a entidade também promoveu o curso de Estimulação Precoce, em parceria com a Secretária Municipal de Educação, a qual forneceu os certificados aos participantes (APAE PASSO FUNDO, 1991, p. 42). Foi recebida uma verba da LBA para compra de próteses auditivas, cadeiras de rodas e óculos de grau (APAE PASSO FUNDO, 1991, p. 44). E ainda em 1991, com os atrasos do repasse das verbas usadas para o pagamento dos funcionários da LBA e com aumento do salário mínimo, as dificuldades econômicas, foram muitas, terminando o ano com um déficit financeiro de dois milhões e cem mil cruzeiros (APAE PASSO FUNDO, 1991, p. 44). Dificuldades que permearam as reuniões dos anos seguintes, tanto que em 1994 é suspenso o transporte escolar, cinco professores pediram demissão e necessitavam diminuir o quadro dos funcionários, pois os salários se encontravam atrasados (APAE PASSO FUNDO, 1994, p. 53).

Houve reunião da quinta delegacia das APAEs com os assuntos: projetar recursos para o Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência do MEC, reajuste per capita da LBA, certificado de fins filantrópicos, relatório de atendimentos para a LBA, estatuto, Instituto Nacional de Previdência Social (INSS) e Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) (APAE PASSO FUNDO, 1994, p. 54).

A equoterapia passou a ser realizada em convênio com a Brigada Militar, a qual fornecia os animais, o treinamento destes e o espaço para as sessões. Em 1994, frequentavam as oficinas pedagógicas 370 crianças e adultos, matriculados nas três esferas de atendimento da APAE. O ano de 1994 foi regado de muitas doações e parcerias com outras entidades e da comunidade,

o que contribuiu de maneira mais que elementar na organização financeira, contando também com os repasses da LBA, que voltaram a acontecer mensalmente após a análise per capita (APAE PASSO FUNDO, 1994, p. 56).

Consoante à preocupação da APAE por condições dignas de vida dos deficientes e, de maneira mais específica, naquele momento, com os adultos e idosos, a associação buscou “[...] documentos, atestados, para aposentar deficientes que não têm condições de se manter e não recebam mais de 25% de salário e que tais atitudes ser encaminhadas e aguardado decisão dos órgãos competentes” (APAE PASSO FUNDO, 1994, p. 57).

Percebe-se que as preocupações acerca das dificuldades econômicas que a entidade enfrentava e em torno dos direitos básicos dos deficientes, como condições mínimas e dignas de vida, estiveram presentes na maioria das atas daquele ano. Constatou-se que a publicação da Política Nacional de Educação Especial, que orientou o processo de integração, institucionalização e conduziu o acesso às classes comuns do ensino regular àquelas crianças que "possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os estudantes ditos normais" (BRASIL, 1994, p. 19), não foi abordada enfaticamente pela Diretoria. Devido a isso, podemos supor que os estudantes da escola especial da APAE, não estavam contemplados na Política Nacional de Educação Especial, de 1994 – documento que um representante da Diretoria participou no encontro de elaboração, em 1991 – pelo fato do estatuto da entidade, regente no ano de 1994, no seu parágrafo único, do primeiro capítulo, definir as crianças atendidas como aquelas que se diferenciam em características físicas, mentais ou sensoriais, de forma a constituir um problema especial com referência a sua educação, desenvolvimento e ajustamento social (APAE PASSO FUNDO, 1990, p. 33).

No ano de 1995 a LBA foi extinta e o convênio para o repasse das verbas passou a ser com o INSS, por meio da Secretaria de Trabalho e Ação Social. A equipe do Centro de Triagem, Diagnóstico e Pesquisa, iniciou o envio de suas pesquisas envolvendo os resultados dos Testes do Pezinho, juntamente com os exames para o Canadá. A equipe também participou de formação específica sobre deficientes em São Paulo. Também em formação, esteve responsável pela equoterapia, em Brasília, repassando aos demais profissionais, posteriormente, os novos estudos envolvendo cunhos pedagógicos e orientações para o trabalho com os deficientes visuais. A entidade recebeu ainda nesse ano a visita do delegado da FEBEM, Sr. Welvi Nascimento, o qual deixou claro que uma das metas do governo do estado seria o deficiente carente (APAE PASSO FUNDO, 1995, p. 58).

As doações e promoções continuaram de maneira expressiva, para manter a entidade. Entre tais promoções, se destacou a “Mãos Dadas”, que arrecadou recursos junto ao comércio e, no ano de 1996, promoveram a compra de um ônibus para a entidade (APAE PASSO FUNDO, 1996, p. 59). No relato a seguir, da Presidente da APAE Passo Fundo, percebemos a importância das promoções e contribuições providas da comunidade, para o desenvolvimento das atividades realizadas na entidade:

APAE hoje, conta com 40% de recursos, que mantém a APAE de Passo Fundo [...] da esfera Federal, Municipal e Estadual, e 60% por cento dos nossos recursos vêm da comunidade, então é a comunidade que sustenta realmente a APAE, por isso que eu tenho uma responsabilidade muito grande perante a comunidade [...] Sempre muito transparente, muito sério, muito preocupado, por que é a comunidade que nos sustenta (ROQUI, 2019).

Conforme Meletti (2006, p. 42), em seus estudos sobre as instituições de educação especiais, o apoio do Estado é decisivo para consolidação das instituições especiais de cunho privado-filantrópico como responsáveis pelo atendimento ao indivíduo com deficiência intelectual, em contrapartida, ele por si só, não é suficiente tanto para justificar a amplitude do espaço social por elas ocupado, quanto para suprir suas necessidades econômicas. Assim, conforme nos mostra D’Antino (1996), muito embora o Estado canalize recursos públicos para iniciativa privada, mesmo que de caráter filantrópico,

[...] estes não se constituem em solução econômica para as instituições, uma vez que o custo da prestação de seus serviços é sempre muito superior à verba recebida, bem como os recursos públicos destinados à iniciativa privada são pulverizados pelo grande número de instituições, cabendo, então, à sociedade civil a responsabilidade da complementação do orçamento institucional (D’ANTINO, 1996, p. 04).

No ano de 1996, houve complicações sobre um incidente, ocorrido durante as reformas gerais do pavilhão de esportes, “[...] o incidente ocorrido causando a morte de uma pessoa, mas foi solucionado sem maiores complicações” (APAE PASSO FUNDO, 1996, p. 60).

O ano de 1997 teve como atividades principais os festejos dos 30 anos da APAE Passo Fundo, que logo na primeira reunião da Diretoria, foi o principal tema tratado. Para se ocupar dos preparativos foi organizada uma comissão responsável e inúmeras ideias foram elencadas, tais como: sessão na câmara municipal de vereadores, concurso de redação com as escolas, painel mostrando as modificações da associação, encontro com as APAEs da região, chá de confraternização com funcionários, ex-funcionários e jantar beneficente. Também houve visita de jornalistas que divulgaram na imprensa local, de maneira positiva a infraestrutura da entidade

e os atendimentos ofertados. A avaliação final dos festejos se deu de maneira positiva e produtiva, conforme avaliação da diretoria, que percebeu a repercussão na comunidade, podendo mostrar o trabalho desenvolvido pela APAE (APAE PASSO FUNDO, 1996, p. 61).

Continuando com o cunho de pesquisa e extensão, como proposto desde do primeiro estatuto, nos Fins da APAE, em 1998, a entidade promoveu um curso de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), ministrado por duas professoras da entidade. O curso objetivava formar profissionais para trabalhar com deficientes auditivos, oferecendo vagas às pessoas da comunidade que tivessem interesse. Além do curso a APAE, oferecia hospedagem aos participantes de outras cidades (APAE PASSO FUNDO, 1998, p. 77). Levando em consideração que a Associação de Pais e Amigos dos Surdos (APAS) de PASSO FUNDO havia sido fundada em 1991, podemos concluir que a APAE de Passo Fundo ainda fornecia atividades voltadas a este público por se mostrar necessário perante a comunidade.

Ainda em 1998, a diretoria da associação, necessitou se organizar e pedir auxílio às famílias e imprensa local, para divulgar que pessoas que estavam vendendo diversos objetos e pedindo doações em nome da APAE, sem autorização, para proveito próprio (APAE PASSO FUNDO, 1998, p. 79).

Em 1999, se iniciou a comercialização das produções do Centro de Aprendizagem Rural (CAR); além das hortaliças, peixes também já estavam sendo vendidos à comunidade. Para a expansão da chácara, foi encaminhado um projeto ao MEC para construções de casas na mesma (APAE PASSO FUNDO, 1999, p. 79-80). A APAE assinou contrato com uma empresa de marketing, que foi oferecer seus trabalhos a entidade, assumindo todo o trabalho de arrecadação de doações, promoções, contratos, atendimento telefônico e serviços afins (APAE PASSO FUNDO, 1999, p. 80).

Em decorrência do convênio com a prefeitura municipal de Passo Fundo, a APAE recebeu a cedência de um médico neurologista e um psiquiatra, iniciando o desenvolvimento de atendimento voltado a crianças com autismo (APAE PASSO FUNDO, 1999, p. 79). Aconteceram ainda nesse ano duas alterações do estatuto conforme indicações da FENAPAES (APAE PASSO FUNDO, 1999, p. 82).

Com o projeto das casas encaminhado em 1999, em novembro de 2000, as casas já estavam prontas e mobiliadas, iniciaram seu funcionamento, podendo atender 18 adultos usuários da APAE, sendo as atividades agrícolas organizadas e aprimoradas, e o trabalho com animais, como vacas, porcos e cavalos. O Centro de Aprendizagem Rural (CAR), conta com técnico agrícola, terapeuta ocupacional, assistente social, educador físico e psicólogo, buscando

abranger todas as áreas de desenvolvimento. Iniciou-se a publicação de boletins trimestrais sobre os trabalhos e projetos desenvolvidos na entidade para serem distribuídos à comunidade, entrando em culminância com uma das propostas do Projeto Águia, lançado naquele ano pela FENAPAES (APAE PASSO FUNDO, 1999, p. 92). O Projeto Águia apresentou tópicos para a gestão da APAEs, como liderança estratégica, visão estratégica, organização jurídico-administrativa, organização de serviços, comunicação institucional, finanças, treinamento, desenvolvimento, acompanhamento, monitoramento e avaliação de ações (FENAPAES, 1999).

Em consonância com as ações educacionais previstas no Projeto Águia, e embasada nas normativas da educação nacional, a APAE Educadora: A Escola que Buscamos apresenta uma proposta norteadora para o movimento apaeano, inserida nos programas educacionais ofertados pelas escolas das APAEs, com objetivo de suprir a necessidade de atender às demandas sociais latentes e sistematizar a complexa temática educacional a partir de diferentes perspectivas e experiências dentro do próprio movimento apaeano. Para tanto, leva-se em consideração a história da associação, suas lutas, conquistas e expectativas, a garantia de que as pessoas com deficiência sejam respeitadas nas suas diferenças e ocupem espaços sociais e educacionais onde possam realizar suas competências e habilidades. A construção do projeto pedagógico como carta emancipatória e de compromisso educacional e social, apresenta a concepção metodológica, unida a uma proposta de prática libertadora, histórico-crítico-social, que enfatiza as potencialidades e competências dos educandos independentemente de suas condições biopsicossociais. Focaliza, ainda, a organização do currículo, o processo de avaliação e a terminalidade específica para aqueles que não atingiram níveis de ensino exigidos. Levando em consideração a estrutura organizacional das APAEs buscando orientar as escolas especiais na sua dinâmica organizacional quanto aos níveis, modalidades de ensino e a construção dos projetos pedagógicos que pretendem ofertar, assim como a organização do tempo e espaço escolar (FENAPAES, 2001).

Precisamos ressaltar que a premissa da APAE Educadora, é estruturar e viabilizar a escola especial dentro das APAEs, delegando ao movimento a representação e responsabilidade da educação especial no Brasil. Quando organizado enquanto instância educacional formal, contribui com a oferta de uma educação de qualidade para todos, se enquadrando nos termos propostos pela LDB de 96. Recebendo ainda o âmbito de favorecedora da inclusão social de pessoas com deficiência, na medida em que proporciona o acesso e permanência dessa população à escola (MELETTI, 2006, p. 79).

Em 2002, a entidade, preocupada com os bebês e crianças pequenas que participavam da estimulação precoce em apenas um horário, criou a etapa da educação infantil para esses bebês e crianças pequenas permanecerem todo o turno em atendimento na APAE, sendo que para tal realização foi necessária a construção de um prédio, financiado por meio de doações e promoções junto à comunidade. Foi inaugurado, em tempo integral, com nomeação de Educação Infantil Tranquilo Grazziontin (APAE PASSO FUNDO, 2002, p. 101-105). É relevante frisar que as crianças participantes da estimulação precoce e da educação infantil também provinham do trabalho de prevenção à deficiência, que os técnicos da entidade realizavam em triagem preliminar nas entidades parceiras, que davam abertura para a realização de tal trabalho e possuíam o interesse comum de prevenção (APAE PASSO FUNDO, 2002, p. 98).

De acordo com Meletti (2006, p. 102-103), ao analisar a estimulação precoce realizada pelas APAEs, dois aspectos merecem destaque. O primeiro deles se refere ao início dos atendimentos, desde as crianças ainda bebês, indicando o encaminhamento direto para a entidade, sem a possibilidade de busca por outras instâncias da comunidade, como a saúde. Podendo por outro lado, indicar que, em vários locais, as entidades apaeanas sejam a única opção de atendimento, demonstrando o afastamento do Estado, também no que se diz respeito à saúde e não só no que diz respeito à educação. O segundo aspecto refere-se ao caráter, quase de puramente clínico nos atendimentos de educação precoce:

Isso pode ser analisado sob duas perspectivas: a primeira é a de que a criança é encaminhada por não haver o atendimento em outras instâncias da comunidade, denotando a omissão do Estado que engendra e é engendrada pelo atendimento oferecido na instituição especial; a segunda é a de que o encaminhamento é feito em função da instituição especial ser identificada como o local mais adequado para atender a esta população. O que pode ser apreendido é que a instituição se constitui como o *locus* social da deficiência mental e adquire o *status* de especializada no atendimento global desta população (MELETTI, 2006, p. 103).

Podemos ratificar o caráter substitutivo, não da escola comum pela especial, mas do dever do Estado pelo *apoio* do favor privado da instituição especial, constato nos documentos oficiais da entidade,

O programa de educação precoce não costuma ser oferecido sistematicamente pelo poder público, sendo rara sua oferta, mesmo nas grandes cidades. Constitui, portanto, uma significativa contribuição da APAE Educadora ao cumprimento da Constituição Federal (FENAPAES, 2001, p. 39).

Em 2004 houve novas alterações do estatuto, conforme orientações da federação em relação à “[...] alterações estatutárias à legislação específica de acordo com consultas realizadas pelas APAEs. Após leitura e estudo detalhado de todo texto cujas alterações não interferem no que instrui o funcionamento da entidade” (APAE PASSO FUNDO, 2004, p. 119).

Em 2004, com a publicação da cartilha O Acesso de Estudantes com Deficiência às Escolas e Classes Comuns de Ensino, iniciou-se a preocupação da entidade, acerca da sua clientela, as discussões e organizações da diretoria foram muitas e a espera por orientações da federação se mostrou necessário para organizar as mobilizações e ações que a APAE Passo Fundo se propunha a realizar junto à comunidade, isto é:

[...] foi discutido sobre a mobilização nacional das APAEs, a respeito do acesso dos estudantes com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular, decidiu-se por fazer, ou melhor, por seguir as recomendações da Federação Nacional das APAES, que solicitou uma grande mobilização por parte da diretoria da APAE, promovendo reuniões com os pais e confeccionando o HABEAS CORPUS PREVENTIVO para ser entregue na Justiça Federal, para ser protocolado (APAE PASSO FUNDO, 2005, p. 130).

Em virtude da publicação da cartilha, em 2005, foi proposta pelo Deputado Marquinho Lang, que requereu à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, a instalação de uma subcomissão para aprofundar estudos e levantar a situação da educação especial no Estado do Rio Grande do Sul, buscando respostas sobre como as crianças com deficiência teriam acesso à educação regular e como as escolas estariam preparadas para receber estudantes com alguma deficiência. Foram realizadas diversas reuniões, debates e estudos, dessa maneira dificultando ainda mais a permanência do estudante com necessidades especiais nas escolas comuns (PORTO ALEGRE, 2005). Podemos ainda observar o interesse e preocupação do Deputado Marquinho Lang, o qual possui deficiência física, e em vários momentos, inclusive em como chegar aos locais das reuniões da subcomissão encontrou grandes dificuldades de acessibilidade.

Ainda em 2005, após a resolução final da Subcomissão das Escolas Especiais e do Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, percebeu-se que as escolas regulares não estavam preparadas para receber as crianças com deficiência, não tinham profissionais especializados, equipe de apoio, acessibilidade, critérios avaliativos e ainda existia muito preconceito. Então em visita a Federação das APAEs do Rio Grande do Sul, e com assuntos em torno da inclusão mais apaziguados, a APAE Passo Fundo retornou aos seus trabalhos cotidianos, realizando um convite formal para a FEAPAES RS, conhecer o projeto pioneiro implementado pela entidade

o Centro de Aprendizagem Rural – CAR, ou Casas Lares, como é conhecido pela comunidade (APAE PASSO FUNDO, 2005, p. 131).

Em 2006, a APAE Passo Fundo se deparou com dificuldades econômicas, mesmo vencidas tantas vezes pela entidade, voltaram, com gastos girando em torno de 90 mil reais mensais. Tais dificuldades se mostraram presente e preocupação constante nas reuniões de 2006 a 2008, com muito foco nas promoções junto à comunidade, busca de projetos para serem encaminhados, parcerias com outras entidades, busca intensa para que os trabalhos desenvolvidos em todos os setores, saúde, educação e assistência social, não parassem e continuassem com excelência, com qualidade e gratuitos a todos aqueles que necessitam do mesmo (APAE PASSO FUNDO, 2006-2008, p. 135-148). Em entrevista, a atual presidente da APAE Passo Fundo, enfatiza o trabalho desenvolvido para a comunidade, com foco no deficiente e na excelência dos serviços,

APAE é para todos, a APAE para os que têm melhores condições financeiras, também é boa, porque ainda existem muito disso que APAE é um lugar só para os pobres, que é uma coisa errada [...] APAE é um trabalho especial, trabalho bom [...] seus funcionários são qualificados, e se entram sem a qualificação, aqui eles aprendem, porque é dada essa qualificação (ROQUI, 2019).

Conforme relato de membro da Diretoria, antiga professora da entidade, Maria Célia Rossetto, os debates e estudos mais aprofundados sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, aconteceram sistematicamente nas formações mensais dos profissionais da entidade e, de maneira mais específica, com o setor da educação, por meio de estudos da lei e formação com profissionais convidados para explanar sobre o assunto.

Podemos perceber, de maneira clara, que a partir dos anos dois mil, foram muitas publicações envolvendo a temática da educação inclusiva, chegando a 2008, com a publicação da Política Nacional. A primeira publicação que marcou esse processo foi o Plano Nacional de Educação (PNE, lei nº 10.172 de 2001), que delegou funções à união, aos estados, ao distrito federal e aos municípios, estabelecendo objetivos e metas para que os sistemas de ensino favoreçam o atendimento às necessidades educacionais especiais dos estudantes. No seu diagnóstico, aponta um déficit nos sistemas de ensino em relação à política de educação especial, referente à oferta de matrículas para estudantes com deficiência nas classes comuns do ensino regular; à formação docente; às instalações físicas e ao atendimento especializado. O PNE destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a

construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana” (BRASIL, 2001, p. 205).

O Acesso de Estudantes com Deficiência às escolas e classes comuns da Rede Regular, documento do Ministério Público, de 2004, que teve uma visibilidade pelas APAEs, decorrente da Subcomissão das Escolas Especiais e do Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, em 2005.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) de 2006 enfatizou o desenvolvimento humano e social e a educação como prioridade, no Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (decreto nº 6.094 de 2007) estabeleceu diretrizes para garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos estudantes, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas (BRASIL, 2006; BRASIL, 2007). Para então em 2008, termos a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, a qual possui como objetivo central a inclusão integral a todas as crianças em idade escolar na escola regular. Entrando em conflito com a prestação de serviços ofertada por todas as instituições particulares que ofereciam e oferecem o atendimento educacional especializado, como escolas especiais (BRASIL, 2008).

A proposta da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva surge de um cenário de trinta anos anteriores, de debates envolvendo as vantagens e desvantagens, antes, da integração escolar e, mais recentemente, da inclusão escolar, questionando sobre qual é a melhor forma de educar crianças e jovens com necessidades educacionais especiais. Com a publicação da Política, a proposta apresentada é a inclusão total – defende que todos os estudantes devem ser educados na mesma classe da escola regular – na qual a ideia de que a diversidade de características implica a existência e amparo contínuo de possibilidades e de uma diversidade de opções, visando agregar o desenvolvimento de todos os educandos, não apenas no do deficiente (MENDES, 2006, p. 396).

Quando se propõe a inclusão escolar, entende-se que as interações sociais entre as crianças, crianças de outras idades e adultos realmente aconteçam, superando o conceito de integração escolar, no qual os deficientes eram apenas inseridos no contexto escolar regular. Quando se pressupõe isto, as relações serão propulsoras de mediações e conflitos necessários ao desenvolvimento pleno do indivíduo e à construção dos processos mentais superiores, necessários a todos os indivíduos (VYGOTSKY, 1991).

Podemos ainda observar, nas atas analisadas, o interesse contínuo nas organizações anuais da Semana do Deficiente, para a comunidade, incluindo os usuários, as famílias,

formação dos profissionais, atividades direcionadas à comunidade, atividades festivas e de arrecadação de fundo e os tradicionais jantares anuais, que mobilizavam a diretoria a ponto de organizar uma comissão interna, para a sua promoção, produzindo um lucro significativo todos os anos.

3.3 Os estatutos

Como citado no capítulo anterior, para a fundação de uma Associação de Pais e Amigos de Excepcionais – APAE, há a necessidade da adesão dos estatutos da Federação Nacional e da Federação Estadual das APAEs. Para tanto em 05 de junho de 1967, a APAE de Passo Fundo, teve seu primeiro estatuto aprovado na assembleia inaugural da instalação da associação, sendo o redigido e assinado no dia 28 do mesmo mês.

A ata na qual consta o primeiro estatuto não está disponível na entidade, como constatado acima, para tanto o armazenamento do primeiro estatuto, foi feito através do arquivo do Segundo Tabelionato de Serviços Notariais da Comarca de Passo Fundo, no qual foi requerido, em abril de 2016, a cópia do estatuto citado, este que é composto por 30 artigos disposto em quatro capítulos.

O primeiro capítulo se refere à Instituição, seus Fins e sua Sede, possuindo a denominação de Associação de Pais e Amigos de Excepcionais – APAE de Passo Fundo, sendo uma sociedade civil de fins não lucrativos, com duração indeterminada, com sede e foro em Passo Fundo. Possui quatorze finalidades elencadas no estatuto, que permeiam criar, instalar e manter em funcionamento a escola, reabilitar, reeducar e ajustar socialmente o excepcional, estimular os estudos e pesquisas relativos ao problema dos excepcionais, promover divulgação e conscientização, cooperar e promover intercâmbio com outras entidades que realizam trabalhos nesta área, promover o desenvolvimento de atividades extracurriculares, como artesanatos, ações da vida diária, iniciação ao mercado de trabalho, buscar junto aos poderes públicos medidas legislativas visando o interesse dos deficientes e encarregar-se da defesa dos interesses jurídicos dos mesmos, buscar e arrecadar fundos para a realização dos interesses da entidade, pôr em práticas outras atividades que forem julgadas convenientes e formar um centro de divulgação sobre informações referente aos excepcionais (APAE PASSO FUNDO, 1967, p. 01-02).

Em seguida, o termo excepcional usado na época, é interpretado de maneira que

[...] as crianças, adolescentes e pessoas de maior idade, que apresentem “acentuado” desvio da normalidade, em relação ao grupo social, em que um ou várias características mentais, físicas ou de comportamento, assim como qualquer combinação destas, de forma a criar problema para sua educação, desenvolvimento ou ajustamento ao meio (APAE PASSO FUNDO, 1967, p. 02).

Podemos apontar ainda, que a definição do termo excepcional, teve apenas sua primeira versão oficial no Brasil, em 1974, após visita de um representante da ONU, participante da comissão relatora do Projeto Prioritário, que definiu que não deveria haver distinção entre a educação dos *normais* e dos *deficientes*, pois os objetivos seriam os mesmos (RAFANTE, 2015, p. 09-11). No qual a definição “excepcional” apresentada e sistematizada por Helena Antipoff e amplamente divulgada pelas Sociedades Pestalozzi, foi:

O termo excepcional é interpretado de maneira a incluir os seguintes tipos: os mentalmente deficientes, todas as pessoas fisicamente prejudicadas, as emocionalmente desajustadas, bem como as superdotadas, enfim, todos os que requerem consideração especial no lar, na escola e na sociedade (ANTIPOFF, 1974 apud BRASIL/MEC/CENESP, 1974, p. 08).

No capítulo dois, refere-se aos Sócios, que poderão integrar o quadro social, em número ilimitado, podendo ser pais e tutores, bem como pessoas, empresas e instituições idôneas. Os sócios serão distribuídos nas categorias de sócios contribuintes, que contribuem mensalmente, semestral ou anual em dinheiro, sócios beneméritos que prestam serviços relevantes à entidade, ou contribuem de outra forma para fortalecimento da mesma, sócios correspondentes, que residem fora do município, e sócios honorários, aos que a diretoria concluir por bem atribuir o título (APAE PASSO FUNDO, 1967, p. 02-03).

O capítulo três se refere à Administração, que estabelece os quatro órgãos da APAE, Assembleia Geral, Conselho Deliberativo, Diretoria e Conselho Fiscal. A Assembleia Geral será constituída por sócios contribuintes, com no mínimo três meses de associação, sendo ela o órgão soberano, compete a ela examinar o relatório de atividades da Diretoria, a situação financeira da entidade, eleger o Conselho Deliberativo, o Conselho Fiscal e a Diretoria, reforçar o estatuto, autorizar a compra e venda de bens móveis e imóveis, resolver sobre situações dos associados e resolver sobre qualquer assunto envolvendo a entidade, devendo se reunir pelo menos uma vez ao ano. O Conselho Deliberativo, com mandato de dois anos, composto por sete pessoas, é responsável pelo Regimento Interno da associação, por eleger os sócios honorários e beneméritos, pela aprovação das contas do orçamento, por fixar a taxa de contribuição dos sócios e alterá-la, pela criação de cargos necessários aos serviços técnicos e

administrativos e deliberar sobre os casos omissos deste estatuto. A Diretoria será a que administra a associação, com presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários, e 1º e 2º tesoureiros, com mandato de um ano, permitida a reeleição dos membros, sendo responsabilidade da Diretoria promover a realização dos fins a que se destina a APAE, elaborar pré-projetos a serem submetidos ao Conselho Deliberativo, referentes à elaboração do regimento interno, contas da Diretoria, e admitir os sócios, cabendo ao Presidente convocar e presidir as Assembleias Gerais, representar a entidade, executar e fazer executar o estatuto, verificar a contabilidade, apresentar relatório de atividade da associação, prover órgãos cuja criação for aprovada pelo Conselho Deliberativo, receber e encaminhar recursos formulados pelos sócios, decidir com o seu voto quando embates em situações do Conselho Deliberativo. Ao Vice-presidente compete substituir o Presidente em faltar e impedimentos. Ao Secretário Geral, executar os serviços de secretaria, sendo de sua responsabilidade os livros, papéis e documentos da APAE, secretariar as reuniões da Diretoria, e elaborar o Boletim Informativo previsto neste Estatuto, cabendo ao 2º secretário substituir o Secretário nas faltas e impedimentos. Ao Tesoureiro é destinada a guarda e a responsabilidade dos valores da associação, e prestar contas delas, assinar ordens de pagamento e cheques junto ao Presidente, e apresentar à Diretoria relatório e balanço anual da situação financeira da Associação, cabendo ao 2º Tesoureiro substituí-lo em sua falta ou impedimento. O Conselho Fiscal, constituído de três membros, com mandato de dois anos, é responsável, pela contabilidade da entidade, dando parecer anualmente (APAE PASSO FUNDO, 1967, p. 03-07).

O capítulo quatro trata das Disposições Gerais e Transitórias, onde é vetada a remuneração dos membros da Diretoria, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal, trata sobre o patrimônio social da entidade, sobre o ano financeiro, que o estatuto só pode ser alterado em assembleia geral e que em hipótese de extinção da APAE, seu patrimônio reverteria a SAMI, Sociedade de Amparo à Maternidade e a Infância (APAE PASSO FUNDO, 1967, p. 07-08).

Depois de lido o estatuto e aprovado, fez-se a eleição da diretoria e dos conselhos, sendo elaborada uma chapa no plenário, votada e eleita pelos presentes, sendo a primeira presidente Alice Costi. Em seguida a recém-eleita presidente proferiu seu discurso de incentivo em prol do pleno êxito da associação (APAE PASSO FUNDO, 1967, p. 08).

Entre 1967 e 2004, ano que ocorreu a última alteração no estatuto usado até o ano de 2008, muitas foram as alterações dele, inúmeras embasadas em alterações orientadas pela Federação Nacional das APAEs, articulando com novas nomenclaturas, novas legislações e aprimoramento do mesmo.

O estatuto vigente até o ano de 2008 possui 54 artigos, dispostos em sete capítulos, a APAE e seus fins, os associados, da organização e funcionamento, da assembleia geral, procuradoria geral, das eleições, e das disposições gerais. Desta forma iremos salientar as modificações que se observar entre eles, partindo primeiramente na quantidade de artigos de 30 a 54 e também foram constituídas seções dentro dos capítulos.

No capítulo primeiro da APAE e seus fins, de sociedade de caráter principalmente educacional com foco na reabilitação dos deficientes, ampliou-se para caráter assistencial, cultural, assistencial de saúde, de estudo e pesquisa, desporto e outros. Ampliando de maneira notável a resolução dos trabalhos desenvolvidos na entidade. Adotando o símbolo da figura da margarida, com as mãos, uma de cada lado, desniveladas, uma simbolizando o amparo e a outra a orientação. O dia nacional da APAE, dia 11 de dezembro. Os objetivos antes 14, agora estão organizados em 12 itens de maior abrangência, há articulação direta com os fins da FENAPAES e da FEAPAES, buscando ampliar seus horizontes na influência e promoção com leis relativas aos deficientes, fazendo da divulgação dessas informações como ação junto à comunidade, muito presente a importância da prevenção da deficiência, incentivo e promoção de pesquisas e avanços científicos em relação à deficiência, desenvolver e incentivar a política de autodefensores, oferta de atendimento gratuito e permanente, sem qualquer discriminação desde bebê ao idoso, com parâmetros rígidos de ética e eficiência exigidos dos sócios e funcionários da entidade (APAE PASSO FUNDO, 2004, p. 119-120). A definição termo excepcional, para aqueles que frequentam os atendimentos da APAE, foi substituído

Considera-se “excepcional” ou “pessoa portadora de deficiência” aquela que se diferencia do nível médio dos indivíduos em relação a uma ou várias características físicas, mentais ou sensoriais, de forma a exigir atendimento especial com referência à sua educação, desenvolvimento, integração e inclusão social (APAE PASSO FUNDO, 2004, p. 119-120).

O capítulo dois, dos sócios é dividido em cinco seções, do quadro social; dos que podem ser associados; das categorias em que esses sócios são divididos; sendo incluídos os especiais, são os pais os quais os filhos estejam matriculados nos programas de atendimento da APAE e os fundadores, que são as pessoas presentes na primeira assembleia geral; dos direitos dos associados; das obrigações dos associados, das legalidades aplicáveis e dos títulos honorários, para aqueles que tenham contribuído de maneira aplicável para o progresso da instituição ou da Federação Nacional (APAE PASSO FUNDO, 2004, p. 120-122).

O capítulo três, da organização e funcionamento da APAE, sendo os órgãos a Assembleia Geral, o Conselho de Administração (antes conselho deliberativo), Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, Autodefensoria e Conselho Consultivo, sendo inclusos os dois últimos órgãos. A diretoria executiva de seis pessoas passou a ser composta por oito, os cargos ampliados foram, o diretor de patrimônio e o diretor social. A autodefensoria, na qual serão eleitos dois autodefensores, pelos usuários da associação, um homem e uma mulher, para serem representantes dos mesmos junto à diretoria e o conselho de administração, cabendo a estes defender os interesses da pessoa com deficiência, sugerindo ações para se efetivarem junto a diretoria e o conselho administração e participar dos eventos promovidos pela entidade. O conselho consultivo será constituído pelos ex-presidentes da APAE, suas opiniões serão consultadas quando for julgado necessário e suas ideias não terão peso decisivo, sendo que quando qualquer membro do conselho consultivo se candidatar nas eleições da APAE será automaticamente retirado do conselho consultivo. Ainda há o cargo do Procurador Geral, abordado no capítulo quatro, sendo uma pessoa com conhecimento jurídico e/ou advogado, este que será responsável por zelar pelos direitos dos deficientes, analisar os contratos de convênios, representar juridicamente a entidade, pesquisar, compilar e gerir legislações pertinentes à pessoa com deficiência, sendo este substituído pelo procurador adjunto, nas suas faltas ou impedimentos (APAE PASSO FUNDO, 2004, p. 122-127).

No capítulo cinco, das receitas e do patrimônio, as alterações em relação ao primeiro estatuto, se dão principalmente, que no caso de extinção da APAE, as receitas e o patrimônio social, que antes se reverteriam a SAMI, passaram a ser revertidas em benefício de entidades congêneres registradas no Conselho de Assistência Social –CNAS ou a uma entidade pública (APAE PASSO FUNDO, 2004, p. 127).

O capítulo seis, das eleições, apresenta que serão inelegíveis, para cargos de presidente, vice-presidente, diretores financeiros da diretoria executiva, cônjuges, companheiro, parentes consanguíneos ou afins de primeiro grau e funcionário quando no exercício do cargo ou cedidos. Nas disposições gerais, argumenta que as alterações do estatuto devem estar de acordo com o estatuto da Federação Nacional e Federação Estadual, e devem ser encaminhadas para análise 30 dias antes da votação. A extinção da associação só pode acontecer depois da instalação de duas Assembleias Extraordinárias consecutivas, com um intervalo de 90 dias, com no mínimo de dois terços dos sócios presentes e quando houver denúncia de irregularidade protocolada junto a Federação do Estado ou na Federação Nacional, vida vedada a extinção, fusão ou transformação da APAE (APAE PASSO FUNDO, 2004, p. 127-129).

Podemos observar entre os estatutos, que na maior parte do texto houve muitas modificações de redação, organização do texto, mudança de vocábulos, mas sua base de ideias permaneceu intacta. Um corpo de texto que apresenta de maneira sucinta e clara os objetivos e o trabalho a ser desenvolvido na associação, como é dividida na sua maneira organizacional, as funções delegadas a cada órgão, questões burocráticas de acertos de conta, relatórios de atividade, eleições, e deixa explícito a busca por um desenvolvimento da pessoa com deficiência, dentro dos setores da educação, da saúde, do lazer, do desporto, da preparação do mercado de trabalho e na busca por legislações que amparem os mesmos e suas famílias.

O aumento do espaço de participação política da pessoa com deficiência junto à associação, com a eleição dos dois autodefensores, que possuem participação ativa junto a diretoria e o conselho executivo, esses que participam de eleições regionais, estaduais e concorrem para ser representantes nacionais.

O segundo estatuto apresentado teve sua última alteração em dezembro de 2004, no qual foi alterado a palavra *sócios* para *associados*, *sociedade* para *associação*, *auto-defensores* para *autodefensores*. Sua redação anterior foi em novembro no mesmo ano, para adequar-se ao novo código civil, de acordo com orientação da Federação Nacional das APAES, sendo o mesmo vigente no ano de 2008, observamos que a associação procura desenvolver estratégias que atendem a pessoa com deficiência intelectual em todas as suas necessidades.

Fica clara a reorganização estatal e organizacional que a Apae de Passo Fundo teve desde 1967 até 2008, levando em conta as questões legais, as normativas da FENAPAES e as necessidades das pessoas com deficiência. Fica patente, a preocupação com o bem estar social e, conseqüentemente, com o trabalho desenvolvido nos setores de assistência social e saúde.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho buscamos, sobretudo, responder a pergunta: como se desenvolveu a trajetória histórica das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Getúlio Vargas e Passo Fundo? Identificamos como as associações consolidaram a assistência aos deficientes e suas famílias e como tais entidades foram se adequando e redimensionando seus serviços, levando em consideração as publicações legais e modificações organizacionais da APAE em esfera nacional.

Desta forma, analisamos a trajetória da entidade e sua atuação na comunidade, questionamos a assistência que presta aos deficientes e suas famílias. Identificamos, também, as singularidades que existem entre as APAEs de cidades diferentes, a APAE de Getúlio Vargas e a APAE de Passo Fundo, partindo da leitura e interpretação das atas, a fim de relacionar elementos significativos para a redação da história das associações.

Nosso objetivo geral foi pesquisar a trajetória histórica da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com foco nas unidades de Getúlio Vargas e Passo Fundo (RS), relacionando-a com as políticas nacionais de assistência aos deficientes. Como objetivos específicos: analisar os marcos teóricos, legais e sociais que consolidaram as mobilizações e originaram as instituições de cunho assistencial para os deficientes; aprofundar o estudo das modificações legais a respeito dos deficientes, a nível nacional; examinar como estas interferiram no trabalho e nos atendimentos aos deficientes nas duas instituições; e problematizar a história das APAEs nas duas cidades pesquisadas.

Levando em consideração as informações coletadas e interpretadas durante o processo de construção desta dissertação, percebemos, que a assistência da esfera pública do Brasil só foi, de fato, consolidada a partir da década de 1990. Concluimos que a assistência às pessoas com deficiência começou a ser pensada e elaborada efetivamente a partir da década referida, quando diversos estudos e publicações começaram a ser lançados pelo governo federal, envolvendo principalmente a educação. Em 1994, a Política Nacional de Educação Especial, que orientou o processo de integração, institucionalização e conduziu o acesso às classes comuns do ensino regular àquelas crianças que “possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os estudantes ditos normais” (BRASIL, 1994, p. 19); em 2001 o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001) delegou funções à união, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios,

estabelecendo objetivos e metas para que os sistemas de ensino favoreçam o atendimento às necessidades educacionais especiais dos estudantes; em 2004, foi publicada a cartilha *O Acesso de Estudantes com Deficiência às Escolas e Classes Comuns de Ensino*; em 2005 a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos instalou uma subcomissão para aprofundar estudos e levantar a situação da educação especial no Estado do Rio Grande do Sul, buscando respostas sobre como as crianças com deficiência teriam acesso à educação regular e como as escolas estariam preparadas para receber estudantes com alguma deficiência, publicando ao final do estudo o texto da Subcomissão das Escolas Especiais e do Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência; em 2006, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (BRASIL, 2006) enfatizou o desenvolvimento humano e social e a educação como prioridade, no Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação; em 2007 (BRASIL, 2007), estabeleceu diretrizes para garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos estudantes, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas. Então, em 2008, tivemos a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, que possui como proposta central a inclusão integral a todas as crianças em idade escolar, na escola regular. O que gerou conflito com a prestação de serviços ofertada por todas as instituições particulares que ofereciam e oferecem o atendimento educacional especializado, como escolas especiais, gerando movimentos a favor e contra as instituições a partir daquele ano.

A nova perspectiva de educação inclusiva no país, a partir de 2008, com a Política Nacional de Educação Especial, colocou as instituições especializadas na educação especial, em um cenário de ampliação de luta pela hegemonia nesse campo. Por isso, consideramos fundamental preservar o acervo documental das APAEs e evidenciar as possibilidades de pesquisa, visando aprofundar os conhecimentos sobre essas instituições e sua participação na construção desse serviço de atendimento aos estudantes.

Os objetivos específicos foram desenvolvidos nos capítulos. O primeiro dos objetivos: analisar os marcos teóricos, legais e sociais que consolidaram as mobilizações que originaram as instituições de cunho assistencial para os deficientes, foi contemplado no primeiro capítulo, *Mobilizações Sociais no Brasil, décadas de 1960 a 1990*. Concluímos, portanto, que toda a recente repressão vivida na Ditadura Militar, o impacto nos direitos dos cidadãos, a ruptura no processo emancipatório e o processo de abertura política iniciado por Goulart, antes do golpe, desencadearam grandes mobilizações civis buscando por direitos.

Constatamos que o movimento social estudado, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) iniciou o seu trabalho anterior ao regime ditatorial e durante tal período não foi abalado, pelo contrário, se expandiu com a criação de um órgão federal da entidade e teve apoio político para aquisição de prédio próprio. Ainda antes de terminar a década de 1970, obteve maior importância, unido movimentos sociais e integrando assessorias de órgãos políticos públicos, como o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência (CORDE), o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE) e conselhos federais, estaduais e municipais.

Percebemos, assim, a institucionalização da educação especial que ocorreu no país a partir da década de 1960 e o distanciamento do Estado no que se refere à educação das pessoas consideradas com deficiência, mas também e, principalmente, a privatização do ensino, da assistência social e da saúde dessa população, na medida em que agrega à sua especialidade um atendimento global.

Podemos considerar que o rápido desenvolvimento das APAEs se deu pela capacidade de responder às necessidades de atendimento das pessoas com deficiência, ao lado da carência do serviço público.

No segundo capítulo tratamos do caso da APAE Getúlio Vargas. Percebemos em vários documentos a afirmação da entidade em promover diversos atendimentos e trabalhos que deveriam ser responsabilidade do setor público e como este não os efetivou, a APAE preencheu essa lacuna e desenvolveu um trabalho especializado em diversos setores, como saúde, educação e assistência social, recebendo verbas federais, estaduais e municipais para prestar seus serviços. Constatamos que, na trajetória da APAE de Getúlio Vargas, há mobilizações e estratégias construídas junto à comunidade, principalmente com escolas regulares, ações de conscientização contra o preconceito, iniciativas que estavam presentes na maioria das vezes, nas atividades desenvolvidas na semana do deficiente.

É interessante notar que, mesmo os estatutos da entidade contemplando as três esferas de ação: educação, saúde e assistência social, percebemos o setor da educação muito evidente, tanto que os usuários são sempre nomeados como estudantes ou alunos, as questões educacionais estão presentes nas atas, como nas discussões em torno da publicação da APAE Educadora, publicada logo após o Projeto Águia. Concluimos que a maior necessidade das famílias era atender à falta de oferta escolar para as crianças deficientes, da cidade e região,

caracterizando assim, desde sua fundação atividades voltadas sobretudo a escolarização desses sujeitos.

No caso da APAE Passo Fundo, tratado no terceiro capítulo, podemos perceber no primeiro estatuto da entidade, o destaque à educação em seus fins, enfatizando a reabilitação do deficiente. Nas ações realizadas junto à comunidade, a entidade mostrou-se muito preocupada com as questões sociais que envolviam o deficiente, como o preconceito, realizando campanhas de conscientização, principalmente nas escolas regulares e muitos trabalhos voltados à prevenção das deficiências, como teste do pezinho e triagens.

Outros projetos também ganham enfoque na trajetória da APAE de Passo Fundo, tais como, os movimentos de prevenção à deficiência, a elaboração e efetivação do Centro de Aprendizagem Rural, com foco no adulto e idoso com deficiência, oferecimento de cursos e de especialização com enfoque específico, voltado aos profissionais que trabalham nas APAEs, unindo tais trabalhos ao Centro de Triagem, Diagnóstico e Pesquisa da APAE de Passo Fundo, com abrangência regional.

Percebemos também, a constante participação e envolvimento da unidade de Passo Fundo na organização de eventos, como a semana do deficiente, ou com ações incentivadas pela FEAPAES e/ou FENAPAES, como os congressos estaduais das APAEs, e campanhas em nível nacional.

Interpretando as alterações dos estatutos notamos que a percepção da associação em relação às pessoas com deficiência foi se alterando: do sujeito que frequentava a APAE objetivando a reabilitação e aquisição de comportamentos adequados a fim de viver em sociedade, para um sujeito de possibilidades, que está em desenvolvimento, de direitos e deveres, com participação política junto à entidade e à comunidade. Em contrapartida, nos estatutos da APAE de Getúlio Vargas não notamos uma mudança tão nítida de percepção do sujeito com deficiência. Acreditamos ser em decorrência de que o intervalo de tempo entre o primeiro estatuto e o último analisado é consideravelmente menor do que na APAE de Passo Fundo, que foi uma das entidades pioneiras do estado do Rio Grande do Sul.

É interessante observar que estas duas entidades possuem formas de atuação diferentes nas suas comunidades, mesmo ambas aderindo aos estatutos da FEAPAES e da FENAPAES. Percebemos que o foco principal da APAE Getúlio Vargas estava na escolarização, desde sua fundação, com a Escola Especial da entidade. Na APAE de Passo Fundo, notamos trabalhos característicos das três áreas de atuação, presentes nos serviços prestados aos usuários e suas famílias, principalmente voltados ao bem-estar dos deficientes.

Encontramos, nas duas entidades estudadas, a dimensão assistencialista e filantrópica, com grande preocupação em prover atendimentos especializados e de qualidade aos deficientes e suas famílias, a percepção de questões políticas que se percebe mais claramente nos registros da APAE de Passo Fundo, com iniciativas na comunidade, publicações, participação em fóruns e debates, pesquisas e projetos voltados à conscientização e quebra de preconceitos.

Percebemos que as APAEs investigadas desempenham uma função em relação à educação especial que caberia à escola pública e prestaram atendimentos especializados que são de difícil acesso na rede de saúde pública. Tornaram-se responsáveis por serviços públicos, ao mesmo tempo em que o poder público manteve a valorização das iniciativas privadas, por meio de financiamento e apoio técnico, às entidades especializadas, desde que sejam sem fins lucrativos.

Desse modo, as instituições especiais se constituíram como referência social local, como o *locus* da deficiência mental, preenchendo a lacuna deixada por um Estado que não realizou os investimentos na educação geral pública, que intensificou o incentivo à iniciativa privada e que se distanciou das questões relativas à educação especial.

Esta pesquisa concluiu que as APAEs de Getúlio Vargas e Passo Fundo, se fizeram extremamente importantes nestas comunidades, especialmente nos casos em que deficientes e suas famílias faziam parte da parcela marginalizada e não possuíam seus direitos básicos assegurados. Foi por meio das entidades que muitas iniciativas de inclusão social e campanhas contra o preconceito foram efetivadas diretamente nos municípios. Foram as APAEs que ofertaram as primeiras vagas escolares para crianças deficientes, possibilitando oportunidades para desenvolverem e ampliarem seu círculo social além da família e, além da escolarização, foram as associações que efetivaram de maneira gratuita muitos atendimentos especializados, que não se encontrava na rede pública ou privada de Getúlio Vargas e Passo Fundo. Essas APAEs se constituíram, assim, como referência social de atendimento aos deficientes. Provindas de um movimento de ajuda mútua para resolver problemas comuns de algumas famílias: a educação e assistência aos deficientes. Problemas estes que eram estatais, mas passaram para a esfera privada. Com o passar do tempo essa entidade cresceu e nas últimas décadas, incorporou nos seus fins e planos de ação uma perceptiva política que visa à inclusão social. Essa nova forma de projetar a sua causa teve inspiração em mobilizações internacionais e outras organizações da sociedade civil.

REFERÊNCIAS

- APAE PASSO FUNDO. *Como atuamos*. 2016. Disponível em: <<http://www.apaepassofundo.org.br/capa>>. Acesso em: 14 maio 2017.
- APAE SÃO PAULO. *Teste do pezinho*. 2015. Disponível em: <<http://www.apaesp.org.br/pt-br/teste-do-pezinho/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 20 maio 2018.
- BATISTA, Marcus Welby; ENUMO, Sônia Regina Fiorim. Inclusão escolar e deficiência mental: análise da interação social entre companheiros. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 9, n. 1, p. 101-111, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n1/22386>>. Acesso em: 12 mar. 2019.
- BARBOSA, Maria Carmen Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. Organização do Espaço e do Tempo na Escola Infantil. In: CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis E. (Orgs.). *Educação Infantil: Pra que te quero?* Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 67-79.
- BARROS, José D'Assunção. História, região e espacialidade. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 95-129, 2005.
- BERCOVICI, Gilberto. Reformas de base e superação do subdesenvolvimento. *Revista De Estudios Brasileños*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 97-112, 2014. Disponível em: <<http://www.red-redial.net/pt/referencia-bibliografica-72057.html>>. Acesso em: 27 abr. 2018.
- BERVIAN, Juliane; ALEGRE, Guilherme Stein Porto; MAGNABOSCO, Caroline. Uma Visão do Tratamento Multidisciplinar em Estudantes com Síndrome de Down na Apae/ Passo Fundo: Relato de Projeto de Extensão. *Expressa Extensão*, Pelotas, v. 22, n. 1, p. 104-121, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/expressaextensao/article/view/10901>>. Acesso em: 12 mar. 2019.
- CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: um longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- CHAGAS, Mário. A radiosa aventura dos museus. In: DODEBEI, Vera; ABREU, Regina (Org.). *E o patrimônio?* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008, p. 113-124.
- CHAGAS, Mário. Casas e portas da memória e do patrimônio. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Org.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro, 2005, p. 155-132.
- CARLO, Marysia Mara Rodrigues do Prado de. *Por detrás dos muros de uma instituição asilar - um estudo sobre o desenvolvimento humano comprometido pela deficiência*. 1997. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.
- DIAMENT, Aron. Erros Inatos do Metabolismo e Deficiência Intelectual. *Deficiência Intelectual*, São Paulo, n. 2, p. 06-11, 2012.

DRUMOND, Adriana Cláudia. *A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Barbacena e o atendimento às pessoas com síndrome de Down (1962-1976): diálogos com pestalozzianos*. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

D'ANTINO, Maria Helena. *Instituições educacionais especializadas no atendimento a pessoas com deficiência mental: estudo das relações entre pais-dirigentes/ clientes e profissionais agentes*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. As atas de reuniões enquanto fontes para a história da educação: pautando a discussão a partir de um estudo de caso. *Educação Unisinos*, São Leopoldo, v. 11, n. 2, p. 103-110, 2007.

FENAPAES. *Área de Atuação*. 2014. Disponível em: <<https://apaebrasil.org.br/>>. Acesso em: 20 maio 2018.

FERREIRA, Maria Cecília Cacareto. *A prática educativa e a concepção de desenvolvimento psicológico de alunos com deficiência mental*. 1994. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1994.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Lutas e movimentos pela educação no Brasil a partir de 1970. *Eccos Revista Científica*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 23-38, 2009.

GOLIN, Tau. *A Fronteira: Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e Argentina*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

HORN, Maria da Graça de Souza. *Sabores, cores, sons, aromas*. A organização dos espaços na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

JANNUZZI, Gilberto de Martino. *A Educação do Deficiente no Brasil: Dos primórdios ao início do século XXI*. Campinas: Autores Associados, 2006.

JANNUZZI, Gilberto de Martino; CAIADO, Kátia Regina Moreno. *APAE: 1954 a 2011 – algumas reflexões*. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

JANNUZZI, Gilberto de Martino. *A luta pela educação do deficiente mental no Brasil*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1992.

KIRK, Samuel; GALLAGHER, James. *Educação da criança excepcional*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

KOSSOY, Boris. *A Fotografia como fonte histórica: introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado*. São Paulo: SICCT, 1993.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

KOSSOY, Boris. *Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo*. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

KLÖCKNER, Luciano; ABREU, Luciano Aronne de; MONTEIRO, Charles. *Segunda Lagalidade: Registros Históricos e Jornalísticos*. Porto Alegre: Evangraf/ Edipucrs, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1978.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LE GOFF, Jacques (org). *Memória-História* (Enciclopédia Einaudi). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Cortez, 1990.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de Deficiência a Questão da Inclusão Social. *São Paulo em Perceptiva*, São Paulo, vol. 14, n. 2, p. 51-56, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000200008&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 12 mar. 2019.

MARCILIO, Maria. Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonado na história do Brasil, 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cesar (org.) *História social da criança no Brasil*. São Paulo: Cortez/Edusf, 1997, p. 56-79.

MAUAD, Ana. Mauad. Fotografia e História: possibilidades de análise. In: ALVES, Nilda; CIAVATTA, Maria. (Org.). *A Leitura de Imagens na Pesquisa Social: História, comunicação e Educação*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 19-36.

MAUAD, Ana. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.1, n. 13, p. 133-174, 2005.

MAZZOTTA, Marcos. *Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MELETTI, Silvia Márcia Ferreira. *Educação escolar da pessoa com deficiência mental em instituições de educação especial: da política à instituição concreta*. 2006. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Carlos, v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/0D/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

MOREIRA, Lília Maria de Azedo. Deficiência Intelectual: conceitos e causas. *Algumas abordagens da educação sexual na deficiência intelectual*, Salvador, p. 35-41, 2011. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/7z56d/pdf/moreira-9788523211578-06.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2017.

NONO, Maévi Anabel. Organização do Tempo e do Espaço na Educação Infantil: Pesquisas e práticas. *Educação Infantil: Abordagens Curriculares*, São Paulo, p. 01-08, 2011. Disponível em: <<http://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/297>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

PESSOTTI, Isaias. *Deficiência Mental: da superstição à ciência*. São Paulo: Editora Queroz. 1984.

RAFANTE, Heulalia Charalo. Política De Educação Especial No Brasil: A Relação Entre o Estado, a Sociedade Civil e as Agências Internacionais na Criação do Cenesp. *37ª Reunião Nacional da ANPED*, Florianópolis, p. 04-17, 2015. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/biblioteca/item/politica-de-educacao-especial-no-brasil-relacao-entre-o-estado-sociedade-civil-e>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

RAFANTE, Heulalia Charalo. *Helena Antipoff, As Sociedades Pestalozzi e a Educação Especial No Brasil*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. 2011.

RAFANTE, Heulalia Charalo; LOPES, Roseli Esquerdo. Helena Antipoff e o Desenvolvimento da Educação Especial No Brasil (1929-1961). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 53, p. 331-356, 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/312643823_Helena_Antipoff_e_o_desenvolvimen-to_da_educacao_especial_no_Brasil_1929-1961>. Acesso em: 12 mar. 2019.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. O micro e o macro: a região nas relações internacionais. In: KERN, Arno Alvarez (Org.). *Sociedades ibero-americanas: Reflexões e pesquisas recentes*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000, p. 49-51.

SALABERRY, Neuza Machado. *APAE Educadora: na prática de uma unidade da APAE de Porto Alegre*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória coletiva e teoria social*. São Paulo: Annblume, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Como chamar as pessoas que têm deficiência? Vida Independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos*. São Paulo: Editora RNR. 2003.

SERIDIO, Suzana Cristina Fulaneto; STEINLE, Merlizete Cristina Boanafini. A importância da organização do espaço para atender o estudante do 1º ano do ensino fundamental de nove anos. *Desafios atuais para a educação*, Londrina, v. 1, n. 1, p. 127-142, 2015. Disponível em: <https://cedoc.observatoriodeeducacao.org.br/item/?cod=123456789_4634>. Acesso em: 20 dez. 2018.

SILVA, João Henrique da. Mapeamento da Produção Científica vinculada em periódicos sobre a temática APAE (2000-2015). *Educação e Sociedade*, Naviraí, v. 4, n. 7, p. 64-79, 2017. Disponível em: <<http://www.seer.ufms.br/index.php/persdia/index>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

SILVA, Adriane Giugni da. *O movimento apaeano no Brasil: um estudo documental (1954 - 1994)*. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995.

SILVEIRA, Flávia Furtado; NEVES, Marisa Maria Brito da Justa. Inclusão Escolar de Crianças com Deficiência Múltipla: Concepções de Pais e Professores. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 79-88, 2006.

SIMÕES, Julian. “A Gente Que Está Aqui É Diferente”: Notas Etnográficas Sobre Deficiência Intelectual numa APAE do Interior de São Paulo-Br. *Revista Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFJF*, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 75-88, 2017. Disponível em: <<http://ojs2.ufjf.emnuvens.com.br/TeoriaeCultura/article/view/12338>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. *Educar Revista*, Curitiba, n. 38, p. 169-189, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a11>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

TEDESCO, João Carlos. *Passado e Presente em interfaces: introdução a uma análise sócio-histórica da memória*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, Ed. Unoesc, Ed. Suliani, 2011.

VÉRAS, Vera Lucia de Almeida. *APAE inclusão/Transformação: Uma análise do desenvolvimento histórico e pedagógico do movimento apaeano de Caicó (RN)*. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2000.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VOIVODIC, Maria Antonieta M. A. *Inclusão Escolar de Crianças com Síndrome de Down*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FONTES

APAE GETÚLIO VARGAS. Getúlio Vargas. *Livro de Atas*. Livro 1. 1973-1996.

APAE GETÚLIO VARGAS. Getúlio Vargas. *Livro de Atas*. Livro 2. 1996-2008.

APAE PASSO FUNDO. Passo Fundo. *Livro de Atas*. Livro 2. 1987-2008.

BOTTON, Marcia Zani. Entrevista concedida a Ingrid Pelissari Kravos Soccol. Getúlio Vargas, 26 nov. 2018.

BRASIL. Constituição (1967). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em: 13 jul. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 13 jul. 2017.

BRASIL. Decreto nº 3.956. Brasília, DF: Senado, 2001.

BRASIL. Decreto nº 6.097. Brasília, DF: Senado, 2007.

BRASIL. Decreto nº 6.571. Brasília, DF: Senado, 2008.

BRASIL. Decreto nº 72.425. Brasília, DF: Senado, 1973.

BRASIL. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2001.

BRASIL. Lei nº 8069. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília, DF: Senado, 1990.

BRASIL. Lei nº 13.146. *Estatuto do Deficiente*. Brasília, DF: Senado, 2015.

BRASIL. Lei nº 10.741. *Estatuto do Idoso*. Brasília, DF: Senado, 2003.

BRASIL. Lei nº 7.853. *Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência*. Brasília, DF: Senado, 1989.

BRASIL. Lei nº 9.394. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. Brasília: DF, Senado 1996.

BRASIL. *O Acesso de Estudantes com Deficiências as Escolas e Classes Comuns da Rede Regular*. Brasília, DF: Ministério Público Federal, Ministério da Educação, 2004.

BRASIL. *Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação*. Brasília, DF: Senado, 2001.

BRASIL. *Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação*. Brasília, DF: Senado, 2007.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1994.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação*. Brasília, DF: Conselho Nacional de educação, Câmara de Educação Básica, Ministério da Educação, 2001.

BRASIL. Resolução nº 2. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2009.

BRAZIL. Constituição. *Constituição Política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 12 jul. 2017.

BRAZIL. Constituição. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 13 jul. 2017.

BRAZIL. Constituição. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 13 jul. 2017.

CRUZ, Delicia. Entrevista concedida a Ingrid Pelissari Kravos Soccol. Passo Fundo, 8 jan. 2019.

FENAPAES. *APAE Educadora – a escola que buscamos: proposta orientadora das ações educacionais*. Brasília, FENAPAES, 2001.

FENAPAES (Org.). *Política de atenção integral e integrada para as pessoas com deficiência intelectual e múltiplas*. Brasília: FENAPAES, 2011.

FENAPAES. *Ofício 2010/97*. Brasília: FENAPAES, 1997.

FENAPAES. *Projeto Águia*. Brasília: FENAPAES, 2001.

FENAPAES. *Guia Curricular para Deficientes Mentais Treináveis, Educáveis e Semidependentes*. Brasília: FENAPAES, 1975.

FILIPPON, Ana Marya. Entrevista concedida a Ingrid Pelissari Kravos Soccol. Getúlio Vargas, 7 jun. 2018.

KARPINSKI, Gladis Voloski. Entrevista concedida a Ingrid Pelissari Kravos Soccol. Estação, 19 jun. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. *Subcomissão das Escolas Especiais e do Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência*. Porto Alegre, 2005.

ROSSETTO, Maria Célia. Entrevista concedida a Ingrid Pelissari Kravos Soccol. Passo Fundo, 3 jan. 2019.

ROQUI, Estelamar. Entrevista concedida a Ingrid Pelissari Kravos Soccol. Passo Fundo, 3 jan. 2019.

SOCIEDADE PESTALOZZI DO BRASIL. *Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais*. Boletim da Sociedade Pestalozzi do Brasil, Ano X, n. 27, p. 104-105, 1955.

UNESCO. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Jomtien – Tailândia, 1998.

UNIVERSIDADE DA REDE APAE. *Quem somos*. 2017. Disponível em: <<https://www.uniapaemg.org.br/quemsomos/>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

ONU. *Declaração de Salamanca*. Salamanca – Espanha, 1994.

VOLOSKI, Vanir. Entrevista concedida a Ingrid Pelissari Kravos Soccol. Estação, 19 jun. 2018.

ONU. *Declaração dos Direitos de Pessoas Deficiência Mental*. 1971.

ANEXOS

Anexo 1: Parecer consubstanciado do CEP

UNIVERSIDADE DE PASSO
FUNDO/ PRÓ-REITORIA DE
PESQUISA E PÓS-



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A trajetória histórica da APAE: os casos de Getúlio Vargas e Passo Fundo RS, 1987-2008

Pesquisador: INGRID PELISSARI KRAVOS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 88977117.7.0000.5342

Instituição Proponente: FUNDACAO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.688.441

Apresentação do Projeto:

Pesquisa de dissertação de mestrado que justifica-se pela busca de esclarecimentos das intenções centrais das pessoas que fundaram as APAES, e como estas foram adaptando-se no passar das décadas, e com as mudanças legais, o redimensionando seus serviços, e como todo esse apanhar de elementos interferiu diretamente na vida dos deficientes e na das suas famílias.

Objetivo da Pesquisa:

Pesquisar a trajetória histórica da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com foco nas unidades de Getúlio Vargas e Passo Fundo RS, relacionando-a com as políticas nacionais de assistência social.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Possibilidade de sentir desconforto durante a entrevista. Se isso ocorrer, a pesquisadora encaminhará o entrevistado para um profissional qualificado.

Benefícios:

O conhecimento histórico produzido e a percepção de ser um agente da história.

Endereço: BR 285- Km 292 Campus I - Centro Administrativo
Bairro: Divisão de Pesquisa / São José **CEP:** 99.052-900
UF: RS **Município:** PASSO FUNDO
Telefone: (54)3316-8157 **E-mail:** cep@upf.br

UNIVERSIDADE DE PASSO
FUNDO/ PRÓ-REITORIA DE
PESQUISA E PÓS-



Continuação do Parecer: 2.686.441

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Esta pesquisa caracteriza-se por ser empírica e insere-se no campo da história social, com atenção especial para as interações dos deficientes com a sociedade. Quanto às fontes que darão suporte a pesquisa histórica: aquelas pertencentes ao arquivo da APAE de Passo Fundo –RS e Getúlio Vargas - RS, documentos legais e entrevistas com voluntários, famílias, alunos, ex-alunos, funcionários e ex-funcionários das entidades.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os direitos fundamentais dos participantes foram garantidos no projeto e no TCLE. O protocolo foi instruído e apresentado de maneira completa e adequada. Os compromissos da pesquisadora e das instituições envolvidas estavam presentes. O projeto foi considerado claro em seus aspectos científicos, metodológicos e éticos.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

“Diante do exposto, este Comitê, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 446/12, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa na forma como foi proposto”

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_989631.pdf	03/05/2018 11:12:24		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	2018tcle.pdf	03/05/2018 11:11:25	INGRID PELISSARI KRAVOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	2018projeto.pdf	03/05/2018 11:10:47	INGRID PELISSARI KRAVOS	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	05/04/2018 08:59:54	INGRID PELISSARI KRAVOS	Aceito
Brochura Pesquisa	instrumentoentrevista.pdf	31/03/2018 01:58:00	INGRID PELISSARI KRAVOS	Aceito
Declaração de	declaranaoiniciada.pdf	31/03/2018	INGRID PELISSARI	Aceito

Endereço: BR 285- Km 292 Campus I - Centro Administrativo

Bairro: Divisão de Pesquisa / São José

CEP: 99.052-900

UF: RS

Município: PASSO FUNDO

Telefone: (54)3316-8157

E-mail: cep@upf.br

UNIVERSIDADE DE PASSO
FUNDO/ PRÓ-REITORIA DE
PESQUISA E PÓS-



Continuação do Parecer: 2.686.441

Pesquisadores	declaranaoiniciada.pdf	01:53:06	KRAVOS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacao.pdf	21/11/2017 20:20:02	INGRID PELISSARI KRAVOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PASSO FUNDO, 31 de Maio de 2018

Assinado por:
Felipe Cittolin Abal
(Coordenador)

Endereço: BR 285- Km 292 Campus I - Centro Administrativo
Bairro: Divisão de Pesquisa / São José **CEP:** 99.052-900
UF: RS **Município:** PASSO FUNDO
Telefone: (54)3316-8157 **E-mail:** cep@upf.br